



Soluções Automóvel Globais

# RELATÓRIO E CONTAS CONTAS SEPARADAS 2018

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matricula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64/

Fax: 21 359 66 74

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS,SA**  
**Sociedade Aberta**

Capital Social: EUR 169.764.398

NIPC: 503 219 886

Matriculada na CRC da Amadora sob o n.º 503 219 886

Sede: Estrada de Alfragide, n.º. 67 – 2614-519 Amadora

Escritórios: Alfrapark – Edifício SGC, Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: (351) 21 359 66 64

Fax: (351) 21 359 66 74

E-mail: [investor.relations@sag.pt](mailto:investor.relations@sag.pt)

Web: <http://www.sag.pt>

# RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS SEPARADAS 2018

**SAG GEST – SOLUÇÕES AUTOMÓVEL GLOBAIS, SGPS, S.A.**

**Sociedade Aberta**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**EXERCÍCIO DE 2018**

De acordo com as disposições legais em vigor, e o Pacto Social, submetemos à apreciação dos Exmos. Senhores Acionistas o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Separadas relativas ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018.

A informação contida nestes documentos refere-se à atividade individual da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA (adiante designada por SAG Gest ou Sociedade). A informação relativa à atividade consolidada da SAG Gest é apresentada separadamente em lugar próprio.

**1. RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA**

**Distribuição Automóvel**

O volume das Marcas distribuídas pela Subsidiária SIVA em 2018 foi 20.349 veículos (30.171 unidades em 2017), a que correspondeu uma quota de 8,4% no mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros (VP) (12,8% em 2017) e de 7,6% no mercado de Veículos Ligeiros (VP + Veículos Comerciais Ligeiros - VCL), que compara com a quota de mercado de 11,6% do ano anterior.

O volume de VP foi 19.075 unidades e o de VCL foi 1.274 unidades, correspondendo estas a uma quota de 3,2% no mercado VCL. Considerando as versões de mercadorias e de passageiros dos veículos da Marca VW VCL (Caddy, Transporter, Crafter e Amarok), o volume anual foi 1.772 unidades, atingindo uma quota de 4,6% no mercado ABC+PU, o qual contabilizou 38.507 veículos (VCL excluindo segmentos Derivados de Passageiros e A0).

Esta redução de volumes, transversal a todas as Marcas representadas pela Subsidiária SIVA, deve-se essencialmente a três fatores:

- Forte redução do volume relativo ao negócio de “Rent-a-Car” devido à margem reduzida deste canal e ao elevado risco envolvido (Buy Backs).
- Eliminação do volume de “self registration” (viaturas matriculadas para venda em períodos subsequentes), devido ao elevado nível de descontos que este tipo de venda envolve.
- Falta de disponibilidade de stocks de inúmeros modelos de todas as marcas, resultante de atrasos na produção decorrentes do novo processo de homologação dos veículos automóveis (WLTP) na Europa, com impacto significativo nas nossas vendas a partir de Agosto de 2018.

**Retalho Automóvel**

As atividades de Retalho Automóvel, cuja área de atuação se situa exclusivamente na Grande Lisboa e no Grande Porto, representam cerca de 25% do volume das vendas da Subsidiária SIVA às Redes de Concessionários das Marcas que esta representa.

Em 2018, a área do Retalho Automóvel da SAG Gest vendeu 3.831 viaturas novas das Marcas Volkswagen – Viaturas de Passageiros, Volkswagen – Veículos Comerciais, Audi e Škoda, o que representou uma redução de 13,4% em relação às 4.424 viaturas vendidas em 2017. Na área das viaturas usadas, foram vendidas 2.058 unidades, o que representou um aumento de 5,7% em relação às 1.947 viaturas vendidas durante o ano de 2017.

Na atividade oficial, o volume de horas vendidas decresceu 1,1% em relação a 2017, tendo atingido as 181.482 horas (183.445 horas em 2017).

### Análise Económica e Financeira

No ano de 2018 são de salientar os aspetos seguintes:

- A dívida líquida da SAG Gest no final de 2018 ascendeu a Eur 70,1 milhões o que representa um aumento de Eur 1,1 milhões em relação ao valor de Eur 69,0 milhões evidenciado em 31 de Dezembro de 2017;
- Foi registada uma imparidade com parte relacionada no montante de Eur 141,3 milhões.
- Como consequência, os Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2018 são negativos em Eur 176,4 mil.
- E o Resultado Líquido da SAG Gest foi de Eur 177,1 milhões.

## **2. GESTÃO DE RISCOS**

A Política de Gestão de Riscos da SAG Gest tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos pelas suas Subsidiárias e Participadas, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na sua estrutura financeira consolidada e na respetiva sustentabilidade.

A identificação dos riscos a que se encontram expostas as Subsidiárias da SAG Gest materialmente mais relevantes permitiu identificar como principais os seguintes:

### Dependência de Fornecedores

O negócio da Subsidiária SIVA assenta em Contratos de Distribuição celebrados com o Grupo Volkswagen AG, por tempo indeterminado, sujeitos ao Regulamento Comunitário aplicável, que se mantêm em vigor desde há mais de 30 anos. No entanto, a manutenção destes Contratos está obviamente dependente do seu integral cumprimento e de fatores que incluem a manutenção da política de distribuição do Grupo Volkswagen, e a “performance” das Marcas representadas no mercado Português.

### Risco Automóvel – Valores Residuais

A característica dos negócios no segmento do “Rent-a-Car”, que implica a recompra, como viaturas usadas, dos automóveis fornecidos inicialmente (cláusulas de “Buy-Back”) expõem a Subsidiária SIVA aos riscos que decorrem das variações de preço do mercado de viaturas semi-novas e usadas.

Para minimizar os potenciais impactos negativos que possam resultar deste tipo de risco, a Subsidiária SIVA implementou mecanismos de acompanhamento permanente da evolução do valor de mercado das viaturas semi-novas e usadas que mantém no seu balanço (viaturas faturadas às Entidades que operam no segmento de “Rent-a-Car” que a Subsidiária assumiu o compromisso de recomprar).

O valor de mercado destas viaturas é determinado com base nas previsões do valor “forward” fornecido pela Eurotax (Entidade internacional que publica regularmente os preços de mercado “spot” e “forward” de viaturas por Marca, por modelo, versão e ano de fabricação, bem como pelo preço real de venda dessas viaturas no presente (“spot”). Estas previsões para cada modelo (onde é considerado o preço “forward” para a data estimada de devolução das viaturas, a que acresce o prazo estimado para concretizar a venda) levam também em consideração o peso previsto de cada um dos canais de venda futura.

### Riscos Financeiros

Os principais riscos financeiros identificados são riscos de capital, de liquidez, de exposição às variações das taxas de juro e o risco de crédito.

A gestão do risco de capital tem por objetivo assegurar que os Capitais Próprios atingirão os níveis adequados para garantir uma estrutura equilibrada da posição patrimonial.

Na situação em que atualmente se encontra, a SAG Gest, para assegurar em moldes sustentáveis o exercício da atividade das suas Subsidiárias, necessita de reestruturar a sua base de capital e o seu passivo financeiro, de modo a que haja uma combinação adequada entre Capitais Próprios e Empréstimos e Financiamentos, que permitam manter o exercício da sua atividade operacional sem constrangimentos de liquidez e com rentabilidade, assegurando assim a sua continuidade.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica daquele tipo de risco, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo (“cash outflows”) da Sociedade para com as Entidades com as quais se relaciona na sua atividade.

O risco de liquidez do Grupo SAG e suas subsidiárias, é gerido e acompanhado diariamente pelo Departamento de Tesouraria do Grupo, através de mapas de projeção de Fluxos de Caixa, onde são consideradas todas as responsabilidades assumidas com as respetivas datas de vencimento.

Em função da informação resultante da atualização diária dos mapas de Fluxos de Caixa são tomadas decisões relativamente a compras e investimentos a realizar e estabelecidos contactos com as Instituições Financeiras para ajuste das maturidades dos respetivos empréstimos.

A situação de constrangimento financeiro que se acentuou desde o último Trimestre de 2017 resulta da conjugação de um conjunto de fatores, onde se destaca como um dos mais relevantes o compromisso de realização dos volumes de compras assumidos pelas diversas Marcas, que se tem situado a um nível superior à capacidade de absorção do mercado e que originou um aumento de stocks de “self-registrations” e de viaturas usadas provenientes dos negócios de RAC. Adicionalmente, a Audi no final de 2017 reduziu o prazo de pagamento das vendas à SIVA de 90 para 60 dias.

Esta pressão sobre o “Working Capital” da SIVA, e face à indisponibilidade de meios financeiros adicionais, são a justificação para a realização no 1º Trimestre de 2018, de um conjunto de negócios com margem negativa acima explicados, de modo a assegurar no imediato a geração de fundos necessários para satisfazer compromissos inadiáveis e poder continuar a efetuar compras de viaturas encomendadas e com cliente final.

Simultaneamente e para a sustentabilidade da operação foram negociados para 2018, com as diversas Marcas do Grupo VW, reduções ao volume de encomendas face ao inicialmente projetado para 2018 e ajustados os respetivos planos de compras para cada Marca e respetivos canais. Foi ainda solicitado que o pagamento por parte das Marcas dos respetivos apoios comerciais se processe/liquide em prazos mais curtos do que os normalmente instituídos.

Estas medidas, junto com a eliminação dos “Self-registrations” e a redução do volume de vendas ao segmento RAC, permitiram diminuir a pressão sobre o “Working Capital” ao longo do 2º Semestre de 2018.

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar uma medição e administração dinâmica deste risco, através da definição e estabelecimento de limites de exposição da Demonstração da Situação Patrimonial e da Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral da SAG Gest a variações das taxas de juro. Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afete negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da SAG Gest.

Na gestão do risco de crédito é acompanhada mensalmente a evolução da carteira de Clientes, bem como a exposição de cada unidade de negócios. A SAG Gest tem em vigor, desde 2001, um Manual de Risco de Crédito, onde se encontram estabelecidas as políticas, critérios e procedimentos a adotar na área de controlo de crédito. O Manual de Risco de Crédito, que é periodicamente atualizado, inclui os critérios a utilizar na determinação de um “rating” de crédito.

### Risco Operacional

A gestão do risco operacional assenta na atribuição de responsabilidades funcionais e na definição formal de procedimentos de controlo interno, ao nível das áreas de negócio.

### **3. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os Administradores Não Executivos são informados atempadamente de todas as decisões relevantes tomadas pelos Administradores Delegados que exercem funções de gestão corrente, mantendo, deste modo, um acompanhamento permanente dos negócios da SAG Gest.

Este conhecimento, aliado às suas qualificações profissionais, permite que a sua influência no Conselho de Administração seja ativa, supervisionando a atividade de gestão e cooperando com ela na prossecução do interesse social.

Neste sentido não se exigem a prestar aconselhamento e assistência aos Administradores Delegados, designadamente no que respeita à estratégia, à consecução de objetivos e ao cumprimento das normas legais aplicáveis.

Analisa as contas mensais da Sociedade, questiona a razão de eventuais desvios, positivos ou negativos, que as mesmas apresentem e acompanha a evolução da dívida e cumprimento dos contratos que a sustentam.

Acompanha ainda e aprecia questões relativas ao governo societário, sustentabilidade e códigos e regulamentos internos, bem como a resolução de eventuais conflitos de interesses no que respeita às relações da Sociedade com os Acionistas.

Os Administradores Não Executivos não reúnem autonomamente, mas mantêm entre si, fora das reuniões do Conselho de Administração, conversações informais sobre os negócios e operações de valor económico ou estratégico significativo, apreciando e avaliando implicitamente o desempenho dos seus colegas que assumem funções de gestão corrente.

### **4. PERSPECTIVAS PARA 2019**

Tal como divulgado nas Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apesar do processo de reestruturação concluído pela SAG Gest em dezembro de 2015 com os seus principais bancos lhe ter permitido o reequilíbrio da sua estrutura financeira consolidada e criado condições para a continuidade das operações da SAG Gest e das suas participadas (em conjunto o “Grupo SAG”), no final do exercício de 2017, com a deterioração das condições do negócio a situação financeira do Grupo SAG deteriorou-se, agravando assim o risco de liquidez do Grupo e a sua rentabilidade operacional e financeira.

Na sequência dos eventos mencionados acima, no início de 2018, e com o objetivo de permitir a continuidade das operações do Grupo SAG, o Conselho de Administração da SAG Gest começou desenvolver, em conjunto com as Marcas representadas, pela subsidiária SIVA, um plano de reposicionamento do seu negócio de forma a inverter a situação e garantir a sustentabilidade de todo o Grupo e em consequência o seu acesso às fontes de financiamento necessárias para a sua atividade pelo que as demonstrações financeiras de 2018, da SAG Gest e das suas participadas, foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, por ser convicção do Conselho de Administração que as negociações se iriam concluir com sucesso.

Adicionalmente, e como resposta à situação em que o Grupo se encontra, a Administração tem vindo a desenvolver diariamente uma gestão criteriosa no que respeita à sua atividade operacional, focada nos seus fluxos de caixa, tendo ajustado os planos de compras com as diversas marcas do Grupo VW, reduzindo o volume de encomendas e solicitado a redução dos prazos de recebimento dos apoios comerciais das Marcas.



Apesar da complexidade do processo negocial com os diversos “stakeholders”, incluindo as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, as Instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias que o Grupo SAG dispõe e entidades do Grupo VW, foi possível estabelecer acordos que permitem garantir a continuidade das operações.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, constituído pelas seguintes sociedades do grupo:

- a) AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.;
- b) Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-A-Car, Unipessoal, Lda.;
- c) SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.;
- d) SIVA;
- e) Soauto SGPS, S.A.

## **5. INFORMAÇÃO SOBRE ACÇÕES PRÓPRIAS (ARTº 66 e 324 CSC)**

Em 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade detinha diretamente 16.760.815 Ações próprias, com o valor nominal de Eur 1 cada, controlando ainda, indiretamente, mais 5.100 Ações detidas pela Sociedade participada Rolporto e 5.100 Ações detidas pela Sociedade participada Loures Automóveis, todas com o valor nominal de Eur 1 cada.

Durante o exercício de 2018, a SAG Gest não adquiriu, nem alienou quaisquer Ações próprias, pelo que, em 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade detinha diretamente 16.760.815 Ações próprias, com o valor nominal de Eur 1 cada, controlando ainda, indiretamente, mais 5.100 Ações detidas pela Sociedade participada Rolporto e 5.100 Ações detidas pela Sociedade participada Loures Automóveis, todas com o valor nominal de Eur 1 cada.

A carteira de Ações próprias detidas direta e indiretamente correspondia a 9,879% do total das Ações representativas do Capital Social da Sociedade em 31 de dezembro de 2018, sendo o respetivo preço unitário médio de aquisição de Eur 1,9760.

## **6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Resultado Líquido (prejuízo) do exercício de 2018 foi de Eur mil 177 130,9 que se propõe seja integralmente aplicado em Resultados Transitados.

## **7. MENÇÕES OBRIGATÓRIAS**

- a) De acordo com o Artigo 21º do Decreto-Lei 411/91 e Artigo 2º de Decreto-Lei 534/80, confirma-se que a Sociedade tem a sua situação perfeitamente regularizada perante a Segurança Social, não existindo igualmente quaisquer dívidas em mora ao Sector Público.
- b) Os eventos subsequentes estão divulgados na nota 26 – Eventos Subsequentes e na nota 2.5 – Julgamentos da Gestão do Anexo às Demonstrações Financeiras.
- c) Não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de Ações Próprias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
- d) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Membros do seu Conselho de Administração.



## **8. NOTA FINAL**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias o Conselho de Administração submete à apreciação dos Acionistas o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Separadas e as Notas às Demonstrações Financeiras Separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, na firme convicção de que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SAG Gest, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SAG Gest e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Alfragide, 08 de maio de 2019

### **O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho

Esmeralda da Silva Santos Dourado

Pedro Roque de Pinho de Almeida

# **POSIÇÃO ACCIONISTA MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS CONTAS SEPARADAS 2018**

**Anexo**  
(Artigo 447º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais)

**POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Accionistas	Sociedades	Nº de Acções em 31-12-2018	Nº de Acções em 31-12-2017	Movimentos em 2018			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário médio
Conselho de Administração							
João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho (1) (2)	SAG Gest	3.915	3.915				
	SGC - SGPS, SA (7)	26.496.000	26.496.000				
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho (3)	SAG Gest		11.484				
Fernando Jorge Cardoso Monteiro (3)	SAG Gest		11.658				
Luís Miguel Dias da Silva Santos (4) (5) (6)	SGC - SGPS, SA (7)		1.000				
Conjuges							
Ana Paula da Silva Nunes Valente Coutinho (3)	SAG Gest		100				

(1) João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho é accionista dominante e administrador da SGC - SGPS, SA que detém 117.356.371 Acções da SAG Gest

(2) João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho é accionista dominante e administrador da Principal - Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA que detém 1.200.005 Acções da SAG Gest

(3) Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho e Fernando Jorge Cardoso Monteiro cessaram as funções de Administradores da SAG Gest em 30-05-2018 (mandato quadriénio 2014-2017).

(4) Luís Miguel Dias da Silva Santos era, à data de 31-12-2017, administrador da SGC - SGPS, SA que detém 117.356.371 Acções da SAG Gest, tendo cessado funções, por renúncia, em 30-04-2018

(5) Luís Miguel Dias da Silva Santos foi até 30-04-2018 Administrador da Principal - Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA que detém 1.200.005 Acções da SAG Gest

(6) Luís Miguel Dias da Silva Santos cessou as funções de Administrador da SAG Gest em 30-04-2018, por renúncia.

(7) Actualmente denominada IAMC - INVESTMENT AND ASSETS MANAGEMENT CONSULTING, LDA

# **PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS CONTAS SEPARADAS 2018**

**PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**  
**31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>Accionista</b> <b>SGC Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (a)</b>	<b>Número de</b> <b>Acções</b>	<b>% do Capital</b> <b>Social com</b> <b>direito de voto</b>
Directamente	17.391.110	10,24%
<b>Total Imputável</b>	<b>17.391.110</b>	<b>10,24%</b>

(a) Participada em 100% pela IAMC - INVESTMENT AND ASSETS MANAGEMENT CONSULTING, LDA (ex SGC - SGPS SA)

<b>Accionista</b> <b>IAMC - INVESTMENT AND ASSETS MANAGEMENT CONSULTING, LDA</b> <b>(Ex SGC - SGPS SA) (b)</b>	<b>Número de</b> <b>Acções</b>	<b>% do Capital</b> <b>Social com</b> <b>direito de voto</b>
Directamente	117.356.371	69,13%
Através da SGC Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	17.391.110	10,24%
<b>Total Imputável</b>	<b>134.747.481</b>	<b>79,37%</b>

(b) Participada directa e indirectamente em 100% pelo Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho

<b>Accionista</b> <b>João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho</b>	<b>Número de</b> <b>Acções</b>	<b>% do Capital</b> <b>Social com</b> <b>direito de voto</b>
Directamente	3.915	0,00%
Através da IAMC, Lda, de que é Administrador e Accionista dominante	117.356.371	69,13%
Através da SGC Investimentos - Sociedade Gestora de Participações Sociais SA, de que é Administrador e Accionista dominante	17.391.110	10,24%
Através da Principal - Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA, de que é Administrador e Accionista dominante	1.200.005	0,71%
<b>Total Imputável</b>	<b>135.951.401</b>	<b>80,08%</b>

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 2018

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

(Montantes em Milhares de Euros)				
Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro				
	Notas	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
<b>Proveitos</b>				
Prestações de Serviços	4	0,0	1.987,9	1.987,9
<b>Volume de Negócios</b>		<b>0,0</b>	<b>1.987,9</b>	<b>1.987,9</b>
<b>Margem com Serviços</b>				
		<b>0,0</b>	<b>1.987,9</b>	<b>1.987,9</b>
Outros Ganhos Operacionais	5	7.918,4	2,6	2,6
Outros Gastos Operacionais	5	(211,6)	(50,1)	(50,1)
Imparidades - Entidades Relacionadas	14	(141.313,4)	0,0	0,0
<b>Margem de Contribuição</b>		<b>(133.606,6)</b>	<b>1.940,4</b>	<b>1.940,4</b>
<b>Custos Variáveis</b>				
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos com Viaturas	6	(23,3)	(95,0)	(95,0)
<b>Sub-Total - Custos Variáveis</b>		<b>(23,3)</b>	<b>(95,0)</b>	<b>(95,0)</b>
<b>Margem Variável</b>				
		<b>(133.629,9)</b>	<b>1.845,4</b>	<b>1.845,4</b>
<b>Custos de Estrutura</b>				
Fornecimentos e Serviços de Terceiros - Custos de Estrutura	6	(992,1)	(1.810,8)	(1.810,8)
Gastos com Pessoal	7	(1.291,9)	(1.716,5)	(1.716,5)
<b>Sub-Total - Custos de Estrutura</b>		<b>(2.284,0)</b>	<b>(3.527,4)</b>	<b>(3.527,4)</b>
<b>Resultado Operacional (EBITDA)</b>				
		<b>(135.913,9)</b>	<b>(1.682,0)</b>	<b>(1.682,0)</b>
Amortizações e Depreciações	12	(0,0)	(0,0)	(0,0)
Ganhos e (Perdas) em vendas de Activos Fixos Tangíveis	8	0,2	0,0	0,0
Ganhos e (Perdas) em Investimentos Financeiros - MEP	13	(6.990,8)	3.652,3	0,0
<b>Resultado Antes de Impostos e Encargos Financeiros (EBIT)</b>				
		<b>(142.904,6)</b>	<b>1.970,4</b>	<b>(1.682,0)</b>
Gastos Financeiros	9	(13.497,2)	(12.102,8)	(12.102,8)
Ganhos Financeiros	9	15.441,7	15.343,2	15.343,2
<b>Resultado Antes de Imposto de Operações Continuadas (EBT)</b>		<b>(140.960,1)</b>	<b>5.210,8</b>	<b>1.558,5</b>
Imposto Sobre o Rendimento	10	(7.122,2)	349,7	349,7
<b>Resultado das Operações Continuadas</b>		<b>(148.082,3)</b>	<b>5.560,6</b>	<b>1.908,2</b>
Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas	3	(29.048,7)	(18.301,0)	0,0
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>				
		<b>(177.130,9)</b>	<b>(12.740,4)</b>	<b>1.908,2</b>
Outros Itens de Rendimento Integral do Exercício		0,0	0,0	0,0
<b>Total de Rendimento Integral do Exercício</b>		<b>(177.130,9)</b>	<b>(12.740,4)</b>	<b>1.908,2</b>
<b>Resultado por Accção</b>				
	11	(1,158)	(0,081)	0,012

As Notas Anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras supra mencionadas

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL

		(Montantes em Milhares de Euros)		
		31-Dez-2018	31-Dez-2017 Ajustado	31-Dez-2017 Reportado
	Notas			
<b><u>Activos Não Correntes</u></b>				
Activos Fixos Tangíveis	12	0,2	0,2	0,2
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	14	0,0	132.971,2	189.971,2
Investimento em Subsidiárias	13	52.364,0	62.638,8	146.542,9
Imposto Diferido Activo	10	0,0	4.340,2	4.340,2
<b>Total - Activos Não Correntes</b>		<b>52.364,2</b>	<b>199.950,3</b>	<b>340.854,4</b>
<b><u>Activos Correntes</u></b>				
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	14	1.881,1	103.881,5	320.877,8
Devedores e Outros Activos - Outros	14	36,2	524,1	524,1
Gastos a Reconhecer	14	18,6	14,9	14,9
Acréscimos de Rendimentos	14	200,6	297,0	297,0
Imposto Corrente Sobre o Rendimento	15	3.694,4	5.405,0	5.405,0
Outros Impostos	15	2,3	(0,0)	(0,0)
Depósitos a Prazo	16	2.146,0	2.146,0	2.146,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	54,7	36,5	36,5
<b>Total - Activos Correntes</b>		<b>8.033,8</b>	<b>112.305,0</b>	<b>329.301,3</b>
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>	3	<b>86.192,3</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>146.590,3</b>	<b>312.255,3</b>	<b>670.155,6</b>
<b><u>Capital Próprio</u></b>				
Capital Social	17	169.764,4	169.764,4	169.764,4
Acções Próprias - Valor Nominal	17	(16.760,8)	(16.760,8)	(16.760,8)
Acções Próprias - Descontos e Prémios	17	(16.348,9)	(16.348,9)	(16.348,9)
Prémios de Emissão	17	149.664,3	149.664,3	149.664,3
Prestações Acessórias	17	135.171,9	135.171,9	135.171,9
Reservas:				
Reservas Legais	17	15.172,5	15.077,1	15.077,1
Resultados Transitados:				
Resultados Transitados	17	(435.894,4)	(423.058,6)	(79.806,9)
Resultado Líquido do Exercício		(177.130,9)	(12.740,4)	1.908,2
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>(176.362,0)</b>	<b>769,0</b>	<b>358.669,3</b>
<b><u>Passivos não Correntes</u></b>				
Empréstimos	18	38.997,6	44.097,6	44.097,6
<b>Total - Passivos Não Correntes</b>		<b>38.997,6</b>	<b>44.097,6</b>	<b>44.097,6</b>
<b><u>Passivos Correntes</u></b>				
Empréstimos	18	33.319,7	27.055,3	27.055,3
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	19	238,8	58,8	58,8
Credores e Outros Passivos - Outros	19	0,1	0,1	0,1
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	19	595,3	239.808,4	239.808,4
Acréscimos de Gastos	19	317,3	343,5	343,5
Outros Impostos	20	55,5	122,7	122,7
<b>Total - Passivos Correntes</b>		<b>34.526,8</b>	<b>267.388,7</b>	<b>267.388,7</b>
<b>Passivos associados a Activos não Correntes detidos para venda</b>	3	<b>249.427,9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>322.952,3</b>	<b>311.486,4</b>	<b>311.486,4</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>146.590,3</b>	<b>312.255,3</b>	<b>670.155,6</b>

As Notas Anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras supra mencionadas

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Montantes em Milhares de Euros)

	Notas	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>(177.130,9)</b>	<b>(12.740,4)</b>	<b>1.908,2</b>
<b>Itens Não Monetários</b>				
Amortizações e Depreciações	12	(0,1)	0,0	0,0
Perdas por Imparidade para Dívidas a Receber	13	141.313,4	0,0	0,0
Provisões	19	0,0	18.959,8	0,0
Ajustamento em Investimentos Financeiros - MEP	13	6.990,8	(4.311,2)	0,0
Empréstimos - Reconhecimento do custo amortizado	18	1.164,4	0,0	0,0
Estimativa de Impostos sobre o Rendimento	10	7.122,2	(349,7)	(349,7)
<b>Total Itens Não Monetários</b>		<b>156.590,6</b>	<b>14.298,9</b>	<b>(349,7)</b>
<b>Res. Líquido Ajustado de Itens Não Monetários</b>		<b>(20.540,3)</b>	<b>1.558,5</b>	<b>1.558,5</b>
Pagamentos de Impostos Sobre o Rendimento		(1.071,4)	555,8	555,8
<b>Resultado Monetário</b>		<b>(21.611,7)</b>	<b>2.114,3</b>	<b>2.114,3</b>
<b>Fundo de Maneio</b>				
Fornecedores		180,1	24,1	24,1
Acréscimos e Diferimentos		66,6	18,2	18,2
Outros Devedores e Credores		487,8	(474,6)	(474,6)
Impostos – Excluindo Impostos Sobre o Rendimento		(69,4)	(1,8)	(1,8)
<b>Total Fundo de Maneio</b>		<b>665,0</b>	<b>(434,1)</b>	<b>(434,1)</b>
<b>Fluxos operacionais de actividades descontinuadas</b>	3	<b>29.048,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Fluxos Líquidos Gerados pela Actividade Operacional</b>		<b>8.102,0</b>	<b>1.680,2</b>	<b>1.680,2</b>
<b>Empresas Associadas</b>				
Operações de Tesouraria com Empresas Associadas		(8.083,9)	(12.164,4)	(12.164,4)
<b>Total Saldos Empresas Associadas</b>		<b>(8.083,9)</b>	<b>(12.164,4)</b>	<b>(12.164,4)</b>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>				
Aquisições/Venda Activos Fixos		14,1	0,0	0,0
Utilização Amortizações, Depreciações		(13,9)	0,0	0,0
<b>Total das Actividades de Investimento</b>		<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Fluxos das Actividades de Financiamento</b>				
Empréstimos Bancários		0,0	10.373,9	10.373,9
<b>Total das Actividades de Financiamento</b>		<b>0,0</b>	<b>10.373,9</b>	<b>10.373,9</b>
<b>Total Fluxos Líquidos</b>		<b>18,2</b>	<b>(110,3)</b>	<b>(110,3)</b>
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período	16	36,5	146,8	146,8
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período	16	54,7	36,5	36,5
<b>Variação de Caixa e Seus Equivalentes</b>		<b>18,2</b>	<b>(110,3)</b>	<b>(110,3)</b>

As Notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras supra mencionadas

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64/

Fax: 21 359 66 74

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Montantes em Milhares de Euros)

Notas	Capital Social	Acções Próprias (Valor Nominal)	Acções Próprias (Descontos e Prémios)	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
	17	17	17	17	17	17	17		
<b>A 1 de Janeiro de 2018</b>									
Saldo inicial	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(423.058,6)	(12.740,4)	769,0
Resultado Líquido do Exercício	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(177.130,9)	(177.130,9)
TOTAL DO RESULTADO INTEGRAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(177.130,9)	(177.130,9)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	95,4	(12.835,8)	12.740,4	0,0
<b>A 31 de Dezembro de 2018</b>	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.172,5	(435.894,4)	(177.130,9)	(176.362,0)
	Capital Social	Acções Próprias (Valor Nominal)	Acções Próprias (Descontos e Prémios)	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
<b>A 1 de Janeiro de 2017 Ajustado</b>									
Saldo inicial	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	14.916,1	(426.117,5)	3.219,9	13.509,3
Resultado Líquido do Exercício	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(12.740,4)	(12.740,4)
TOTAL DO RESULTADO INTEGRAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(12.740,4)	(12.740,4)
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	161,0	3.058,9	(3.219,9)	0,0
<b>A 31 de Dezembro de 2017 Ajustado</b>	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(423.058,6)	(12.740,4)	769,0
	Capital Social	Acções Próprias (Valor Nominal)	Acções Próprias (Descontos e Prémios)	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
<b>A 1 de Janeiro de 2017 Reportado</b>									
Saldo inicial	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	14.916,1	(82.865,8)	3.219,9	356.761,0
Resultado Líquido do Exercício	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.908,2	1.908,2
TOTAL DO RESULTADO INTEGRAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.908,2	1.908,2
Aplicação do Resultado Líquido do exercício anterior	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	161,0	3.058,9	(3.219,9)	0,0
<b>A 31 de Dezembro de 2017 Reportado</b>	169.764,4	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(79.806,9)	1.908,2	358.669,3

As Notas Anexas constituem parte integrante das Demonstrações Financeiras supra mencionadas

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora  
Capital Social: Eur 169.764.398,00  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora  
Número Único de Matricula e de Identificação Fiscal 503 219 886  
Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2  
2614-519 Amadora  
Tel: 21 359 66 64/  
Fax: 21 359 66 74

# NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 2018

## **NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS**

**31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### **1. INFORMAÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DA SAG GEST**

As Demonstrações Financeiras Separadas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA referidas a 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 08 de Maio de 2019.

Os Acionistas têm a capacidade de alterar as Demonstrações Financeiras Separadas da SAG Gest após a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Na sequência da reestruturação do Grupo SAG, no início de 2018, e com o objetivo de permitir a continuidade das operações do Grupo SAG, o Conselho de Administração da SAG Gest começou desenvolver, em conjunto com as Marcas representadas, pela subsidiária SIVA, um plano de reposicionamento do seu negócio de forma a inverter a situação e garantir a sustentabilidade de todo o Grupo e em consequência o seu acesso às fontes de financiamento necessárias para a sua atividade pelo que as demonstrações financeiras de 2017, da SAG Gest e das suas participadas, foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, por ser convicção do Conselho de Administração que as negociações se iriam, concluir com sucesso.

Adicionalmente, e como resposta à situação e que o Grupo se encontra, a Administração tem vindo a desenvolver diariamente uma gestão criteriosa no que respeita à sua atividade operacional, focada nos seus fluxos de caixa, tendo ajustado os planos de compras com as diversas marcas do Grupo VW, reduzindo o volume de encomendas e solicitado a redução dos prazos de recebimento dos apoios comerciais das Marcas

Apesar da complexidade do processo negocial com os diversos “stakeholders”, incluindo as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, as Instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias que o Grupo SAG dispõe e entidades do Grupo VW, foi possível estabelecer um acordo que permitirá garantir a continuidade das operações.

No acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holding (Sociedade pertencente ao Grupo VW) e as Instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias do Grupo SAG, a SIVA passará a ser integralmente detida pela Porsche Holding, devendo este processo estar concluído no decurso de 2019.

No seguimento do descrito acima, a SAG Gest reclassificou os Investimentos em Subsidiárias para ativos não correntes detidos para venda e passivos associados, de acordo com o estipulado na IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas. Esta reclassificação tem efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2018, uma vez que, só nesta data se encontraram cumpridos todos os requisitos da norma.

A SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA (adiante designada como “SAG Gest” ou “Sociedade”) tem como atividade a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas e tem sede social na Estrada de Alfragide, 67, em Alfragide, Amadora, Portugal.

### **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

#### **2.1. Bases de preparação**

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS”), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente à data de 1 de janeiro de 2018. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”), ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), em vigor à data de preparação das referidas demonstrações financeiras.

Na preparação das demonstrações financeiras, a SAG Gest seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela mensuração ao justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela SAG Gest, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.5 – Julgamentos da Gestão e Nota 2.6 – Estimativas Significativas.

### 2.1.1. Novas normas, alterações e interpretações adotadas pela SAG Gest em 2018

A União Europeia (UE) endossou, para produzirem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, as emissões, revisões, alterações e melhorias das Normas e Interpretações, indicadas no quadro seguinte:

Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de Janeiro de 2018
Alterações à IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Identificação das obrigações de desempenho, momento do reconhecimento do rédito de licenças PI, revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e novos regimes para a simplificação da transição.	1 de Janeiro de 2018
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de Janeiro de 2018
IFRS 4 – Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)	Isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as seguradoras para os exercícios que se iniciem antes de 1 de janeiro de 2021. Regime específico para os ativos no âmbito da IFRS 4 que qualificam como ativos financeiros ao justo valor por via dos resultados na IFRS 9 e como ativos financeiros ao custo amortizado na IAS 39, sendo permitida a classificação da diferença de mensuração no Outro rendimento integral.	1 de Janeiro de 2018
IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações	Mensuração de planos de pagamentos baseados em ações liquidados financeiramente, contabilização de modificações, e a classificação dos planos de pagamentos baseados em ações como liquidados em capital próprio, quando o empregador tem a obrigação de reter imposto.	1 de Janeiro de 2018
IAS 40 – Propriedades de investimento	Clarificação de que é exigida evidência de alteração de uso para efetuar a transferências de ativos de e para a categoria de propriedades de investimento.	1 de Janeiro de 2018
Melhorias às normas 2014 – 2016	Clarificações várias: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28	1 de Janeiro de 2018
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação adiantada	Taxa de câmbio a aplicar quando a contraprestação é recebida ou paga antecipadamente.	1 de Janeiro de 2018

A SAG Gest procedeu à análise dos possíveis efeitos que as emissões, revisões, alterações e melhorias às Normas e Interpretações acima referidas possam provocar nas suas Demonstrações Financeiras. Em relação à IFRS 9 e 15 ver divulgações na nota 2.3 Adoção da IFRS 9 e da IFRS 15. Em relação às restantes normas, a SAG Gest concluiu que não existem impactos significativos decorrentes destas alterações nas demonstrações financeiras da SAG Gest.

### 2.1.2. Novas normas, alterações e interpretações endossadas pela UE mas sem aplicação efetivas aos exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2018 e não aplicadas antecipadamente

As novas Normas e Interpretações, emendas e revisões emitidas pelo IASB, já endossadas pela União Europeia (UE), que ainda não são de aplicação obrigatória no presente exercício, são indicadas no quadro seguinte:



Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019, já endossadas pela EU		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores.	1 de Janeiro de 2019
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa.	1 de Janeiro de 2019
IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento.	1 de Janeiro de 2019

Durante 2018, a entidade efetuou uma estimativa do impacto da IFRS 16. À data de reporte, a entidade não apresentava compromissos de locação na qualidade de locatário.

### 2.1.3. Novas Normas e Interpretações já emitidas, ainda não endossadas pela União Europeia

As novas Normas e Interpretações, emendas e revisões emitidas pelo IASB, ainda não endossadas pela União Europeia (UE), que ainda não são de aplicação obrigatória pela União Europeia (EU), são as indicadas no quadro seguinte:

Alterações com efeitos nos Exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019, ainda não endossadas pela EU		
Norma	Alteração	Aplicação obrigatória nos Exercícios iniciados em ou após
IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do "asset ceiling".	1 de Janeiro de 2019
IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial.	1 de Janeiro de 2019
IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais	Alteração da definição de negócio.	1 de Janeiro de 2020
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Atualização da definição de material.	1 de Janeiro de 2020
Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de Janeiro de 2019
Estrutura conceitual – Alterações na referência a outras IFRS	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos.	1 de Janeiro de 2020
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de Janeiro de 2021

A SAG Gest não antecipa que as emissões, revisões, alterações e melhorias às Normas e Interpretações acima referidas venham a provocar impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras Separadas.

### 2.1.4. Alteração da política contabilística na mensuração das participações em subsidiárias

Em 2018, a Administração decidiu alterar a política contabilística que seguia na valorização dos seus investimentos em subsidiárias (custo de aquisição) para o método de equivalência patrimonial, tendo procedido à reexpressão dos valores comparativos de 2017, conforme abaixo:

(Montantes em Euros)				
Rubricas	Notas	2017 Reportado	Ajustamento	2017 Ajustado
<b>DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>				
Investimento em Subsidiárias	13	146.542,9	(83.904,0)	62.638,8
Dívidas de Terceiros - Entidades Relacionadas (não corrente)	14	189.971,2	(57.000,0)	132.971,2
Dívidas de Terceiros - Entidades Relacionadas (corrente)	14	320.877,8	(216.996,3)	103.881,5
Resultados Transitados	17	79.806,9	343.251,7	423.058,6
<b>DRORI</b>				
Ganhos e (Perdas) em Investimentos Financeiros - MEP	13	0,0	4.311,2	4.311,2
Imparidade - Entidades Relacionadas	13	0,0	(18.959,8)	(18.959,8)



Com a introdução do Método de Equivalência Patrimonial nas contas de 2018, haveria que constituir uma Provisão para Outros Riscos e Encargos, por forma a registar os compromissos que as Subsidiárias da SAG Gest possam não cumprir face à sua situação financeira e patrimonial.

Uma vez que um dos principais credores destas entidades é a SAG Gest, foi registada uma imparidade nos saldos a receber destas subsidiárias ao invés de uma provisão.

## 2.2. Declaração de conformidade

Na opinião do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras da SAG Gest referidas a 31 de dezembro de 2018 refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição financeira e fluxos de caixa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia, em vigor em 01 de janeiro de 2018.

As Normas que não estão divulgadas não são aplicáveis.

## 2.3. Adoção da IFRS 9 e da IFRS 15

### 2.3.1. Adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A SAG Gest adotou a IFRS 9 na sua data de aplicação obrigatória e não procedeu à reexpressão da informação comparativa, conforme previsto na norma. A SAG Gest analisou as alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 nos seus ativos e passivos financeiros, de forma a identificar e avaliar os impactos qualitativos e quantitativos da adoção da Norma.

A IFRS 9 incorpora cinco vertentes distintas: reconhecimento, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, imparidade de ativos financeiros, contabilidade de cobertura e desreconhecimento.

Com a adoção da IFRS 9, a SAG Gest avaliou quais os modelos de negócio que se aplicavam aos seus ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais, à data de aplicação inicial da IFRS 9 (1 de janeiro de 2018).

O modelo de negócio aplicável a todos os ativos financeiros detidos pela SAG Gest consiste em deter os mesmos exclusivamente para o recebimento de fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa recebidos consistem apenas em capital e juros.

Os ativos financeiros incluídos nas seguintes rubricas, que em 2017 estavam classificados na categoria de Clientes e contas a receber da IAS 39, em 2018 encontram-se classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

	<u>Notas</u>	<u>Custo Amortizado</u>
<b>Ativos financeiros</b>		
<b>Correntes</b>		
Devedores e outros ativos - Entidades relacionadas	14	1.881,1
Devedores e outros ativos - Outros	14	36,2
Acréscimos de rendimentos	14	200,6
Depósitos a Prazo	16	2.146,0
Caixa e equivalentes de caixa	16	54,7
<b>Total</b>		<b>4.318,6</b>

A reclassificação destes ativos não teve impacto no capital próprio a 1 de janeiro de 2018, uma vez que a aplicação dos novos critérios de classificação da IFRS 9 não alterou o modelo de mensuração dos ativos antes de perdas de imparidade, continuando a ser aplicado o custo amortizado.

### Imparidade de ativos financeiros

A aplicação da IFRS 9 obriga à determinação das perdas de imparidade com base no modelo das perdas de crédito estimadas, em vez da avaliação efetuada com base nas perdas incorridas conforme previsto na IAS 39.

A SAG Gest detém cinco naturezas de ativos financeiros sujeitos ao novo modelo de perdas de crédito previsto na IFRS 9:

Devedores e Outros Ativos – Entidades relacionadas

Devedores e Outros Ativos – Outros

Acréscimos de rendimentos

Depósitos a Prazo

Caixa e Equivalentes de Caixa

A SAG Gest reviu a sua metodologia de cálculo e reconhecimento de perdas de imparidade, de modo que a mesma seja consistente com os princípios da IFRS 9, para cada uma das suas classes de ativos financeiros.

#### a) Clientes, Outros e Acréscimos de rendimentos

No que se refere aos saldos de Clientes, Outros e Acréscimos de rendimentos, a SAG Gest aplica a abordagem simplificada da IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de imparidade estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos e pelo período da maturidade dos mesmos, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos, ajustados por estimativas prospetivas.

#### b) Empréstimos concedidos a entidades relacionadas

Os empréstimos concedidos a entidades relacionadas foram considerados de modo a que as perdas de imparidade sejam determinadas avaliando as perdas estimadas dos próximos 12 meses, conforme o modelo geral das perdas estimadas de imparidade.

Da análise efetuada pela SAG Gest concluiu-se que não existe impacto nos resultados transitados provocado pela adoção do modelo de imparidade da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018 pelo que a SAG Gest não efetuou qualquer ajustamento em resultados transitados decorrente da adoção deste normativo.

### **2.3.2. Adoção da IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes**

A IFRS 15 vem substituir a IAS 11 - Contratos de construção, a IAS 18 - Rédito e Interpretações relacionadas, sendo o seu enfoque no controlo. Esta norma estabelece um modelo de cinco passos para reconhecimento do rédito resultante destes contratos, e prevê que esse reconhecimento seja feito pelo valor que a entidade espera receber do cliente em troca dos bens vendidos ou serviços prestados.

De acordo com as disposições transitórias da IFRS 15, a SAG Gest optou pela aplicação retrospectiva com ajustamento nos resultados transitados, à data de adoção inicial (1 de janeiro de 2018), sendo que os valores comparativos não foram reexpressos. A SAG Gest optou por aplicar as disposições transitórias da IFRS 15 relativas a modificações de contratos apenas às modificações que ocorreram em ou após 1 de janeiro de 2018.

A SAG Gest procedeu à análise do âmbito dos contratos com clientes sendo os principais os seguintes:

#### Prestação de serviços

Todas as transações correspondem a obrigações de desempenho separadas e independentes e cada venda/prestação envolve apenas uma obrigação de performance. A definição dos preços não incorpora uma componente financeira significativa nem uma contraprestação monetária.

A SAG Gest após a sua análise concluiu que não existem impactos tanto em termos de reclassificações como ajustamentos decorrentes da adoção da IFRS 15.

## 2.4. Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações financeiras separadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, exceto quanto às que resultam da adoção da IFRS 9 e da IFRS 15.

### 2.4.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, incluindo todos os custos associados à sua aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade, também acumuladas.

As depreciações são calculadas por duodécimos, segundo o método das quotas constantes, de modo a que o valor dos Ativos Fixos Tangíveis seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo aplicadas as taxas de depreciação anual divulgadas no quadro seguinte.

	%		
Edifícios e Outras Construções	2,00		
Equipamento Básico	25,00	a	31,25
Equipamento Administrativo	12,50	a	25,00
Outras Imobilizações Corpóreas	20,00	a	33,33

### 2.4.2. Investimentos em Subsidiárias

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Financeiras Separadas, são consideradas Subsidiárias todas as Entidades sobre as quais a Sociedade tem controlo. A Sociedade controla uma Entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, rendimentos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a Entidade e tem a capacidade de influenciar esses rendimentos através do seu poder sobre a Entidade.

Os investimentos da SAG Gest encontram-se reconhecidos através da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. De acordo com este método, os Investimentos são reconhecidos pelo Método de Equivalência Patrimonial, ajustado pela percentagem detida pela SAG Gest em eventuais alterações subsequentes que ocorram nos capitais próprios daquelas Entidades. Caso sejam detetados indícios de imparidade, os Investimentos em Subsidiárias são sujeitos a testes de imparidade.

O resultado do exercício reflete a apropriação, pela SAG Gest, dos resultados das operações das Entidades Subsidiárias, na proporção da sua participação. Quando a quota-parte das perdas atribuíveis às Entidades incluídas na consolidação é equivalente, ou excede o valor da participação financeira nas Subsidiárias, são reconhecidas perdas adicionais.

Os Dividendos reconhecidos no ano são deduzidos ao valor dos Investimentos em Subsidiárias.

Quando a SAG Gest perde influência significativa numa Entidade Subsidiária, o valor de Investimentos em Subsidiárias retido é reconhecido ao Justo Valor (com impacto no resultado do ano).

Os ganhos e perdas não realizados em transações da SAG Gest, com as Subsidiárias são eliminados na proporção do interesse detido nas Subsidiárias. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação proporcione evidência adicional de uma imparidade sobre o Ativo transferido.

As políticas contabilísticas das Subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que são aplicadas de forma consistente com as adotadas pela SAG Gest e suas Participadas.

### 2.4.3. Ativos Financeiros

**Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018:**

#### Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a SAG Gest se compromete a comprar ou a vender o ativo.

## Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela SAG Gest na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

Incluem-se nesta categoria, as seguintes rubricas: Devedores e Outros Ativos Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos Outros, Acréscimos de Rendimentos, Depósitos a Prazo e Caixa e Equivalentes de Caixa.

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a SAG Gest não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a SAG Gest optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2018, a SAG Gest detém instrumentos de dívida, os quais são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado.

A 31 de dezembro de 2018, a classificação dos Ativos Financeiros da SAG Gest por categoria encontra-se relatado na Nota 2.3.1 - Adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

## Mensuração

A SAG Gest mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

### **Perdas por imparidade**

A SAG Gest avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas Devedores e Outros Ativos – Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos - Outros e aos Acréscimos de rendimentos, a SAG Gest aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (*“on demand”*); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a SAG Gest apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a SAG Gest aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a SAG Gest calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a SAG Gest calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A SAG Gest avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito.

### **Desreconhecimento de ativos financeiros**

A SAG Gest desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

### **Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017:**

#### **Classificação**

Os Ativos financeiros que não estejam incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” podem ser classificados como:

a) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;



b) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data de reporte.

A 31 de dezembro de 2017, a SAG Gest apenas detinha ativos financeiros classificados como Empréstimos e contas a receber e como Caixa e equivalentes de caixa. Os Empréstimos e contas a receber são apresentados nas rubricas Devedores e Outros Ativos - Entidades Relacionadas e Devedores e Outros Ativos - Outros e Acréscimos de Rendimentos.

### **Imparidade**

A SAG Gest avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a SAG Gest reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, na rubrica Imparidades – Entidades Relacionadas e Imparidades em Devedores e Outros Ativos.

### **Desreconhecimento**

A SAG Gest desreconhece ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

#### **2.4.4. Imposto Sobre o Rendimento**

O Imposto Sobre Rendimento do período compreende os Impostos Correntes e os Impostos Diferidos. Os Impostos Sobre o Rendimento são reconhecidos na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Separada, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos Capitais Próprios. O valor de Imposto Corrente a pagar é determinado com base no Resultado Antes de Impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

A SAG Gest adota como procedimento o reconhecimento de impostos diferidos, de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Imposto Sobre o Rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações e de excluir as distorções causadas pela aplicação dos critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos que dão origem a Impostos Diferidos poderão ser utilizados. Os Impostos Diferidos Ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

O valor dos Impostos Diferidos é determinado através da aplicação das taxas fiscais (e leis) em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de reporte, e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do Imposto Diferido ativo ou de liquidação do Imposto Diferido Passivo. De acordo com a legislação em vigor em Portugal, foi considerado IRC à taxa básica de 21% a que, nas situações onde não tenham sido apurados prejuízos fiscais, acresce a Derrama Municipal à taxa de 1,5%, incidindo sobre o valor das diferenças temporárias que originaram Impostos Diferidos Ativos ou Passivos.

O movimento ocorrido durante o exercício, a reconciliação entre o Imposto do exercício e o Imposto Corrente e a decomposição dos saldos de Impostos Diferidos estão apresentados na Nota 10 – Imposto Sobre o Rendimento.

#### **2.4.5. Devedores e Outros Ativos**

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da SAG Gest e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

#### ***Políticas contabilísticas adotadas a partir de 1 de janeiro de 2018***

As rubricas de Devedores e Outros ativos são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Devedores e Outros ativos são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.6 a) – Imparidade de Ativos Financeiros. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral separada em Imparidades em Devedores e Outros Ativos e Imparidade – Entidades Relacionadas, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

#### ***Políticas contabilísticas adotadas até 31 de dezembro de 2017***

Os ativos financeiros apresentados nas rubricas Devedores e Outros ativos são mensurados, quando reconhecidos inicialmente, pelo respetivo justo valor, e subsequentemente pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas por imparidade. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as conta a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial

#### **2.4.6. Caixa e seus Equivalentes**

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários, quando existem, são apresentados na demonstração da situação patrimonial, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

#### **2.4.7. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante resultante da emissão.

#### **2.4.8. Passivos Financeiros**

#### ***Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018:***

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria Passivos financeiros ao custo amortizado inclui os passivos apresentados nas rubricas Credores e Outros Passivos, Acréscimos de Gastos e Empréstimos. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A 31 de dezembro de 2018, a SAG Gest apenas tem reconhecidos passivos classificados como Passivos financeiros ao custo amortizado.



**Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017:**

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- iii) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- iv) Outros passivos financeiros.

A categoria Outros passivos financeiros inclui os passivos apresentados nas rubricas Credores e Outros Passivos, Acréscimos de Gastos e Empréstimos. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2017, a SAG Gest apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Outros passivos financeiros”.

**2.4.9. Empréstimos**

Os Empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a SAG Gest possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

**2.4.10. Credores e Outros Passivos**

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a SAG Gest adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de Fornecedores serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica Fornecedores são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

**2.4.11. Ativos e Passivos Contingentes**

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Separadas, e apenas são divulgados quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Separadas, sendo divulgados nas Notas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

**2.4.12. Provisões**

São constituídas Provisões quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de ações passadas, que implique uma provável saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação que possa ser medida com fiabilidade.

As Provisões correspondem ao valor presente dos desembolsos estimados para liquidar a obrigação e são revistas na data de cada relato financeiro, sendo ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

#### **2.4.13. Reconhecimento de Proveitos**

##### **2.4.13.1. Rédito**

###### ***Política contabilística adotada a partir de 1 de janeiro de 2018***

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SAG Gest. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, a SAG Gest avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a SAG Gest efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados e de outros rendimento integral separada quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados. A SAG Gest considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica.

A política de reconhecimento do rédito para as principais atividades desenvolvidas pela SAG Gest, é conforme segue:

###### **– Rédito prestação de serviços**

O rédito é registado na demonstração dos resultados e de outros rendimento integral separada quando é transferido o controlo sobre o serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

###### **– Rédito de Juros**

O rédito é registado na demonstração dos resultados e de outros rendimento integral separada quando é conhecida a responsabilidade, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

###### ***Política contabilística adotada até 31 de dezembro de 2017***

Até 31 de Dezembro de 2017, o rédito da atividade era reconhecido quando os riscos e benefícios significativos resultantes da propriedade do bem eram integralmente transferidos para o Comprador, quando pudessem ser medidos com fiabilidade e quando era provável que fluíssem benefícios económicos para a Entidade. O rédito era reconhecido líquido de quaisquer impostos e de descontos de carácter comercial. Assim, os Proveitos da Atividade incluíam apenas os fluxos brutos de benefícios económicos recebidos e a receber pela SAG Gest e pelas Entidades incluídas no perímetro de consolidação, por sua conta própria. Os valores cobrados por conta de terceiros, tais como impostos, nomeadamente o Imposto Sobre Veículos (ISV), não são benefícios económicos que fluam para a SAG Gest, e não resultam em aumentos de Capital Próprio, pelo que são excluídos dos Proveitos da Atividade.

##### **2.4.13.2. Especialização de Proveitos da Atividade**

Os Proveitos da Atividade são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e os correspondentes rendimentos são reconhecidos como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

#### **2.4.13.3. Imparidade de Ativos não Financeiros**

A Sociedade avalia, em cada data de reporte, se existem indícios de imparidade que afetem os seus Ativos Fixos Tangíveis. Sempre que estes indícios são identificados, ou quando as IFRS requerem a realização de testes de imparidade, a Sociedade estima o valor recuperável do Ativo em questão, que corresponde ao mais alto (i) do seu Justo Valor, deduzido de eventuais custos de venda, ou (ii) ao seu valor de uso. Caso se verifique uma situação de imparidade, o valor do Ativo é reduzido por forma a refletir o seu valor recuperável.

#### **2.4.14. Transações e Saldos em Moeda Estrangeira**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras Separadas da SAG Gest é o Euro.

As operações denominadas em moeda estrangeira (fora da zona Euro) são reconhecidas em Euro, sendo convertidas utilizando a taxa de câmbio da data da transação. Os valores a receber e a pagar denominados em moeda estrangeira estão expressos em Euros, convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data de reporte.

Todas as diferenças de câmbio que são determinadas em consequência da aplicação deste critério são reconhecidas como custos ou proveitos do exercício em que são incorridas.

#### **2.4.15. Ativos não Correntes (ou grupos para alienação) Detidos para Venda**

Os Ativos Não Correntes (ou grupos para alienação) são classificados como Ativos Não Correntes Detidos para Venda quando o seu valor contabilístico venha a ser principalmente recuperado através de uma transação de venda, ou através de uma distribuição aos Acionistas, em vez de seu uso continuado nas atividades.

Os Ativos Não Correntes Detidos para Venda podem-se referir a um Ativo separado (por exemplo: Ativos Tangíveis, ou Investimento numa Subsidiária, com perda de controlo), ou a um grupo para alienação que inclui Ativos e Passivos (por exemplo: negócios para venda na totalidade).

Para que um Ativo Não Corrente ou grupo para alienação seja classificado como detido para venda, é necessário que se encontre em condições de venda imediata, e que a transação seja altamente provável. A operação de venda é considerada provável quando a Administração se compromete em prosseguir com a venda, definindo um intervalo de preço adequado e procurando ativamente um possível comprador, para que a operação de venda possa ser concluída dentro de um período de 12 meses.

Os Ativos Não Correntes Detidos para Venda são valorizados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos os custos de venda, a partir da data de classificação como detidos para venda. Os Ativos com vida útil definida deixam de ser depreciados / amortizados a partir da data em que são classificados como detidos para venda, até à data em que a transação de venda ocorra, ou que a transação deixe de ser provável.

Quando, devido a alterações de circunstâncias, os Ativos Não Correntes, e/ou grupos para alienação deixam de cumprir as condições para serem classificados como detidos para venda serão reclassificados de acordo com a natureza subjacente dos Ativos e serão valorizados pelo menor entre (i) o valor contabilístico antes de terem sido classificados como detidos para venda, ajustado por quaisquer gastos de depreciação / amortização, ou valores de reavaliação que teriam sido reconhecidos, caso esses Ativos não tivessem sido classificados como detidos para venda, e (ii) os valores recuperáveis dos itens na data em que são reclassificados de acordo com a sua natureza subjacente. Estes ajustamentos serão reconhecidos nos resultados do exercício.

No que se refere à classificação de participações financeiras como detidas para venda, relativamente a subsidiárias e empreendimentos conjuntos mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, estas passam a ser mensurados ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos custos de vender, cessando a aplicação da equivalência patrimonial.

No caso das participações financeiras em subsidiárias, ou empreendimentos conjuntos mensurados ao método de equivalência patrimonial, a cessação da classificação como detido para venda implica a reposição do método de equivalência patrimonial.

#### **2.4.16. Eventos Subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da Demonstração da Situação Patrimonial Separada são refletidos nas Demonstrações Financeiras Separadas.

Os eventos ocorridos após a data de reporte que proporcionem informação sobre as condições que se verifiquem após a data de reporte, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas, se materiais.

### **2.5. Julgamentos da Gestão**

Na preparação das Demonstrações Financeiras Separadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e em outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas, ou resultado de uma informação ou experiência adquiridas. Os julgamentos mais significativos refletidos nas Demonstrações Financeiras Separadas são como segue:

#### **a) Continuidade das Operações**

Tal como divulgado nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apesar do processo de reestruturação concluído pela SAG Gest em dezembro de 2015 com os seus principais bancos lhe ter permitido o reequilíbrio da sua estrutura financeira consolidada e criado condições para a continuidade das operações da SAG Gest e das suas participadas (em conjunto o “Grupo SAG”), no final do exercício de 2017, com a deterioração das condições do negócio a situação financeira do Grupo SAG deteriorou-se, agravando assim o risco de liquidez do Grupo e a sua rentabilidade operacional e financeira.

Na sequência dos eventos mencionados acima, no início de 2018, e com o objetivo de permitir a continuidade das operações do Grupo SAG, o Conselho de Administração da SAG Gest começou a desenvolver, em conjunto com as Marcas representadas pela subsidiária SIVA, um plano de reposicionamento do seu negócio de forma a inverter a situação e garantir a sustentabilidade de todo o Grupo e em consequência o seu acesso às fontes de financiamento necessárias para a sua atividade pelo que as Demonstrações Financeiras de 2017, da SAG Gest e das suas participadas, foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações, por ser convicção do Conselho de Administração que as negociações se iriam concluir com sucesso.

Adicionalmente, e como resposta à situação em que o Grupo se encontra, a Administração tem vindo a desenvolver diariamente uma gestão criteriosa no que respeita à sua atividade operacional, focada nos seus fluxos de caixa, tendo ajustado os planos de compras com as diversas marcas do Grupo VW, reduzindo o volume de encomendas e solicitado a redução dos prazos de recebimento dos apoios comerciais das Marcas. Ainda assim, a Sociedade apresenta, a 31 de Dezembro de 2018, Capitais Próprios negativos.

Apesar da complexidade do processo negocial com os diversos “stakeholders”, incluindo as Marcas representadas pela SIVA, as Instituições Financeiras que participam nos financiamentos e garantias que o Grupo SAG dispõe e as entidades do Grupo VW, foi possível estabelecer acordos que permitem garantir a continuidade das operações. É convicção do Conselho de Administração que as condições suspensivas do acordo, conforme descrito abaixo não ocorrerão.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, constituído pelas seguintes sociedades do grupo:

- f) AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.;
- g) Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent-A-Car, Unipessoal, Lda.;
- h) SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.;
- i) SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;
- j) Soauto SGPS, S.A.

Como parte desta negociação e do acordo com a PHS, e de forma a permitir a concretização, com sucesso, da transação contemplada e como sua condição (i) os Bancos acordaram apoiar a apresentação pela SAG e pela SIVA a processos especiais de revitalização – “PER” e (ii) o Volkswagen Finance Belgium, S.A., a Audi Aktiengesellschaft, a Škoda Auto A.S. e a Volkswagen Acktiengesellschaft acordaram também disponibilizar apoio financeiro às Sociedades, sujeito à conclusão, com sucesso da Transação (tal como a seguir descrita).

A conclusão da Transação ocorrerá após:

- a) A aprovação incondicional da Transação pela Comissão Europeia e, se aplicável, outras autoridades nacionais de concorrência competentes;
- b) A conclusão, com sucesso, da oferta pública de aquisição voluntária, nos termos anunciados, para aquisição de todas as ações da SAG (a “Oferta Pública”) não detidas pelo oferente e por pessoas que com ele se encontrem numa das situações do artigo 20.º tal como identificadas (“Partes Concertadas”) (salvo no que respeita às ações próprias detidas pela SAG que estarão incluídas no objeto da Oferta Pública), nos termos detalhados no anúncio preliminar hoje divulgado e de acordo com o qual o sucesso da Oferta pública dependerá da aquisição pelo Oferente e pelas Partes Concertadas de, pelo menos, noventa por cento do capital social e dos direitos de voto da SAG;
- c) A perda de qualidade de sociedade aberta após a conclusão, com sucesso, da Oferta Pública, ao abrigo da alínea a) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, desde que verificadas todas as condições aí previstas;
- d) Após a perda de qualidade de sociedade aberta, o lançamento e conclusão do processo previsto no artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, com vista à aquisição potestativa de todas as ações da SAG não detidas pela IAMC Lda e sociedades por si dominadas;
- e) A venda pela SAG Gest à SIVA das participações sociais representativas da totalidade do capital social da SIVA Serviços, da Globalrent e da AA00;
- f) A homologação judicial, transitada em julgado, do PER da SAG (tal como definido e melhor descrito a seguir);
- g) A homologação judicial, transitada em julgado, do PER da SIVA (tal como definido e melhor descrito a seguir);
- h) O registo final e definitivo das fusões por incorporação da Autoimpor na LGA e desta na SAG;

A Transação fica ainda sujeita a um conjunto de condições mais diretamente relacionadas com a atividade das Sociedades até ao fecho da Transação. Ainda no âmbito do acordo, a SAG compromete-se pelo prazo de dois anos a não exercer a atividade de Comércio Automóvel com exceção da desenvolvida pela Autolombos.



Devido à estrutura de endividamento das sociedades que se encontram no Perímetro da Transação, o preço de compra foi fixado em EUR 1 (um euro). A contrapartida poderá ser objeto de ajustamentos adicionais nos termos acordados nos documentos da transação, os quais assumirão a forma de perdão adicional de dívida no âmbito do PER da SIVA.

De acordo com o acordo extrajudicial de recuperação apresentado para homologação no âmbito do PER da SAG:

- a) os créditos subordinados da SIVA e de outras sociedades do grupo sobre a SAG, no montante total de EUR 253,1 milhões, serão integralmente extintos por remissão;
- b) os créditos dos Bancos sobre a SAG serão parcialmente extintos, por remissão no montante de Eur 15,9 milhões;
- c) os créditos remanescentes dos Bancos sobre a SAG após a referida remissão serão reembolsados, sujeito a cláusulas de regresso de melhor fortuna ou de remissão adicional, em função do desempenho económico e financeiro da SAG;
- d) após a conclusão da Transação, a atividade principal da SAG consistirá na gestão do investimento atual do Imocar.

De acordo com o acordo extrajudicial de recuperação apresentado para homologação no âmbito do PER da SIVA:

- a) os Bancos assegurarão até 31 de dezembro de 2019 garantias bancárias para garantir a importação de viaturas e peças pela SIVA;
- b) os créditos dos Bancos sobre a SIVA serão parcialmente extintos, por remissão, no montante Eur 100 milhões, acrescido no montante necessário para que a situação líquida da SIVA não seja negativa, sendo esse montante determinado na data do fecho da Transação;
- c) do montante dos créditos remanescentes dos Bancos sobre a SIVA após a referida remissão, parte será reembolsado em função da não verificação de determinadas contingências ao abrigo do CCV da SIVA e da Soauto SGPS, S.A., sendo o restante reembolsado pela SIVA na data do fecho da Transação.

Espera-se que a Transação seja concluída o mais tardar até 30 de setembro de 2019.

Com a conclusão (i) das fusões da Autoimpor na LGA e desta na SAG, (ii) da Transação e (iii) do PER da SAG, a SAG passará a deter (i) participações representativas de 40 (quarenta) por cento do capital social da Autolombos – Sociedade de Automóveis, Lda., (ii) ações representativas de 100 (cem) por cento do capital social da SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, S.A., e (iii) a totalidade das unidades de participação do IMOCAR – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Unidades de Participação IMOCAR”), um fundo imobiliário fechado gerido pela NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A, em que todas as Unidades de Participação continuarão empenhadas aos Bancos em garantia do reembolso de capital, e pagamento de juros, custos e despesas relacionadas com a dívida da SAG aos Bancos, após homologação final do PER da SAG e conclusão da Transação.

Pelo exposto acima, as Demonstrações Financeiras Separadas desta Sociedade foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

#### **b) Reconhecimento de ativos por impostos diferidos**

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

## 2.6. Estimativas Significativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras Separadas são como segue:

### a) Imparidade de Ativos Financeiros

Após 1 de Janeiro de 2018, a determinação da imparidade sobre ativos financeiros envolve estimativas significativas. Ao calcular esta estimativa, a Administração avalia, de entre outros fatores, a duração e extensão das circunstâncias de acordo com os quais o valor recuperável destes ativos poderá ser inferior ao seu valor contabilístico. Os saldos Devedores e Outros Ativos – Entidades Relacionadas, Devedores e Outros Ativos – Outros, são avaliados para fatores como o histórico de incumprimento, condições atuais de mercado, e ainda informação prospetiva estimada por referência ao final de cada período de reporte, enquanto elementos de avaliação mais críticos para efeitos de análise das perdas de crédito estimadas.

Até 31 de Dezembro de 2017 as perdas por imparidade nos saldos de Clientes e de outras Devedores e Outros Ativos eram reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que os montantes não eram recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas eram reconhecidas na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral, em Perdas por Imparidade – Entidades Relacionadas, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se deixem de verificar.

### b) Reconhecimento de Provisões

A SAG Gest é parte em diversos processos judiciais em curso. Com base na opinião dos seus Advogados, a SAG Gest efetua um julgamento para determinar se deve ser reconhecida uma Provisão para as contingências relacionadas com aqueles processos judiciais.

## 2.7. Políticas de gestão do risco financeiro

### 2.7.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da SAG Gest estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A gestão de risco da SAG Gest é controlada pelo departamento financeiro de acordo com políticas aprovadas pela Administração. A Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e as políticas que cobrem áreas específicas, como o risco de taxa de juro, risco de crédito bem como o risco de liquidez.

#### i. Risco de crédito

O risco de crédito da SAG Gest resulta essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores à SAG Gest. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da SAG Gest, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) na natureza societária dos devedores; ii) no tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iii) na experiência de transações realizadas no passado; iv) nos limites de crédito estabelecidos para cada cliente e ainda v) pelo recurso a Empresas especializadas em análise do risco de crédito.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a SAG Gest aplica os seguintes modelos de risco de crédito:

A SAG Gest considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma continua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a SAG Gest compara o risco de ocorrência de incumprimento por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial.



Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até à data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, a SAG Gest continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação.

### **Imparidade de ativos financeiros**

#### **a) Devedores e Outros ativos - Outros**

A SAG Gest aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de Devedores e Outros ativos. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Devedores e Outros ativos foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso.

O valor bruto contabilístico dos saldos de Devedores e Outros ativos reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest relativamente a estas rubricas.

Até 31 de dezembro de 2017, as imparidades dos saldos de Devedores e Outros ativos foram avaliadas segundo o modelo de perdas de crédito incorridas.

As perdas por imparidade para estes saldos foram reconhecidas como perdas por imparidade. A SAG Gest considerava que existia evidência de imparidade caso algum dos seguintes indicadores se verificasse:

- Dificuldades financeiras significativas para o devedor;
- Probabilidade de o devedor vir a entrar em insolvência ou reorganização financeira; e
- Incumprimento ou atrasos de pagamento (mais de 30 dias após o prazo de vencimento).

#### **b) Devedores e Outros Ativos - Entidades Relacionadas**

Em 2018 considera-se que os saldos de Devedores e Outros Ativos - Entidades Relacionadas têm risco de crédito elevado, pois apresentam risco de incobrabilidade significativo e a parte relacionada não apresenta capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo. Por este motivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram registados em resultados valores significativos de perdas por imparidade para partes relacionadas. Esta situação advém da deterioração da situação financeira do Grupo SAG, tal como referido na nota 2.5.

O valor bruto contabilístico dos itens classificados como Devedores e Outros Ativos - Entidades Relacionadas reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest.

#### **c) Equivalentes de caixa e Depósitos a Prazo**

O valor bruto contabilístico dos montantes considerados equivalentes de caixa respeita apenas a depósitos bancários e reflete o risco de crédito máximo da SAG Gest relativamente a esses ativos.

A 31 de dezembro de 2018 a qualidade de crédito das instituições financeiras devedoras dos saldos considerados equivalentes de caixa, era a seguinte:

	<u>31-dez-2018</u>	<u>31-dez-2017</u>
<b>Depósitos bancários</b>		
A2		
Banco Popular	0,0	4,2
A3		
Deutsch	0,0	0,6
BAA2		
BPI	1,5	0,9
CGD	1,9	9,9
BAA3		
Millenium BCP	50,2	22,2
Santander		
CAA2		
Novo Banco	1,1	(2,6)
Outros sem rating		
CCAM	0,0	1,2
<b>Depósitos bancários (caixa e equivalentes)</b>	<u>54,7</u>	<u>36,5</u>

Fonte: Moody's em 15-04-2019

## ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerido e acompanhado diariamente pelo Departamento de Tesouraria, através de mapas de projeção de Fluxos de Caixa, onde são consideradas todas as responsabilidades assumidas com as respetivas datas de vencimento. Em função da informação resultante da atualização diária dos mapas de Fluxos de Caixa são tomadas decisões relativamente a compras e investimentos a realizar e estabelecidos contactos com as Instituições Financeiras para ajuste das maturidades dos respetivos empréstimos.

Assim, a SAG Gest efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais com elevada qualidade creditícia, bem como manutenção de depósitos bancários, que permitem acesso imediato a fundos em conformidade com as necessidades resultantes dos mapas de Fluxos de Caixa.

	<b>31-12-2018</b>	<b>&lt;1 ano</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt;5 anos</b>
Empréstimos Obtidos	33.319,7	38.997,6	0,0	
Descobertos Bancários	0,0	0,0	0,0	
Suprimentos	0,0	0,0	0,0	
Outros Empréstimos	33.319,7	38.997,6	0,0	
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	238,8	0,0	0,0	
Credores e Outros Passivos - Outros	0,1	0,0	0,0	
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	595,3	0,0	0,0	
	<b>31-12-2017</b>	<b>&lt;1 ano</b>	<b>1-5 anos</b>	<b>&gt;5 anos</b>
Empréstimos Obtidos	27.055,3	44.097,6	0,0	
Descobertos Bancários	0,0	0,0	0,0	
Suprimentos	0,0	0,0	0,0	
Outros Empréstimos	27.055,3	44.097,6	0,0	
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	58,8	0,0	0,0	
Credores e Outros Passivos - Outros	0,1	0,0	0,0	
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	239.808,4	0,0	0,0	

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora  
Capital Social: Eur 169.764.398,00  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora  
Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886  
Escritório: Alfragpark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2  
2614-519 Amadora  
Tel: 21 359 66 64/  
Fax: 21 359 66 74

### iii. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem impacto no serviço da dívida bancária contratada e dos financiamentos obtidos de entidades da SAG Gest.

Apesar de a totalidade dos financiamentos contratados pela Gest ser remunerada com base na taxa de juro Euribor, acrescida de um “spread” de risco, em 31 de Dezembro de 2018 não existiam quaisquer Instrumentos Financeiros para cobertura do risco de variação da taxa de juro, em função do baixo nível de taxas de juro de mercado atuais, das expectativas de evolução das mesmas e também tendo em consideração o prazo de reembolso das operações em vigor.

Para avaliar o efeito que a variação das taxas Euribor tem sobre o resultado antes de imposto da SAG Gest, considerou-se, para efeitos de análise de sensibilidade, a variação de 1bp nas taxas Euribor.

#### Análise de Sensibilidade - Impacto das variações nas Taxas Euribor

Empréstimos Bancários	Indexante	Valor Nominal	Variação das Taxas		
			+ 1 bp		-1 bp
			Euribor < 0%	Euribor > 0%	
SAG - Conta Corrente 1	Euribor 6 Meses	14.650.000	0	1.524	0
SAG - Conta Corrente 2	Euribor 6 Meses	7.600.000	0	790	0
SAG - Conta Corrente 3	Euribor 6 Meses	675.000	0	70	0
SAG - Empréstimo Bancário 1	Euribor 6 Meses	31.200.000	0	3.245	0
SAG - Empréstimo Bancário 2	Euribor 6 Meses	17.997.622	0	1.872	0
<b>Impacto total no Resultado Antes de Impostos</b>		<b>72.122.622</b>	<b>0</b>	<b>7.501</b>	<b>0</b>

Taxas em vigor a 31 de Dezembro de 2018: Euribor 6 Meses -0,237%

Pelo facto de a taxa Euribor 6M se encontrar com valor negativo, uma descida nessa taxa não tem qualquer impacto na taxa de juro final aplicável aos financiamentos. Um aumento da Euribor apenas tem impacto na taxa final quando a mesma passar para valores positivos.

### 3. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Na sequência dos eventos mencionados na Nota 2.5 a) – Continuidade das Operações, a SAG Gest considerou os seus investimentos em Subsidiárias como Ativos Não Correntes Detidos para Venda, conforme relatado no quadro seguinte:

Rubricas	(Montantes em Euros)	
	Notas	2018
<b>DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL</b>		
<b>Activos não correntes detidos para venda</b>		
Investimento em Subsidiárias	13	3.940,2
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	14	82.252,1
		<b>86.192,3</b>
<b>Passivos associados a Activos não Correntes detidos para venda</b>		
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	19	249.427,9
		<b>249.427,9</b>

(Montantes em Euros)			
Rubricas	Notas	2018	2017 Ajustado
DRORI			
Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas			
Ganhos e (Perdas) em Investimentos Financeiros - MEP	13	656,2	658,8
Imparidade - Entidades Relacionadas (i)		(29.704,9)	(18.959,8)
		(29.048,7)	(18.301,0)

- (i) O montante registado em Imparidades – Entidades Relacionadas, decorre da introdução do Método de Equivalência Patrimonial nas contas de 2018, conforme explicado na Nota 2.1.4.

#### 4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Prestação de Serviços está relatada no quadro seguinte.

<u>Prestação de Serviços</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consultoria Jurídica, Financeira e Fiscal	0,0	1.892,3
Outros	0,0	95,6
<b>Total</b>	<b>0,0</b>	<b>1.987,9</b>

Em 2018, a SAG Gest não procedeu à emissão dos débitos de Consultoria às Empresas do Grupo.

#### 5. OUTROS GANHOS E OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os Outros Ganhos e Outros Gastos Operacionais são como segue:

<u>Outros Ganhos e Outros Gastos</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Outros Ganhos Operacionais</b>		
Ganhos em empresas do grupo	7.918,4	0,0
Restituição de Impostos	0,0	2,5
Rappel Fornecedores	0,0	0,1
<b>Total</b>	<b>7.918,4</b>	<b>2,6</b>
<b>Outros Gastos Operacionais</b>		
Outros Custos Operacionais	166,2	11,4
Donativos	30,0	35,0
Impostos Indirectos	13,5	1,2
Quotizações	2,0	2,0
Multas e Penalidades	0,0	0,5
<b>Total</b>	<b>211,6</b>	<b>50,1</b>

O valor apresentado em 2018 em ganhos em SAG Gest do grupo, reflete a imparidade da dívida da Volpe, registada na SAG Overseas, inerente à sua liquidação, que por sua vez, a SAG Gest registou um proveito inerente ao registo da dívida da IAMC Lda.

## 6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Os Fornecimentos e Serviços de Terceiros são como segue:

<b><u>Fornecimentos e Serviços de Terceiros -</u></b>		
<b><u>Custos com Viaturas</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Combustíveis	21,2	24,5
Conservação e Reparação de Viaturas	1,8	2,0
Estacionamento e Portagens	0,2	9,7
Seguros Automóveis	0,0	0,8
Aluguer de Viaturas	0,0	58,0
<b>Total</b>	<b>23,3</b>	<b>95,0</b>

<b><u>Fornecimentos e Serviços de Terceiros -</u></b>		
<b><u>Custos de Estrutura</u></b>	<b><u>2018</u></b>	<b><u>2017</u></b>
Honorários	670,0	1,3
Trabalhos Especializados - Outros	185,9	1.710,6
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	55,4	23,5
Auditoria e Revisão de Contas	33,5	34,4
Deslocações e Estadas	16,8	15,3
Seguros	15,0	13,0
Comunicação	7,2	10,6
Electricidade	4,7	0,0
Trabalhos Especializados - Consultadoria	2,5	0,0
Rendas e Alugueres	1,0	1,0
Material de Escritório	0,2	0,8
Conservação e Reparação	0,0	0,4
<b>Total</b>	<b>992,1</b>	<b>1.810,8</b>

O valor de Trabalhos Especializados – Outros de 2017, corresponde aos custos incorridos pela SAG Gest no âmbito dos acordos estabelecidos com os seus principais Acionistas e os Bancos que subscreveram o Acordo Quadro SAG. Estes acordos definem os termos e condições para o alargamento das maturidades da dívida da SAG Gest e para a reposição dos respetivos Capitais Próprios Consolidados, prevendo ainda que a Acionista Principal SA continue a prestar um conjunto diversificado de serviços de natureza recorrente, nomeadamente na área da administração e da gestão, na consultoria estratégica e financeira, bem como na manutenção e gestão do relacionamento com os Bancos que subscreveram o Acordo Quadro da SAG.

Estes serviços eram de extrema relevância para a SAG e para as suas Subsidiárias, na gestão e manutenção das suas posições financeiras e comerciais, bem como na manutenção e desenvolvimento dos negócios associados às atividades desenvolvidas pela Subsidiária SIVA na importação e distribuição, em Portugal, de veículos automóveis das Marcas do Grupo Volkswagen.

Em relação à rubrica de honorários, em 2018 a SAG Gest incorreu em custos associados ao processo de reestruturação do Grupo.

## 7. GASTOS COM O PESSOAL

Os Gastos com o Pessoal estão relatados no quadro seguinte.

<u>Gastos com o Pessoal</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ordenados de Órgãos Sociais	666,1	990,8
Indeminização por Cessão Contratual	234,5	0,0
Encargos TSU	191,0	309,6
Outros Custos com o Pessoal	43,7	42,5
Subsídio de Natal de Órgãos Sociais	30,3	30,3
Subsídio de Férias de Órgãos Sociais	30,3	30,3
Subsídio de Natal	23,5	64,7
Subsídio de Férias	21,2	53,4
Ordenados do Pessoal	18,1	158,7
Seguro de Saúde	8,4	9,1
Subsídio de Alimentação	7,9	14,5
Prémios Regulares	7,5	0,0
Seguro de Acidentes de Trabalho	6,2	6,3
Subsídio de Isenção Horário de Trabalho	1,6	3,9
Seguro Vida Grupo	1,6	2,5
Formação - Externa	0,1	0,1
<b>Total</b>	<b>1.291,9</b>	<b>1.716,5</b>

O número de Colaboradores da SAG Gest em 31 de Dezembro de 2018 era 3 (11 em 31 de Dezembro de 2017).

Durante o ano de 2018, o número médio de Colaboradores foi de 6 (11 em 2017).

## 8. GANHO E (PERDAS) EM VENDAS DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ganhos e Perdas em Vendas de Ativos Fixos Tangíveis são como segue:

<u>Ganhos e Perdas em Vendas de Activos Fixos</u> <u>Tangíveis</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ganhos em Activos Fixos Tangíveis	0,2	0,0
Perdas em Activos Fixos Tangíveis	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>

## 9. GASTOS E GANHOS FINANCEIROS

Os Gastos e Ganhos Financeiros são como segue:

<u>Gastos e Ganhos Financeiros</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Gastos Financeiros</b>		
Juros Suportados - Entidades Relacionadas (Nota 21)	10.683,6	9.189,3
Juros Suportados - Empréstimos Bancários	2.759,3	2.860,3
Comissões Bancárias	31,3	28,8
Serviços Bancários	22,6	24,3
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0,4	0,0
<b>Total</b>	<b>13.497,2</b>	<b>12.102,8</b>
 <b>Ganhos Financeiros</b>		
Juros Obtidos - Entidades Relacionadas (Nota 21)	15.395,6	15.241,5
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	39,1	101,7
Juros Compensatórios/Mora	7,1	0,0
<b>Total</b>	<b>15.441,7</b>	<b>15.343,2</b>

## 10.IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

### a) Alterações à Legislação Fiscal

Com a entrada em vigor da Lei nº 2/2014 de 16 de Janeiro, foi alterado, entre outros, o Artigo 69º do Código do IRC, que estabelece o âmbito e condições de aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS). Estas alterações produziram efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

O Número 2 do referido Artigo 69º estabelece que, para que uma Entidade seja considerada como sociedade dominada, para efeitos da aplicação do RETGS, a percentagem que uma Entidade Acionista detenha, direta ou indiretamente, nessa Entidade, é de 75% (anteriormente 90%), desde que tal participação confira pelo menos 50% dos direitos de voto. Caso se verifique esta condição, a Entidade passará a ser incluída no perímetro de aplicação do RETGS liderado pela sua Entidade Acionista.

Em consequência desta alteração, e cumpridos os demais requisitos do Artigo 69º do Código IRC, a SAG Gest passou, com efeitos desde 1 de janeiro de 2014, a ter uma nova Entidade dominante para efeitos fiscais, a IAMC Lda, sua Acionista maioritária, passando a integrar o perímetro do RETGS desta última Entidade.

Adicionalmente, e também em resultado das alterações acima indicadas, as demais Entidades anteriormente incluídas no perímetro do RETGS liderado pela SAG Gest, detidas de forma direta e indireta pela Acionista IAMC Lda em mais de 75%, passaram a integrar o perímetro do RETGS desta última Entidade, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014.

A opção pela continuidade da aplicação deste regime foi comunicada à Autoridade Tributária, pela Entidade dominante, em 25 de Março de 2014. A Autoridade Tributária confirmou esta alteração em 2 de Março de 2015.

Na mesma data, e de acordo com o disposto nos Números 3 e 4 do Artigo 71º do Código do IRC, foi entregue um requerimento solicitando a manutenção dos prejuízos fiscais relativos a exercícios anteriores, apurados no âmbito do RETGS liderado pela SAG Gest, bem como a manutenção das quotas-partes dos prejuízos fiscais individuais das Entidades que integravam o anterior RETGS liderado pela Acionista IAMC Lda.



Em 2018 as Autoridades Fiscais deferiram o pedido expresso neste requerimento, pelo que a utilização de prejuízos fiscais dedutíveis no âmbito do atual perímetro do REGTS foi considerada de acordo com o pedido efetuado.

#### b) Revisões das Declarações Fiscais

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido apurados prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da SAG Gest referentes aos anos de 2015 a 2018 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, embora a SAG Gest considere que eventuais correções resultantes de revisões das Autoridades Fiscais àquelas declarações fiscais não terão efeito significativo nas Demonstrações Financeiras Separadas à data de 31 de dezembro de 2018.

#### c) Cálculo do imposto corrente

As taxas de Imposto Sobre o Rendimento aplicáveis em Portugal no exercício de 2018 são como segue:

- i. Taxa básica de Imposto Sobre o Rendimento (IRC): 21% sobre o resultado tributável;
- ii. Derrama Municipal: 1,5% sobre o resultado tributável positivo apurado, numa base individual, por cada uma das Entidades incluídas no RETGS;
- iii. Derrama Estadual: incide sobre o resultado tributável positivo, apurado numa base individual, por cada uma das Entidades incluídas no RETGS, sendo aplicáveis as seguintes taxas de imposto:
  - a. 3% sobre o resultado tributável positivo compreendido entre Eur mil 1.500,0 e Eur mil 7.500,0;
  - b. 5% sobre o resultado tributável positivo compreendido entre Eur mil 7.500,0 e Eur mil 35.000,0;
  - c. 9% sobre o resultado tributável positivo que exceda Eur mil 35.000,0.

#### d) Decomposição do Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

Os componentes principais do Imposto Sobre o Rendimento relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 são como segue:

<u>Imposto Estimado no exercício</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Imposto estimado no exercício</b>		
Imposto corrente sobre o rendimento	(1.771,7)	(355,2)
Imposto sobre os Gastos Financeiros Não Dedutíveis	545,0	694,8
(Excesso)/Insuficiência de estimativa de imposto do exercício anterior	0,0	(77,5)
Imposto diferido activo	(5.895,4)	87,6
<b>Imposto sobre o rendimento reportados na Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral</b>	<b>(7.122,2)</b>	<b>349,7</b>

O valor apresentado como Imposto Corrente Sobre o Rendimento é o que resulta da aplicação do Regime acima referido, à data de fecho do exercício. No momento da entrega do Imposto, no exercício seguinte, este saldo é transferido para a rubrica Partes Relacionadas, como um saldo a pagar à, ou a receber da Acionista IAMC Lda., de acordo com as regras internas estabelecidas para as Entidades que estão abrangidas pelo RETGS onde a Sociedade se encontra inserida (e que é liderado desde 2014 pela IAMC Lda., Entidade que detém uma participação na Acionista SAG Gest que impõe a adoção do RETGS).

O valor do Imposto sobre Gastos Financeiros Não Dedutíveis representa a diferença positiva que resulta do facto de a Entidade que lidera o RETGS onde se inclui a SAG Gest (a Acionista IAMC Lda.) ter optado por calcular o valor dos Gastos Financeiros Não Dedutíveis numa base consolidada, em vez de efetuar esse cálculo numa base individual. Em resultado desta opção, o valor dos Gastos Financeiros Não Dedutíveis calculado numa base consolidada é inferior ao que resulta da realização dos cálculos numa base individual, sendo o correspondente benefício apropriado pela SAG Gest (em relação às suas Subsidiárias e Participadas incluídas no RETGS liderado pela Acionista IAMC Lda.), uma vez que nas

Demonstrações Financeiras individuais destas Subsidiárias o valor dos Gastos Financeiros Não Dedutíveis é calculado numa base individual.

**e) Conciliações: Resultado Contabilístico e Resultado Tributável, Taxa de Imposto Efetiva e Taxa de Imposto Nominal**

As conciliações entre (i) o resultado contabilístico e o resultado tributável, e (ii) as taxas de imposto aplicadas ao resultado contabilístico e as taxas nominais de imposto aplicadas (após as correções do resultado contabilístico) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão relatadas nos quadros seguintes:

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro				
	2018				
	Contabilístico	Fiscal (Imposto Corrente)	Diferenças	Imposto Diferido Débito / (Crédito) de Resultados	
				Activo	Passivo
<b>A - Resultado Antes de Impostos</b>		(170.008,8)			
<b>B - Diferenças Temporárias entre a Base Fiscal e a Base de Reporte</b>					
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>C - Diferenças Permanentes entre a Base Fiscal e a Base de Reporte</b>					
Gastos Financeiros Não Dedutíveis	(2.595,0)	(2.595,0)			
Resultados de Associadas Consolidadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	36.039,5	36.039,5			
Donativos	30,0	30,0			
Perdas por Imparidade	141.313,4	141.313,4			
Outros	23,5	23,5			
<b>Total Diferenças Permanentes</b>	174.811,3	174.811,3	-		
<b>D - Matéria Colectável (D = A + B + C)</b>	4.802,6	4.802,6	-		
D - 2 - Resultado Tributável em Portugal	4.802,6	4.802,6			
<b>D.1 Imposto Sobre Rendimento (Portugal)</b>	1.008,5	1.008,5			
Taxa de Imposto Sobre o Rendimento (Portugal)	21,0%	21,0%			
<b>D.2 Imposto Sobre Itens Sujeitos a uma Taxa Diferente</b>	-	-			
Taxa - Itens sujeitos a uma taxa diferente	12,5%	12,5%			
<b>2 - Derrama Municipal - Imposto</b>	111,0	111,0			
Taxa de Derrama Municipal (Portugal)	1,5%	1,5%			
<b>3 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 1.500.000 €</b>	99,077	99,077			
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	3,0%	3,0%			
<b>4 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 7.500.000 €</b>	-	-			
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	5,0%	5,0%			
<b>D.5 - Total Imposto Calculado (Portugal) - (5 = 1 + 2 + 3 + 4)</b>	1.218,6	1.218,6			
Taxa Estatutária Média de Imposto (Portugal)	25,4%	25,4%			
<b>3 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal (D - 2)</b>	4.802,6	4.802,6			
<b>4 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal - Itens sujeitos a taxa diferente (D - 3)</b>	0,0	0,0			
<b>5 - Imposto Sobre o Resultado Tributável em Portugal (5)</b>	1.218,6	1.218,6			
Taxa Estatutária de Imposto Sobre o rendimento - Portugal	25,4%	25,4%			
<b>6. Matéria Colectável ( 5= 1+3+4 = D)</b>	4.802,6	4.802,6			
<b>CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO</b>					
Total do Imposto Sobre o Rendimento (2 + D-5)	1.218,6	1.218,6			
Tributação Autónoma	8,1	8,1			
Ajustamentos às Estimativas de Imposto de Exercícios Anteriores	0,0	0,0			
<b>Imposto Corrente do Exercício</b>	1.226,7	1.226,7			
Impostos Diferidos Activos - Reversão por Caducidade de Prejuízos Fiscais	0,0	0,0		0,0	
Impostos Diferidos Activos do Exercício - (Aumento) / (Redução)	5.895,4	5.895,4		5.895,4	
Impostos Diferidos Passivos do Exercício - Aumento / (Redução)	0,0	0,0		-	
<b>Impostos Diferidos do Exercício</b>	5.895,4	5.895,4		5.895,4	-
<b>7 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Continuadas</b>	7.122,2	7.122,2			
<b>8 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Descontinuadas</b>	-	-			
<b>Taxa Estatutária Média de Imposto - (7 + 8) : D</b>	148,30%	148,30%			
<b>Taxa Efectiva de Imposto - (7 + 8) : A</b>	-4,19%	-4,19%			

	Período de 12 meses findo em 31 de Dezembro				
	2017 Reportado				
	Contabilístico	Fiscal (Imposto Corrente)	Diferenças	Imposto Diferido Débito / (Crédito) de Resultados	
				Activo	Passivo
<b>A - Resultado Antes de Impostos</b>	<b>1.558,5</b>				
<b>B - Diferenças Temporárias entre a Base Fiscal e a Base de Reporte</b>					
Outros			0,0	0,0	
<b>Total Diferenças Temporárias</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	
<b>C - Diferenças Permanentes entre a Base Fiscal e a Base de Reporte</b>					
Gastos Financeiros Não Dedutíveis	(3.308,6)	(3.308,6)			
Multas, Coimas e Juros Compensatórios	0,5	0,5			
Donativos	19,1	19,1			
Outros	0,4	0,4			
<b>Total Diferenças Permanentes</b>	<b>(3.288,6)</b>	<b>(3.288,6)</b>	<b>,0</b>		
<b>D - Matéria Colectável (D = A + B + C)</b>	<b>(1.730,1)</b>	<b>(1.730,1)</b>	<b>,0</b>		
D - 2 - Resultado Tributável em Portugal	(1.730,1)	(1.730,1)			
<b>D-1 Imposto Sobre Rendimento (Portugal)</b>	<b>(363,3)</b>	<b>(363,3)</b>			
Taxa de Imposto Sobre o Rendimento (Portugal)	21,0%	21,0%			
<b>D-2 Imposto Sobre Itens Sujeitos a uma Taxa Diferente</b>					
Taxa - Itens sujeitos a uma taxa diferente	12,5%	12,5%			
<b>2 - Derrama Municipal - Imposto</b>	<b>23,7</b>	<b>23,7</b>			
Taxa de Derrama Municipal (Portugal)	1,5%	1,5%			
<b>3 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 1.500.000 €</b>					
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	3,0%	3,0%			
<b>4 - Derrama Estadual - Aplicada sobre o resultado superior a 7.500.000 €</b>					
Taxa de Derrama Estadual (Portugal)	5,0%	5,0%			
<b>D-5 - Total Imposto Calculado (Portugal) - (5 = 1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>(339,7)</b>	<b>(339,7)</b>			
Taxa Estatutária Média de Imposto (Portugal)	19,6%	19,6%			
<b>3 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal (D - 2)</b>	<b>(1.730,1)</b>	<b>(1.730,1)</b>			
<b>4 - Resultado Tributável Sujeito a Imposto em Portugal - Itens sujeitos a taxa diferente (D - 3)</b>	<b>,0</b>	<b>,0</b>			
<b>5 - Imposto Sobre o Resultado Tributável em Portugal (5)</b>	<b>(339,7)</b>	<b>(339,7)</b>			
Taxa Estatutária de Imposto Sobre o rendimento - Portugal	19,6%	19,6%			
<b>6. Matéria Colectável ( 5= 1+3+4 = D)</b>	<b>(1.730,1)</b>	<b>(1.730,1)</b>			
<b>CÁLCULO DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO</b>					
Total do Imposto Sobre o Rendimento (2 + D-5)	(339,7)	(339,7)			
Tributação Autónoma	0,0	0,0			
Ajustamentos às Estimativas de Imposto de Exercícios Anteriores	77,5	77,5			
<b>Imposto Corrente do Exercício</b>	<b>(262,2)</b>	<b>(262,2)</b>			
Impostos Diferidos Activos - Reversão por Caducidade de Prejuízos Fiscais	3.782,1	3.782,1		3.782,1	
Impostos Diferidos Activos do Exercício - (Aumento) / (Redução)	(3.869,7)	(3.869,7)		(3.869,7)	
Impostos Diferidos Passivos do Exercício - Aumento / (Redução)	0,0				
<b>Impostos Diferidos do Exercício</b>	<b>(87,6)</b>	<b>(87,6)</b>		<b>(87,6)</b>	<b>0,0</b>
<b>7 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Continuadas</b>	<b>(349,7)</b>	<b>(349,7)</b>		<b>(87,6)</b>	<b>0,0</b>
<b>8 - Imposto Sobre o Rendimento Operações Descontinuadas</b>					
Taxa Estatutária Média de Imposto - (7 + 8) : D	20,21%	20,21%			
Taxa Efectiva de Imposto - (7 + 8) : A	-22,44%	-22,44%			

## f) Movimentos em Impostos Diferidos

Os movimentos reconhecidos em Impostos Diferidos durante os exercícios de 2018 e de 2017 estão relatados no quadro seguinte.

Impostos Diferidos - Movimentos 2018					
ACTIVO	Saldo a 01-01-2018	Aumento	Diminuição	Transferência	Saldo a 31-12-2018
Prejuízos Fiscais	4.340,2	0,0	(5.895,4)	1.555,3	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>4.340,2</b>	<b>0,0</b>	<b>(5.895,4)</b>	<b>1.555,3</b>	<b>0,0</b>

Impostos Diferidos - Movimentos 2017					
ACTIVO	Saldo a 01-01-2017	Aumento	Diminuição	Transferência	Saldo a 31-12-2017
Imparidade de Clientes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Prejuízos Fiscais	3.782,1	3.869,7	(3.782,1)	470,4	4.340,2
<b>TOTAL</b>	<b>3.782,1</b>	<b>3.869,7</b>	<b>(3.782,1)</b>	<b>470,4</b>	<b>4.340,2</b>

A variação em Impostos Diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	2018	2017
Transferência - Utilização Prejuízos Fiscais	1.555,3	470,4
Diminuição por Caducidade de Prejuízos Fiscais	0,0	(3.782,1)
Aumento/(Diminuição) de Prejuízos Fiscais	(5.895,4)	3.869,7
Diminuição por Ajustamentos	0,0	0,0
	<b>(4.340,2)</b>	<b>558,0</b>

O valor dos Impostos Diferidos Ativos referente a Prejuízos Fiscais Reportáveis, por ano de origem e de caducidade, encontra-se detalhado no quadro seguinte. A Administração não tem a expectativa de que irão ser gerados, no futuro, resultados tributáveis positivos que irão possibilitar a utilização dos valores dos prejuízos fiscais acumulados, pelo que foi anulado a totalidade do Imposto Diferido Ativo.

Ano Origem	Prejuízos Fiscais	IRC				
		Valor IDA Inicial	Aumento IDA	Anulação IDA	Valor IDA a Utilizar	Caducidade
2016	20.665,1	4.340,2	0,0	4.340,2	0,0	2028
2017	7.406,1	0,0	1.555,3	1.555,3	0,0	2022
<b>Total</b>	<b>28.071,2</b>	<b>4.340,2</b>	<b>1.555,3</b>	<b>5.895,4</b>	<b>0,0</b>	

## 11.RESULTADOS POR ACÇÃO

Os Resultados por Acção em 2018 e em 2017 são os seguintes:

<u>Resultado por Acção</u>	2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
<b>Resultado Líquido do ano</b>	<b>(177.130,9)</b>	<b>(12.386,9)</b>	<b>1.908,2</b>
Nº Total de Acções Emitidas	169.764,4	169.764,4	169.764,4
Acções Próprias	(16.760,8)	(16.760,8)	(16.760,8)
Nº Médio ponderado de Acções Ordinárias para cálculo do Resultado por acção (Efeito Básico)	153.003,6	153.003,6	153.003,6
<b>Resultado Por Acção (Antes de Efeito Diluído)</b>	<b>(0,0012)</b>	<b>(0,0001)</b>	<b>0,0000</b>
Nº Médio ponderado de Acções ajustado para Cálculo do resultado por Acção (Efeito Diluído)	153.003,6	153.003,6	153.003,6
<b>Resultado Por Acção (Depois De Efeito Diluído)</b>	<b>(1,158)</b>	<b>(0,081)</b>	<b>0,012</b>

## 12.ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos em Ativos Fixos Tangíveis durante os exercícios de 2018 e de 2017 estão relatados no quadro seguinte:

<u>Activos Fixos Tangíveis - Movimentos 2018</u>	Edifícios	Equipamento Básico	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Activos Fixos Tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 Janeiro 2018	0,2	0,0	0,0	0,0	(0,0)	0,2
Aumentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alienações - Abates	0,0	0,0	0,0	(9,9)	(4,2)	(14,1)
Alienações - Depreciações Acumuladas	0,0	0,0	0,0	9,9	4,2	14,1
Depreciações do Exercício	(0,0)	0,0	0,0	0,0	0,0	(0,0)
<b>Saldo Final a 31 Dezembro 2018</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>

### Activos Fixos Tangíveis - Detalhe do Saldo em 31 de Dezembro de 2018

<b>A 1 Janeiro 2018</b>						
Custos de Aquisição	425,6	36,3	1,0	227,8	76,1	766,9
Depreciações Acumuladas	(425,4)	(36,3)	(1,0)	(227,8)	(76,1)	(766,7)
<b>Activo Fixo Tangível Líquido</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>
<b>A 31 Dezembro 2018</b>						
Custos de Aquisição	425,6	36,3	1,0	217,9	72,0	752,8
Depreciações Acumuladas	(425,4)	(36,3)	(1,0)	(217,9)	(72,0)	(752,6)
<b>Activo Fixo Tangível Líquido</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>

<u>Activos Fixos Tangíveis - Movimentos 2017</u>	Edifícios	Equipamento Básico	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Activos Fixos Tangíveis	TOTAL
Saldo Inicial a 1 Janeiro 2017	0,2	0,0	0,0	0,0	(0,0)	0,2
Aumentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Depreciações do Exercício	(0,0)	0,0	0,0	(0,0)	0,0	(0,0)
<b>Saldo Final a 31 Dezembro 2017</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>

### Activos Fixos Tangíveis - Detalhe do Saldo em 31 de Dezembro de 2017

<b>A 1 Janeiro 2017</b>						
Custos de Aquisição	425,6	36,3	1,0	227,8	76,1	766,9
Depreciações Acumuladas	(425,4)	(36,3)	(1,0)	(227,8)	(76,1)	(766,7)
<b>Activo Fixo Tangível Líquido</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>
<b>A 31 Dezembro 2017</b>						
Custos de Aquisição	425,6	36,3	1,0	227,8	76,1	766,9
Depreciações Acumuladas	(425,4)	(36,3)	(1,0)	(227,8)	(76,1)	(766,7)
<b>Activo Fixo Tangível Líquido</b>	<b>0,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(0,0)</b>	<b>0,2</b>

### 13. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

A partir de 2018, a SAG Gest optou por aplicar o Método de Equivalência Patrimonial na mensuração subsequente dos seus investimentos em subsidiárias, pelo que procedeu à reexpressão do comparativo.

O valor dos Investimentos Financeiros em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, e os principais indicadores financeiros das Entidades Subsidiárias estão relatados no quadro seguinte.

Investimento Financeiro	2018				Principal local de negócios
	Valor Contabilístico	Capital Próprio	Resultado Líquido	% de Participação	
AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	1.136,4	(319,2)	(984,0)	100,00%	Portugal
LGA – Logística Automóvel, S.A.	0,0	(549.760,6)	(275.764,3)	100,00%	Portugal
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	2.803,9	1.810,6	(808,6)	100,00%	Portugal
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	52.364,0	57.682,6	(5.576,1)	100,00%	Portugal
	<b>56.304,2</b>				
Reclassificação de Activos não correntes detidos para venda	(3.940,2)				
<b>Total Investimento Financeiro</b>	<b>52.364,0</b>				

Investimento Financeiro	2017 Ajustado				Principal local de negócios
	Valor Contabilístico	Capital Próprio	Resultado Líquido	% de Participação	
AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	664,8	664,8	360,1	100,00%	Portugal
LGA – Logística Automóvel, S.A.	0,0	(273.996,3)	(18.959,8)	100,00%	Portugal
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	2.619,2	2.619,2	298,7	100,00%	Portugal
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	59.354,8	63.258,7	4.071,4	100,00%	Portugal
	<b>62.638,8</b>				

Investimento Financeiro	2017 Reportado				Principal local de negócios
	Valor Contabilístico	Capital Próprio	Resultado Líquido	% de Participação	
AA00 – Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	50,0	664,8	360,1	100,00%	Portugal
LGA – Logística Automóvel, S.A.	86.097,4	5.809,9	634,1	100,00%	Portugal
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	4.115,5	2.619,2	298,7	100,00%	Portugal
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	56.280,0	63.258,7	4.071,4	100,00%	Portugal
	<b>146.542,9</b>				

Durante o exercício de 2018 e 2017, as variações em Investimentos em Subsidiárias estão relatadas no quadro seguinte:

Investimento Financeiro	Saldo a 1 de Janeiro de 2018		Aumentos / Reduções			Saldo a 31 de Dezembro de 2018
	Custo de Aquisição	Aplicação de MEP (Resultados Transitados)	Aumentos	Anulações	MEP (Apropriação do Resultado)	
AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	50,0	614,8	0,0	0,0	471,6	1.136.368
LGA – Logística Automóvel, S.A.	86.097,4	(86.097,4)	0,0	0,0	0,0	0
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	4.115,5	(1.496,3)	0,0	0,0	184,7	2.803.858
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	56.280,0	3.074,8	0,0	0,0	(6.990,8)	52.364.005
	<b>146.542,9</b>	<b>(83.904,0)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>(6.334,6)</b>	<b>56.304,2</b>
Reclassificação de Activos não correntes detidos para venda					0,0	(3.940,2)
Reclassificação de Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas					(656,2)	0,0
Total Investimento Financeiro					<b>(6.990,8)</b>	<b>52.364,0</b>

Investimento Financeiro	Saldo a 1 de Janeiro de 2017 Ajustado		Aumentos / Reduções			Saldo a 31 de Dezembro de 2017 Ajustado
	Custo de Aquisição	Aplicação de MEP (Resultados Transitados)	Aumentos	Anulações	MEP (Apropriação do Resultado)	
AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	50,0	254,7	0,0	0,0	360,1	664.817
LGA – Logística Automóvel, S.A.	86.097,4	(86.097,4)	0,0	0,0	0,0	0
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	4.115,5	(1.795,0)	0,0	0,0	298,7	2.619.184
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	56.280,0	(577,5)	0,0	0,0	3.652,3	59.354.827
	<b>146.542,9</b>	<b>(88.215,2)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>4.311,2</b>	<b>62.638,8</b>
Reclassificação de Resultado das Unidades Operacionais Descontinuadas					(658,8)	0,0
Total Investimento Financeiro					<b>3.652,3</b>	<b>62.638,8</b>

Investimento Financeiro	Saldo a 1 de Janeiro de 2017 Reportado		Aumentos / Reduções			Saldo a 31 de Dezembro de 2017 Reportado
	Custo de Aquisição	Aplicação de MEP (Resultados Transitados)	Aumentos	Anulações	MEP (Apropriação do Resultado)	
AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50.000
LGA – Logística Automóvel, S.A.	86.097,4	0,0	0,0	0,0	0,0	86.097.355
SIVA SERVIÇOS – Assessoria Financeira e Administrativa, S.A.	4.115,5	0,0	0,0	0,0	0,0	4.115.500
IMOCAR - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	56.280,0	0,0	0,0	0,0	0,0	56.280.000
	<b>146.542,9</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>146.542,9</b>



## 14.DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de Devedores e Outros Ativos é como segue:

<u>Devedores e Outros Activos - Correntes</u>	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017 Ajustado</u>	<u>31-Dez-2017 Reportado</u>
<b>Outros Devedores</b>			
Adiantamentos a Fornecedores	0,0	487,9	487,9
Outros Devedores	36,2	36,2	36,2
<b>Sub-Total Outros Devedores</b>	<b>36,2</b>	<b>524,1</b>	<b>524,1</b>
<b>Acréscimos de Rendimentos</b>			
Outros Acréscimos de Proveitos	162,8	162,8	162,8
Juros - Empresas do Grupo	37,8	134,2	134,2
<b>Sub-Total Acréscimos de Rendimentos</b>	<b>200,6</b>	<b>297,0</b>	<b>297,0</b>
<b>Gastos a Reconhecer</b>			
Comissões Bancárias	5,8	8,2	8,2
Seguros	5,0	4,4	4,4
Outros Custos Diferidos	7,8	2,2	2,2
<b>Sub-Total Gastos a Reconhecer</b>	<b>18,6</b>	<b>14,9</b>	<b>14,9</b>
<b>Entidades Relacionadas</b>			
Operações Financeiras	326.976,1	313.593,6	313.593,6
Empresas Subsidiárias - Pagamentos Por Conta	1.159,7	2.972,7	2.972,7
Conta Corrente	721,3	2.445,0	2.445,0
Juros a Receber	1.977,1	1.866,5	1.866,5
Imparidade - Entidades Relacionadas	(246.701,2)	(216.996,3)	0,0
<b>Sub-Total Entidades Relacionadas</b>	<b>84.133,1</b>	<b>103.881,5</b>	<b>320.877,8</b>
<b>Reclassificação para Activos não correntes detidos para venda</b>	<b>(82.252,1)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Sub-Total Entidades Relacionadas</b>	<b>1.881,1</b>	<b>103.881,5</b>	<b>320.877,8</b>
<b>Total Devedores e Outros Activos - Correntes</b>	<b>2.136,5</b>	<b>104.717,5</b>	<b>321.713,8</b>
<u><b>Entidades Relacionadas - não Correntes</b></u>	<u><b>31-Dez-2018</b></u>	<u><b>31-Dez-2017 Ajustado</b></u>	<u><b>31-Dez-2017 Reportado</b></u>
Operações Financeiras	198.313,4	189.971,2	189.971,2
Imparidade - Entidades Relacionadas	(198.313,4)	(57.000,0)	0,0
<b>Total Devedores e Outros Activos não Correntes</b>	<b>(0,0)</b>	<b>132.971,2</b>	<b>189.971,2</b>

O valor de Eur mil 198.313,4 relatado no quadro anterior corresponde aos seguintes saldos

- Suprimentos no valor de Eur mil 57.000,0 realizados na Subsidiária LGA, de acordo com um Contrato de Suprimentos celebrado em 2016, por prazo superior a um ano;
- Aplicações financeiras no valor de Eur mil 134.702,6 realizadas na Acionista IAMC Lda cujo reembolso se encontra definido no Acordo Quadro da SAG Gest, como relatado na Nota 18 c) 1 – Empréstimos Bancários – Obrigações Contratuais – “Covenants” Financeiros – Operações Financeiras da SAG Gest na Acionista IAMC Lda.

Os termos e condições praticadas em transações com Entidades Relacionadas estão descritos na Nota 21 – Divulgações de Partes Relacionadas.

Os movimentos em Imparidades para Devedores e Outros Ativos de Entidades Relacionadas correntes e não correntes, durante os anos de 2018 e de 2017 foram como segue:

		Entidades Relacionadas (Corrente)		
		2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
<b>A 1 de Janeiro</b>		216.996,3	198.036,5	0,0
	<b>Resultados</b>			
Reforço		29.704,9	18.959,8	0,0
Anulação		0,0	0,0	0,0
	<b>Total Resultados</b>	<b>29.704,9</b>	<b>18.959,8</b>	<b>0,0</b>
Utilização		0,0	0,0	0,0
<b>A 31 de Dezembro</b>		<b>246.701,2</b>	<b>216.996,3</b>	<b>0,0</b>
Reclassificação Activos não correntes detidos para venda		(246.701,2)	0,0	0
<b>Total Provisões</b>		<b>0,0</b>	<b>216.996,3</b>	<b>0,0</b>

		Entidades Relacionadas (não corrente)		
		2018	2017 Ajustado	2017 Reportado
<b>A 1 de Janeiro</b>		57.000,0	57.000,0	0,0
	<b>Resultados</b>			
Reforço		141.313,4	0,0	0,0
Anulação		0,0	0,0	0,0
	<b>Total Resultados</b>	<b>141.313,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Utilização		0,0	0,0	0,0
<b>A 31 de Dezembro</b>		<b>198.313,4</b>	<b>57.000,0</b>	<b>0,0</b>

A imparidade registada em 2018, é relativa à dívida da entidade relacionada IAMC, Lda., por não ser expectável à data o recebimento da mesma. Adicionalmente, foram registadas imparidades para as dívidas a receber das entidades do Grupo, conforme relatado na Nota 2.1.4.

Como se encontra relatado nas Notas 18 – Empréstimos Bancários e 21 – Divulgações de Partes Relacionadas, a Acionista IAMC Lda intervém como avalista ou fiadora em empréstimos bancários contratados pela SAG Gest que, em 31 de Dezembro de 2018 se encontram reconhecidos pelo valor de Eur mil 17.594,0 (Eur mil 16.933,9 em 2017).

## 15.IMPOSTO CORRENTE SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS – A RECEBER

O saldo de Imposto sobre o Rendimento é como segue:

<b>Imposto Sobre o Rendimento</b>	<b>31-Dez-2018</b>	<b>31-Dez-2017</b>
IRC - Valores Impugnados	3.395,2	3.395,2
Pagamento especial por conta	1.410,9	1.466,6
Benefício RETGS (GFL)	545,0	694,8
Derrama Municipal	104,6	129,9
Pagamento Adicional Por Conta	10,5	73,7
Pagamento por conta	0,0	0,0
Imposto Retido na Fonte	0,0	0,0
Imposto Estimado	(1.771,7)	(355,2)
<b>Total Imposto Sobre o Rendimento</b>	<b>3.694,4</b>	<b>5.405,0</b>

### i. IRC – Valores Impugnados

O valor de Eur mil 3.395,2 representa o pagamento de IRC relativo a vários períodos anteriores, decorrente de liquidações adicionais efetuadas pelas Autoridades Fiscais Portuguesas. Estas liquidações adicionais encontram-se em processo de impugnação judicial e estão relatadas na Nota 24 – Compromissos e Contingências. Este pagamento foi efetuado ao abrigo do Decreto-Lei 151-A/2013 e resultou na anulação de juros compensatórios no valor total de cerca de Eur mil 508,5, de juros de mora no valor de cerca de Eur mil 820,2, e de custas no valor de cerca de Eur mil 45,9 (valores que representariam uma contingência adicional, caso este pagamento não tivesse sido efetuado), e o correspondente cancelamento de Garantias Bancárias prestadas no âmbito dos respetivos processos de impugnação, no valor total de cerca de Eur mil 6.327,2.

### ii. Pagamento Adicional por Conta

O Pagamento Adicional por Conta (Eur mil 10,5) representa o pagamento relativo ao ano de 2018, determinado de acordo com a regulamentação aplicável.

Os valores acima relatados que respeitam a IRC, por ano de origem, estão divulgados no quadro seguinte:

	IRC - Valores Impugnados	Pagamento Adicional por Conta	Pagamento Especial por Conta	Derramas	IRC Estimado	GFL(RETGS)
1999	309,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2001	633,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2002	552,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2003	430,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2004	367,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2007	0,0	0,0	696,7	0,0	0,0	0,0
2008	211,5	0,0	455,8	85,1	0,0	0,0
2009	0,0	0,0	206,3	19,4	0,0	0,0
2010	890,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2011	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2012	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2013	0,0	0,0	40,7	0,0	0,0	0,0
2014	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2015	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2016	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2017	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2018	0,0	10,5	11,4	0,0	(1.771,7)	545,0
<b>Total</b>	<b>3.395,2</b>	<b>10,5</b>	<b>1.410,9</b>	<b>104,6</b>	<b>(1.771,7)</b>	<b>545,0</b>
						<b>3.694,4</b>

Foram efetuados pedidos de reembolso dos Pagamentos Especiais por Conta (PEC) efetuados nos anos de 2007, 2008 e 2009, por não se ter apurado coleta suficiente para a sua dedução nas declarações de rendimentos relativas aos exercícios de 2007 a 2014. A Autoridade Tributária indeferiu estes pedidos de Reembolso de PEC, e a SAG Gest, por discordar dos fundamentos apresentados para este indeferimento, interpôs recurso contra esta decisão, como se encontra relatado na Nota 24 – Compromissos e Contingências.

O saldo dos Outros Impostos é como segue:

<b>Outros Impostos</b>	<b>31-Dez-2018</b>	<b>31-Dez-2017</b>
IVA	2,3	0,0
<b>Total Outros Impostos</b>	<b>2,3</b>	<b>0,0</b>

## 16.CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

As rubricas Caixa e Seus Equivalentes evidenciados na Demonstração da Situação Patrimonial Separada compreendem disponibilidades com uma maturidade de 3 meses ou menos que não se encontram sujeitas a variações de valor significativas. Com referência à Demonstração dos Fluxos de Caixa, para efeitos de determinação e discriminação dos valores incluídos em Caixa e Seus Equivalentes, apenas são incluídos os valores cuja realização é possível num período de menos de três meses, contado a partir da data de reporte.

<b><u>Decomposição da Caixa e Equivalentes de Caixa e Depósitos a Prazo</u></b>	<b><u>31-Dez-2018</u></b>	<b><u>31-Dez-2017</u></b>
Depósitos a Prazo	2.146,0	2.146,0
Depósitos à Ordem	54,7	36,5
Caixa	0,0	0,0
<b>Sub-total - Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>54,7</b>	<b>36,5</b>
<b>Total de Disponibilidades na Demonstração da Situação Patrimonial</b>	<b>2.200,7</b>	<b>2.182,5</b>

Os Depósitos a Prazo (Eur mil 2.146,0) não foram consideradas em Caixa e Seus Equivalentes pelo facto de as suas características não cumprirem os requisitos estabelecidos para os componentes de Caixa e Seus Equivalentes.

Em 31 de Dezembro de 2018 a Entidade não dispunha de linhas de financiamento disponíveis para futuras utilizações, tal como já acontecia em 31 de Dezembro de 2017.

## 17. CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2018, o Capital Social era representado por 169.764.398 Ações Ordinárias nominativas com o valor nominal de Eur 1 cada, e estava integralmente realizado. As Ações da SAG Gest estão cotadas na Euronext NYSE Lisboa.

A SAG Gest tem como Acionista dominante a Acionista IAMC Lda, cuja atividade é a gestão de participações sociais, e que tem sede social na Estrada de Alfragide, nº 67, em Alfragide, Amadora. A Acionista IAMC Lda detém uma participação direta no Capital Social da SAG Gest de 69,13%, e uma participação indireta de 10,24%, a que correspondem, respetivamente, 69,13% e 10,24% dos direitos de voto.

A SAG Gest tinha em carteira, em 31 de dezembro de 2018, 16.760.815 Ações Próprias representativas de 9,9% do seu Capital Social. A Entidade cumpre os critérios de aquisição de Ações Próprias previstos no Artigo 317º do Código das Sociedades Comerciais. Durante 2018 não houve qualquer alteração no número e valor das Ações Próprias.

Durante o exercício não houve qualquer alteração do Capital Social.

	<b><u>31-Dez-2018</u></b>	<b><u>31-Dez-2017</u></b>
Capital	169.764,4	169.764,4

Em 21 de Dezembro de 2015 foi concretizada uma operação de capitalização da SAG Gest, no valor de Eur mil 81.400,0, através da realização, em dinheiro, de Prestações Acessórias de Capital pela Acionista Principal SA, Entidade integralmente detida pelo Acionista controlador da SAG Gest.

Os fundos necessários à realização destas operações foram obtidos pela Acionista Principal SA junto das principais Instituições Financeiras Portuguesas.

O referido valor foi integralmente utilizado pela SAG Gest no reembolso parcial dos financiamentos obtidos junto das mesmas Instituições Financeiras, que foram negociados em Dezembro de 2010 e em Agosto de 2013, e formalizados no Acordo Quadro, revisto em Dezembro de 2015. Os termos deste acordo encontram-se relatados em maior detalhe na Nota 18 – Empréstimos Bancários.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Capital e Reservas durante os exercícios de 2018 e de 2017 estão relatados no quadro seguinte.

<u>Reservas - Movimento 2018</u>	Acções Próprias - Valor Nominal	Acções Próprias - Descontos e Prémios	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	TOTAL
A 1 de Janeiro 2018	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(423.058,6)	(156.255,0)
Aplicação de resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	95,4	(12.835,8)	(12.740,4)
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A 31 de Dezembro 2018	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.172,5	(435.894,4)	(168.995,4)

<u>Reservas - Movimento 2017 Ajustado</u>	Acções Próprias - Valor Nominal	Acções Próprias - Descontos e Prémios	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	TOTAL
A 1 de Janeiro 2017	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	14.916,1	(426.117,5)	(159.474,9)
Aplicação de resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	161,0	3.058,9	3.219,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A 31 de Dezembro 2017	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(423.058,6)	(156.255,0)

<u>Reservas - Movimento 2017 Reportado</u>	Acções Próprias - Valor Nominal	Acções Próprias - Descontos e Prémios	Prémios de Emissão	Prestações Acessórias	Reservas Legais	Resultados Transitados	TOTAL
A 1 de Janeiro 2017	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	14.916,1	(82.865,8)	183.776,7
Aplicação de resultados	0,0	0,0	0,0	0,0	161,0	3.058,9	3.219,9
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
A 31 de Dezembro 2017	(16.760,8)	(16.348,9)	149.664,3	135.171,9	15.077,1	(79.806,9)	186.996,6

Dada a reexpressão efetuada, conforme divulgado na Nota 2.1.4, o Resultado Líquido Negativo de 2017 reexpresso, no montante de Eur 12.835,8 em 2018, foi transferido integralmente para a rubrica de Resultados Transitados.

De acordo com a Assembleia Geral de 30 de Abril de 2018, foi deliberado que o Resultado Líquido de 2017 no montante de Eur 1.908,2 fosse integralmente aplicado em Resultados Transitados.

## 18. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os saldos da rubrica Empréstimos Bancários em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 estão relatados no quadro seguinte:

	<u>31-dez-2018</u>			<u>31-dez-2017</u>
	<u>Taxa</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Montante</u>	<u>Montante</u>
<u>Empréstimos Correntes</u>				
Conta Corrente 1	3,60%	Rev. Trim.	14.691,0	14.671,7
Conta Corrente 2	3,60%	Dez-18	7.663,1	7.674,1
Conta Corrente 3	3,60%	Dez-18	676,9	676,9
Empréstimo Bancário 1	3,60%	Até Dez-19	3.492,2	1.496,3
Empréstimo Bancário 2	3,19%	Até Dez-19	6.796,4	2.536,3
<b>Sub-Total Empréstimos Correntes</b>			<b>33.319,7</b>	<b>27.055,3</b>
<u>Empréstimos Não Correntes</u>				
Empréstimo Bancário 1	3,60%	Até Dez-22	28.200,0	29.700,0
Empréstimo Bancário 2	3,19%	Até Nov-22	10.797,6	14.397,6
<b>Sub-Total Empréstimos Não Correntes</b>			<b>38.997,6</b>	<b>44.097,6</b>
<b>TOTAL</b>			<b>72.317,3</b>	<b>71.152,9</b>

Em 31 de Dezembro de 2018 alguns dos contratos de financiamento contratados pela SAG Gest tinham atingido a respetiva data de reembolso de capital – Conta Corrente 2 pelo valor nominal de Eur mil 7.600,0, Conta Corrente 3 pelo valor nominal de Eur mil 675,0, Empréstimo Bancário 1 pelo valor nominal de Eur mil 1.500,0 correspondente a uma prestação anual de capital e Empréstimo Bancário 2 pelo valor nominal de Eur mil 3.600,0 correspondente a duas prestações semestrais de capital.



A SAG Gest solicitou atempadamente às Instituições Financeiras a prorrogação / renovação das operações. Resultante das conversações com as Instituições Financeiras, foi possível chegar a um entendimento posteriormente a 31 de Dezembro de 2018, e a data de vencimento das operações em questão foi alargada até 30 de Abril de 2019.

Ao abrigo do acordo extrajudicial celebrado com os bancos do acordo quadro, os saldos em dívida (capital e juro) a 30 de Abril de 2019, não são exigíveis até à data de conclusão do acordo assinado com a Porsche Holdings. Só após a conclusão da operação, serão apurados os montantes a serem perdoados.

As principais características dos Empréstimos Obtidos, em 31 de Dezembro de 2018 são descritas abaixo. Os períodos de “repricing” correspondem aos períodos das taxas Euribor aplicadas a cada Empréstimo.

Identificação da Operação	Forma	Valor Nominal Máximo	Valor Contabilístico	Data de Contratação	Maturidade	Reembolso	Remuneração	Garantias
Conta Corrente 1	Conta Corrente Caucionada	14.650.000	14.691.039	2008	Trimestral, com renovação automática, salvo denúncia	Bullet	Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Livrança subscrita pela Empresa
Conta Corrente 2	Conta Corrente Caucionada	7.600.000	7.663.126	2007	2018	Bullet	Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Sem garantias
Conta Corrente 3	Conta Corrente Caucionada	675.000	676.939	2009	2018	Bullet	Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Sem garantias
Empréstimo Bancário 1	Mútuo	31.200.000	31.692.199	2011	2022	4 prestações anuais de Eur mil 1.500,0 e uma prestação final de Eur mil 25.200,0	Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	Penhor das 10.299.470 Unidades de Participação representativas do capital do Fundo de Investimento Imobiliário Imocar
Empréstimo Bancário 2	Mútuo	17.997.622	17.594.040	2015	2022	8 prestações semestrais de Eur mil 1.800,0 cada e uma prestação final de Eur mil 1.797,6	Taxa de juro variável, indexada à Euribor 6 meses	A) Primeiro penhor sobre as seguintes acções: i) 64.494 Acções representativas de 77% do Capital Social da Subsidiária Loures Automóveis ii) Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Rolporto iii) 30.000 Acções representativas de 60% do Capital Social da Subsidiária Rolvia iv) 5.000.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SIVA v) 50.000 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SGPS vi) 444.504 Acções representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto Comércio vii) Quota com o valor nominal de Eur 100,0 representativa de 40% do capital social da Participada Autolombos B) Segundo penhor das 10.299.470 Unidades de Participação representativas do capital do Fundo de Investimento Imobiliário Imocar C) Aval da Accionista SGC – SGPS

Os valores vencidos e não liquidados até 31 de Dezembro de 2018 em cada um dos financiamentos são os seguintes:

Identificação da Operação	Valor Nominal Máximo (Eur mil)	Capital (Eur mil)	Juros (+IS) (Eur mil)
Conta Corrente 2	7.600,0	7.600,0	0,0
Conta Corrente 3	675,0	675,0	0,0
Empréstimo Bancário 1	31.200,0	1.500,0	494,8
Empréstimo Bancário 2	17.997,6	3.600,0	285,4
<b>Total</b>	<b>57.472,6</b>	<b>13.375,0</b>	<b>780,3</b>



### a) Reconhecimento e Valorização de Empréstimos Bancários

De acordo com o estabelecido no IFRS 9 e IAS 39, para os anos de 2018 e 2017, respetivamente: Reconhecimento e Valorização, os valores reportados dos financiamentos estão reconhecidos ao Custo Amortizado, sendo os encargos financeiros calculados de acordo com o Método da Taxa de Juro Efetiva.

A adoção deste método implica que os financiamentos estejam reconhecidos por valores diferentes do respetivo valor nominal.

A diferença entre o valor pelo qual estes financiamentos se encontram reconhecidos na Demonstração da Situação Patrimonial e o respetivo valor nominal, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 está divulgado nos quadros seguintes:

#### 31-dez-2018

	Valor Contabilístico (MCA)	Valor Nominal	Diferença	Custos Liquidados Antecipadamente ou Diferidos			
				Juros	Comissões	Imp. de Selo	Total
<b>Empréstimos Correntes</b>							
Empréstimos Bancários	33.319,7	33.125,0	194,7	1.332,0	(1.052,0)	(85,3)	194,7
<b>Empréstimos Não Correntes</b>							
Empréstimos Bancários	38.997,6	38.997,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Portugal - Total</b>	<b>72.317,3</b>	<b>72.122,6</b>	<b>194,7</b>	<b>1.332,0</b>	<b>(1.052,0)</b>	<b>(85,3)</b>	<b>194,7</b>

#### 31-dez-2017

	Valor Contabilístico (MCA)	Valor Nominal	Diferença	Custos Liquidados Antecipadamente ou Diferidos			
				Juros	Comissões	Imp. de Selo	Total
<b>Empréstimos Correntes</b>							
Empréstimos Bancários	27.055,3	28.025,0	(969,7)	463,8	(1.326,4)	(107,1)	(969,7)
<b>Empréstimos Não Correntes</b>							
Empréstimos Bancários	44.097,6	44.097,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Portugal - Total</b>	<b>71.152,9</b>	<b>72.122,6</b>	<b>(969,7)</b>	<b>463,8</b>	<b>(1.326,4)</b>	<b>(107,1)</b>	<b>(969,7)</b>

Observação:

Valores Positivos - Juros / Comissões / Imposto de Selo pagos postecipadamente

Valores Negativos - Juros / Comissões / Imposto de Selo pagos antecipadamente

As variações dos passivos de financiamento são como segue:

	2018	2017
<b>Saldo em 01 de Janeiro</b>	<b>71.152,9</b>	<b>60.779,0</b>
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	0,0	15.025,0
Reembolso de Empréstimos Obtidos	0,0	5.100,0
<b>Fluxo dos Empréstimos Obtidos</b>	<b>0,0</b>	<b>9.925,0</b>
<b>Varição de Encargos Pagos / a Pagar / Ajustamento Custo Amortizado</b>	<b>1.164,4</b>	<b>448,9</b>
<b>Varição dos Empréstimos Bancários</b>	<b>1.164,4</b>	<b>448,9</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>72.317,3</b>	<b>71.152,9</b>

#### b) Maturidades Contratuais

As maturidades contratuais da dívida financeira da SAG Gest referida a 31 de Dezembro de 2018 são como segue:

	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Empréstimos	13.528,7	19.791,0	5.100,0	5.100,0	28.797,6	72.317,3

#### c) Obrigações Contratuais (“Covenants”)

Em relação a alguns dos financiamentos divulgados acima foram assumidos compromissos contratuais adicionais que incluem, à data de 31 de Dezembro de 2018, os seguintes:

##### “Covenants” Financeiros

##### Demonstrações Financeiras da SAG Gest

- Distribuição de Dividendos

Até final de 2021, a SAG Gest tem a obrigação de distribuir dividendos de, pelo menos, 50% do valor do resultado líquido consolidado do exercício, desde que, de acordo com as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o rácio Capitais Próprios / ativo Total seja, no mínimo, de 7,5%;

A partir de 2022, a SAG Gest tem a obrigação de distribuir dividendos de, pelo menos, 60% do valor do resultado líquido consolidado do exercício, desde que o valor da sua Situação Líquida Consolidada se mantenha positivo.

- Reembolso de Prestações Acessórias de Capital

Até ao final de 2019, a SAG Gest tem a obrigação de proceder ao reembolso de Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA até ao montante que permita que, de acordo com as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o rácio Capital Próprio / ativo Total, após este reembolso, seja igual ou superior a 7,5%.

A partir de 2020, se o rácio Dívida Líquida / EBITDA for inferior a 2,5X, a SAG Gest tem a obrigação de proceder ao reembolso de Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA, num montante que permita (a) que o seu rácio Dívida Líquida / EBITDA não seja superior a 2,5X e (b) que o valor da sua Situação Líquida Consolidada seja positivo.

- Limitação ao Endividamento

A SAG Gest não pode contratar financiamentos adicionais que excedam o montante de Eur mil 85.000,0.

- Operações Financeiras da SAG Gest na Acionista IAMC Lda

O saldo das operações financeiras realizadas pela SAG Gest na Acionista IAMC Lda deverá evoluir como segue:

- i. Até ao final de 2018, o saldo das operações financeiras apenas poderá aumentar por (a) o valor dos juros capitalizados e (b) aplicações adicionais no valor máximo de Eur mil 2.500,0, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas IAMC Lda e SGC Investimentos;
- ii. A partir de 2019, e até ao final de 2021, o saldo das operações financeiras apenas poderá aumentar pelo valor dos juros capitalizados, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas IAMC Lda e SGC Investimentos, deduzido de um valor anual máximo de Eur mil 2.500,0;
- iii. A partir de 2022, o valor das aplicações apenas poderá aumentar pelo valor dos juros capitalizados, e deve reduzir-se pelo valor dos dividendos distribuídos pela SAG Gest que seja recebido pelas Acionistas IAMC Lda e SGC Investimentos, deduzido de um valor anual máximo de Eur mil 1.500,0;
- iv. A partir da mesma data, e desde que se encontrem integralmente reembolsadas as Prestações Acessórias de Capital realizadas pela Acionista Principal SA, o reembolso do saldo das operações financeiras poderá vir a ser adicionalmente reduzido pelo valor das importâncias que sejam necessárias para financiar o valor da diferença entre (a) o encaixe conseguido pela Acionista Principal SA em resultado da venda da sua participação no capital da Participada Unidas S/A, e (b) o valor em dívida do financiamento contratado pela Acionista Principal SA para financiar a aquisição das ações da Participada Unidas S/A, no valor de Eur mil 100.500,0.

Tal como referido acima, estes compromissos encontram-se suspensos em resultado da assinatura do Acordo Extrajudicial de Recuperação da SAG Gest.

## 1. “Ownership”

Detenção, pela Acionista IAMC Lda de, pelo menos, 50,1% do Capital Social e direitos de voto da SAG Gest.

Manutenção pelo Senhor Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho, da participação de 99,8% no Capital Social e nos direitos de voto da Acionista IAMC Lda.

## 2. Outros

Manutenção dos Contratos de Importação para as Marcas Volkswagen, Audi e Škoda pela Subsidiária SIVA.

“*Negative Pledge*” – impossibilidade de alienar ou onerar bens sem acordo prévio das Instituições Financeiras credoras

“*Cross Default*” – qualquer situação de incumprimento por parte da SAG Gest em algum dos contratos de financiamento implica uma situação de incumprimento em todos os restantes contratos de financiamento

Impossibilidade de realizar operações de Fusão ou de Cisão da SAG Gest sem prévia autorização das Instituições Financeiras credoras.

## 19. CREDITORES E OUTROS PASSIVOS

As Dívidas a Terceiros são como segue:

<u>Credores e Outros Passivos</u>	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
<b>Credores e Outros Passivos Correntes</b>		
<b>Fornecedores</b>		
Fornecedores	238,8	58,8
<b>Sub-Total Fornecedores (Correntes)</b>	<b>238,8</b>	<b>58,8</b>
<b>Outros Credores</b>		
Outros Credores	0,1	0,1
<b>Sub-Total Outros Credores</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>
<b>Entidades Relacionadas</b>		
Accionistas - Operações de Tesouraria de Curto Prazo	248.773,4	239.033,0
Juros a liquidar	808,2	748,5
Conta Corrente	441,6	26,9
<b>Sub-Total Entidades Relacionadas</b>	<b>250.023,2</b>	<b>239.808,4</b>
<b>Reclassificação de Passivos associados a Activos detidos para venda</b>	<b>(249.427,9)</b>	<b>0,0</b>
<b>Sub-Total Entidades Relacionadas</b>	<b>595,3</b>	<b>239.808,4</b>
<b>Acréscimos de Gastos</b>		
Advogados	175,0	0,0
Remunerações a Liquidar	108,8	231,3
Juros - Empresas do Grupo	25,0	95,3
Auditoria	8,4	16,8
Outros Acréscimos de Custos	0,2	0,1
<b>Sub-Total Acréscimos de Gastos</b>	<b>317,3</b>	<b>343,5</b>
<b>Total Credores e Outros Passivos Correntes</b>	<b>1.151,6</b>	<b>240.210,8</b>

Os termos e condições praticadas em transações com Entidades Relacionadas estão descritos na Nota 21 – Divulgações de Partes Relacionadas.

## 20. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

O saldo credor da conta de Outros Impostos são como segue:

<u>Outros Impostos</u>	<u>31-Dez-2018</u>	<u>31-Dez-2017</u>
Retenções Imposto Sobre Rendimento (IRS)	30,4	49,9
Segurança Social	25,1	44,5
IVA	0,0	28,2
<b>Total Outros Impostos</b>	<b>55,5</b>	<b>122,7</b>

## 21.DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Financeiras Separadas da SAG Gest, são consideradas como Partes Relacionadas todas as entidades, entre as quais existe a capacidade de controlo (ou seja, que entre si estão expostas, ou têm direito, a rendimentos variáveis e que têm a capacidade de influenciar esses rendimentos), ou de exercer influência significativa na tomada de decisões financeiras e operacionais, bem como os Membros dos Órgãos Sociais da Sociedade.

A remuneração e benefícios dos Órgãos Sociais são divulgados no relatório sobre o Governo da Sociedade.

Os saldos e transações com Partes Relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

**Divulgação de Partes Relacionadas - Grupo SAG**

AA00 - Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.  
 Autoimpor, S.A.  
 Globalrent - Sociedade Portuguesa de Rent-a-car, Lda.  
 LGA - Logística Automóvel, S.A.  
 Loures Automóveis, S.A.  
 Rolporto - Comércio e Indústria de Automóveis, S.A.  
 Rolvia - Sociedade de Automóveis, S.A.  
 SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.  
 SIVA Serviços, S.A.  
 SOAUTO - Comércio de Automóveis S.A.

IAMC Lda  
 Altraparque  
 Principal

2018														
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL				DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL										
Prestações de Serviços	Proveitos Financeiros	Compras de Serviços	Custos Financeiros	Operações Financeiras a Receber	Juros de Operações Financeiras a Receber	Acréscimos de Proveitos	Imparidades Entidades Relacionadas	Valores a Receber de Clientes	Valores a Receber de Outros Devedores	Valores a Pagar a Fornecedores	Valores a Pagar a Outros Credores	Acréscimos de Custos	Operações Financeiras a pagar	Juros de Operações Financeiras a pagar
0,0	0,0	0,0	47,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	1.451,0	4,6
0,0	12.266,6	0,0	0,0	326.976,1	1.063,7	32,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	1.807,8	0,0	2,5	57.000,0	913,4	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	585,4	0,0
0,0	8,3	0,0	14,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	745,0	3,0
0,0	0,0	0,0	60,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	1.675,0	5,8
0,0	0,0	0,0	23,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	810,0	1,8
0,0	0,0	0,0	9.035,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	23,9	237.677,0	776,0
0,0	0,0	78,7	62,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	430,6	0,0	0,1	990,0	3,2
0,0	0,0	0,0	130,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	4.840,0	13,7
0,0	14.083,1	78,7	9.377,1	383.976,1	1.977,1	37,8	0,0	0,0	0,0	431,7	0,0	25,0	248.773,4	808,2
0,0	1.312,4	0,0	1.306,5	141.313,4	0,0	0,0	(141.313,4)	0,0	1.159,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	721,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

**Divulgação de Partes Relacionadas - Grupo SAG**

AA00 - Sociedade de Formação Profissional e Consultoria Técnica, S.A.  
 Autoimpor, S.A.  
 Autolombos - Sociedade de Automóveis, Lda  
 Globalrent - Sociedade Portuguesa de Rent-a-car, Lda.  
 LGA - Logística Automóvel, S.A.  
 Loures Automóveis, S.A.  
 Rolporto - Comércio e Indústria de Automóveis, S.A.  
 Rolvia - Sociedade de Automóveis, S.A.  
 SAG Overseas  
 SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.  
 SIVA Serviços, S.A.  
 SOAUTO - Comércio de Automóveis S.A.

IAMC Lda  
 Principal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL				2017										
				DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL										
Prestações de Serviços	Proveitos Financeiros	Compras de Serviços	Custos Financeiros	Operações Financeiras a Receber	Juros de Operações Financeiras a Receber	Acréscimos de Proveitos	Imparidades Entidades Relacionadas	Valores a Receber de Clientes	Valores a Receber de Outros Devedores	Valores a Pagar a Fornecedores	Valores a Pagar a Outros Credores	Acréscimos de Custos	Operações Financeiras a pagar	Juros de Operações Financeiras a pagar
86,2	0,0	0,0	28,6	0,0	0,0	0,0	0,0	106,1	0,0	0,0	0,0	0,4	1.206,0	3,5
0,0	12.126,7	0,0	0,0	312.668,6	970,4	101,1	0,0	0,0	2.270,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
160,5	1,6	57,8	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	197,4	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0
536,6	1.820,7	0,2	7,8	57.000,0	895,0	32,8	0,0	660,1	248,3	0,0	0,0	18,4	1.337,0	0,0
65,0	1,0	0,0	17,1	925,0	0,4	0,3	0,0	79,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
89,2	0,0	0,0	19,3	0,0	0,0	0,0	0,0	109,8	0,0	0,0	0,0	0,4	1.140,0	4,1
(113,4)	1,5	0,0	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	515,0	2,2
0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
899,6	0,0	0,0	8.986,4	0,0	0,0	0,0	0,0	1.106,5	0,0	0,1	0,0	74,6	230.695,0	722,0
0,0	0,0	197,8	40,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,1	0,0	0,0	115,0	1,4
150,6	0,0	0,1	81,1	0,0	0,0	0,0	0,0	185,3	0,0	0,0	0,0	1,3	4.025,0	15,3
1.874,4	13.951,5	256,6	9.189,3	370.593,6	1.866,5	134,2	0,0	2.545,0	2.518,4	26,9	0,0	95,3	239.033,0	748,5
0,0	1.290,0	0,0	0,0	132.971,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0	0,0	1.597,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

As transações efetuadas com Entidades relacionadas regem-se pelos mesmos termos e condições que são aplicáveis em transações efetuadas com terceiros não relacionados, que são idênticos às práticas normais de mercado.

Não foram prestadas quaisquer garantias em relação aos saldos acima referidos.

Como se encontra relatado na Nota 18 – Empréstimos Bancários, a Acionista IAMC Lda intervém como avalista ou fiadora em empréstimos bancários contratados pela SAG Gest que em 31 de Dezembro de 2018 se encontravam reconhecidos no valor de Eur mil 17.594,0. Estão divulgadas na Nota 18 c) – Empréstimos Bancários – “Covenants” Financeiros as condições aplicáveis aos saldos com a Acionista IAMC Lda.

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora  
 Capital Social: Eur 169.764.398,00  
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora  
 Número Único de Matricula e de Identificação Fiscal 503 219 886  
 Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2  
 2614-519 Amadora  
 Tel: 21 359 66 64/  
 Fax: 21 359 66 74

## 22.ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, tal como definido pelo IFRS 9 e pelo IAS 39 respetivamente, o valor contabilístico de cada uma das categorias de Ativos e Passivos Financeiros era como segue:

31 de dezembro de 2018	Notas	Ativos / passivos ao custo amortizado	Ativos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	14	1 881,1	0,0	1 881,1
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas não Correntes	14	(0,0)	0,0	(0,0)
Devedores e Outros Activos - Outros	14	36,2	0,0	36,2
Acréscimos de rendimentos	14	200,6	0,0	200,6
Depósitos a Prazo	16	2 146,0	0,0	2 146,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	54,7	0,0	54,7
		<b>4 318,6</b>	<b>0,0</b>	<b>4 318,6</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos	18	72 317,3	0,0	72 317,3
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	19	238,8	0,0	238,8
Credores e Outros Passivos - Outros	19	0,1	0,0	0,1
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	19	595,3	0,0	595,3
Acréscimos de Gastos	19	317,3	0,0	317,3
		<b>73 468,9</b>	<b>0,0</b>	<b>73 468,9</b>

31 de dezembro de 2017	Notas	Empréstimos e outras contas a receber	Outros passivos financeiros	Total
<b>Ativos financeiros</b>				
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	14	320.877,8	0,0	320.877,8
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas não Correntes	14	189.971,2	0,0	189.971,2
Devedores e Outros Activos - Outros	14	524,1	0,0	524,1
Acréscimos de rendimentos	14	297,0	0,0	297,0
Depósitos a Prazo	16	2.146,0	0,0	2.146,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	16	36,5	0,0	36,5
		<b>513.852,5</b>	<b>0,0</b>	<b>513.852,5</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos	18	0,0	71.152,9	71.152,9
Credores e Outros Passivos - Fornecedores	19	0,0	58,8	58,8
Credores e Outros Passivos - Outros	19	0,0	0,1	0,1
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	19	0,0	239.808,4	239.808,4
Acréscimos de Gastos	19	0,0	343,5	343,5
		<b>0,0</b>	<b>311.363,7</b>	<b>311.363,7</b>



O valor contabilístico de cada uma das categorias de Ativos e Passivos Financeiros descontinuados, é como segue:

31 de dezembro de 2018	Ativos / passivos ao custo amortizado	Ativos / passivos ao justo valor através de resultados	Total
<b>Ativos financeiros</b>			
Devedores e Outros Activos - Entidades Relacionadas	82.252,1	0,0	82.252,1
	<b>82.252,1</b>	<b>0,0</b>	<b>82.252,1</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Credores e Outros Passivos - Entidades Relacionadas	0,0	249.427,9	249.427,9
	<b>0,0</b>	<b>249.427,9</b>	<b>249.427,9</b>

## 23.COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

### a) Garantias

- i. A responsabilidade da SAG Gest por garantias bancárias prestadas, a seu pedido, por terceiros não relacionados, era em 31 de Dezembro de 2018 de Eur mil 1.026,2 (igual valor em 31 de Dezembro de 2017), como divulgado no quadro seguinte.

Beneficiário	2018	2017
Câmara Municipal de Sintra	26,2	26,2
Atlantsider	1.000,0	1.000,0
	<b>1.026,2</b>	<b>1.026,2</b>

- ii. Como relatado nas Notas 18 – Empréstimos Bancários e 21 – Divulgações de Partes Relacionadas, a Acionista IAMC Lda intervém como avalista ou fiadora em empréstimos bancários contratados pela SAG Gest que totalizam Eur mil 17.997,6.
- iii. A SAG Gest intervém como avalista em Contratos de Crédito contratados pela Subsidiária SIVA no montante total de Eur mil 72.723,7.
- iv. Como referido na Nota 18 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas aos Mútuos no valor nominal de Eur mil 31.200,0 e Eur mil 17.997,6 foi constituído primeiro e segundo penhor, respetivamente, sobre a totalidade das Unidades de Participação representativas do Capital Social do Imocar – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado.
- v. Também de acordo com o relatado na Nota 18 – Empréstimos Bancários, para garantia do pagamento integral das responsabilidades associadas ao Mútuo de Eur mil 17.997,6 foi constituído primeiro penhor sobre os seguintes títulos:
- 64.494 Ações representativas de cerca de 77% do Capital Social da Subsidiária Loures Automóveis
  - 1.100.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Rolporto
  - 30.000 Ações representativas de 60% do Capital Social da Subsidiária Rolvia
  - 5.000.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária SIVA
  - 50.000 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SGPS
  - 444.504 Ações representativas da totalidade do Capital Social da Subsidiária Soauto SA

- g) Quota com o valor nominal de Eur mil 100,0 representativa de 40% do capital social da Participada Autolombos.
- vi. A SAG dispõe de um Depósito a Prazo no valor de Eur mil 2.146,0 que se encontra penhorado a favor de uma Instituição Financeira para fazer face às responsabilidades da Subsidiária SIVA em relação aos Financiamentos Obtidos e às Garantias Bancárias prestadas a favor da VW AG e da Audi AG.
- b) Contingências**
- i. A Administração Fiscal Portuguesa emitiu, à SAG Gest e a outras Entidades incluídas no perímetro de consolidação, notas de liquidação adicional em relação a Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas e Derrama devidos com referência aos exercícios de 1999 a 2011 que totalizam Eur mil 4.166,0, e são como segue:

Valor do Imposto Sobre o Rendimento e Derrama			
31 Dezembro 2018		31 Dezembro 2017	
Ano	Valores Reclamados	Ano	Valores Reclamados
1999	888,0	1999	888,0
2001	633,6	2001	633,6
2002	552,0	2002	552,0
2003	430,9	2003	430,9
2004	367,7	2004	367,7
2008	384,3	2008	384,3
2009	19,4	2009	19,4
2010	890,0	2010	890,0
2011	-	2011	25,4
<b>Total</b>	<b>4.166,0</b>		<b>4.191,3</b>

As Entidades relevantes, por discordarem dos fundamentos que presidiram à emissão das referidas notas de liquidação adicional e relatórios de correções da Matéria Tributável, instauraram, com respeito pelos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação judicial em relação a cada uma delas, pelo que estes valores não se encontram refletidos nas Demonstrações Financeiras referidas a 31 de Dezembro de 2018.

Como se refere na Nota 15 – Imposto Corrente Sobre o Rendimento e Outros Impostos, e no âmbito do regime excecional de regularização de dívidas, aprovado em 31 de Outubro de 2013, a SAG Gest procedeu ao pagamento das quantias exequendas dos processos em curso, libertando as Garantias Bancárias apresentadas no âmbito dos respetivos processos de impugnação judicial, no valor de Eur mil 6.327,2. No entanto, e por não se ter alterado a disposição das Entidades face às liquidações adicionais, os processos de impugnação judicial seguem o seu curso normal.

Durante o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2018 não foram proferidas decisões relativamente aos processos acima referidos, mantendo-se o montante inalterado.

Uma vez que os fundamentos utilizados pela Administração Fiscal Portuguesa para a emissão das notas de liquidação adicional relativas aos anos de 1999 a 2007 são substancial e materialmente idênticas aos utilizados em anterior nota de liquidação adicional respeitante aos exercícios de 1997 e de 1998, a opinião da Administração foi adicionalmente suportada pelo trânsito em julgado do Acórdão, favorável à SAG Gest, proferido em 09 de Março de 2010 pelo Tribunal Central Administrativo Sul em relação à impugnação da liquidação adicional respeitante aos exercícios de 1997 e de 1998.

Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos pelos seus Advogados, as possibilidades de sucesso dos referidos processos de impugnação são elevadas, pelo qual não foi constituída qualquer provisão relacionada com este assunto.

- ii. Como referido na Nota 15 – Imposto Corrente Sobre o Rendimento e Outros Impostos, a SAG Gest apresentou pedidos de reembolso relativos aos Pagamentos por Conta de IRC (PEC), efetuados nos anos de 2007, 2008 e 2009, por não se ter apurado coleta suficiente para a sua dedução nas declarações de rendimentos relativas aos exercícios de 2007 a 2014, no valor total de Eur mil 1.399,5. O detalhe é como segue:

Ano	Montante	Data de apresentação
2007	696,7	29 Agosto 2012
2008	464,6	14 Agosto 2013
2009	238,2	25 Julho 2014
<b>Total</b>	<b>1 399,5</b>	

A Autoridade Tributária indeferiu estes pedidos de Reembolso de PEC. A SAG Gest, por discordar dos fundamentos apresentados para estes indeferimentos, interpôs recursos e aguarda decisão sobre os mesmos.

Durante o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2018 não foram proferidas decisões relativamente aos processos acima referidos, mantendo-se o montante inalterado.

Na opinião da Administração, suportada em pareceres emitidos pelos seus Advogados, as possibilidades de sucesso dos referidos recursos são elevadas, pelo qual não foi constituída qualquer imparidade relacionada com estes valores.

- iii. Na sequência dos acordos estabelecidos quando se concretizou a operação de aumento de capital da então Participada Unidas S/A, subscrito na totalidade por três Fundos de Investimento Brasileiros, em 13 de Julho de 2011, a SAG Gest assumiu responsabilidade relativamente a contingências existentes e anteriores à data daquela operação, onde se poderão incluir processos fiscais ainda em curso, como segue:

- Em 21 de Maio de 2009, a Secretaria da Receita Federal Brasileira emitiu à Participada Unidas S/A autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido relativos, principalmente, à dedutibilidade da amortização de ágio nos exercícios compreendidos entre 2004 e 2007, no valor atualizado total de \$R mil 55.999 em 31 de dezembro de 2018 (\$R mil 54.401 em 31 de dezembro de 2017).
- Em 11 de dezembro de 2014, a Secretaria da Receita Federal Brasileira emitiu à Participada Unidas S/A autos de infração relativos à cobrança de débitos de Imposto de Renda Sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, relativos, principalmente, à dedutibilidade da amortização de ágio e despesas de contratos de “swap” referente ao exercício de 2009, no valor atualizado de \$R mil 33.384 em 31 de dezembro de 2018 (\$R mil 32.147 em 31 de dezembro de 2017).

A Unidas S/A, por discordar dos fundamentos que presidiram à emissão dos referidos autos, instaurou, com observância dos prazos legais aplicáveis, processos de impugnação administrativa em relação a cada um deles, e aguarda julgamento.

Entretanto, na opinião da Administração da Unidas S/A, suportada em pareceres emitidos pelos seus Assessores Jurídicos, são apenas qualificados como possíveis os riscos de perda, na instância final dos referidos processos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão para este risco, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nem no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017. Na data da emissão das Demonstrações Financeiras da Unidas S/A e da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas da SAG Gest, os referidos processos de impugnação

encontravam-se em curso, e o seu andamento tem sido acompanhado pela Administração da SAG Gest.

Em dezembro de 2015, a SAG Gest alienou, a favor da Acionista Principal SA, a totalidade da participação que detinha na Unidas S/A. O respetivo Contrato de Compra e Venda de Ações estabelece que se mantém a responsabilidade da SAG Gest em relação às contingências acima referidas.

Em Dezembro de 2016 os Fundos de Investimento Brasileiros acima referidos cederam uma parcela da sua participação, representando 20% do Capital Social da Participada Unidas S/A, à Enterprise Holdings International, tendo em consequência cedido àquela Entidade a mesma proporção dos seus eventuais direitos de regresso sobre a SAG Gest em relação a estas contingências.

Em Dezembro de 2017, os referidos Fundos de Investimento Brasileiros e a Unidas S/A renunciaram aos seus direitos de regresso sobre a SAG Gest em relação às contingências geradas por factos ocorridos em data anterior a 2011. Estas renúncias tornaram-se irrevogáveis em 9 de Março de 2018.

Em consequência, apenas permanecem contratualmente em vigor as responsabilidades assumidas pela SAG Gest em relação às contingências geradas por factos ocorridos em data anterior a 2011 que, como acima se refere, foram cedidas em Dezembro de 2016 à Enterprise Holdings International. Esta Entidade detém atualmente uma participação indireta de cerca de 11% na Unidas S/A.

- iv. A SAG Gest, aguarda decisão do Tribunal Arbitral no Brasil, processo requerido pela entidade vendedora da Unidas Rent-a-Car à SAG Gest em 2001, relativo ao acesso aos fundos depositados em conta Escrow, constituída no âmbito da aquisição referida. Apesar de considerarmos expectável uma decisão favorável do Tribunal Arbitral, mesmo que venha a ser dado provimento à pretensão da requerente, a mesma não terá impacto na situação patrimonial da SAG, na medida em que o caso em disputa se refere à decisão sobre para quem reverte o saldo da Escrow Account.

## **24. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

De acordo com o previsto nos termos do Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas Notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem refletidas na Demonstração da Situação Patrimonial Separada da SAG Gest ou descritas nas presentes Notas;
- O total de honorários pagos ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2018 foi de Eur 33.500 (em 2017: Eur 33.500), respeitantes à prestação de Serviços de Certificação Legal de Contas.

## **25. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 22 de Abril de 2019 a SAG Gest adquiriu as Ações da Sociedade SIVA Defleet à SIVA, representativas de 100% do capital social da Sociedade, por um valor de Eur 49 mil. As Ações foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

Em 22 de Abril de 2019 a SAG Gest adquiriu as Quotas da Sociedade Autolombos, representativas de 40% do capital social da Sociedade, à Soauto, S.A. A totalidade das ações foram adquiridas por um valor de Eur 10,8 mil. As Quotas foram adquiridas, livres de quaisquer ónus, encargos e outras responsabilidades, livres de quaisquer limitações e com todos os direitos a elas inerentes.

O acordo estabelecido entre a SAG Gest, a Porsche Holdings (Sociedade pertencente ao Grupo VW) com sede em Salzburg, o Banco Comercial Português, S.A., o Banco BPI, S.A., a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e o Novo Banco, S.A., que tem em vista a alienação à PHS do negócio automóvel da SAG, conforme relatado no ponto 2.5 a) Continuidade das Operações, foi assinado a 30 de Abril de 2019.

No âmbito do acordo acima referido a SAG Gest irá alienar a totalidade das ações que detém nas Sociedades Siva Serviços e AA00 à SIVA.

Ainda no âmbito do acordo com a Porsche Holdings e o Bancos, foi submetido no dia 30 de Abril a homologação judicial, um acordo extrajudicial de recuperação com os bancos e outras entidades credoras num processo especial de recuperação. Adicionalmente, o Conselho de Administração decidiu que a SAG Gest e as demais Sociedades do seu perímetro económico, aderissem ao acordo extrajudicial de recuperação da IAMC, para remissão dos seus créditos. Que foi submetido na mesma data.

Para além do acima mencionado, não existem outros eventos subsequentes à data de reporte que possam ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Separadas, ou que requeiram divulgação.

---

O Contabilista Certificado

---

O Conselho de Administração

# RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2018

#### Advertências

- Salvo indicação em contrário ou quando do contexto resulte diferentemente, as informações são prestadas por referência ao último dia do exercício económico a que o relatório diz respeito;
- Consideram-se feitas para o Código dos Valores Mobiliários todas as referências a artigos sem indicação do respectivo diploma legal.

### PARTE I – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

#### A. ESTRUTURA ACCIONISTA

##### I. Estrutura de capital

1. **Estrutura de capital (capital social, número de acções, distribuição do capital pelos accionistas, etc.), incluindo indicação das acções não admitidas à negociação, diferentes categorias de acções, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

O Capital Social é de cento e sessenta e nove milhões setecentos e sessenta e quatro mil trezentos e noventa e oito Euros, encontrando-se totalmente subscrito e realizado, e está dividido em cento e sessenta e nove milhões setecentos e sessenta e quatro mil trezentas e noventa e oito acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de um Euro cada uma. A totalidade das acções está admitida à negociação no Eurolist by NYSE Euronext Lisbon.

O Dr. João Pereira Coutinho é o último detentor de uma participação qualificada de 80,08% do capital social e direitos de votos nos termos descritos no ponto 7. infra, encontrando-se 10.04% do capital social e direitos de voto disperso por outros accionistas (*"free float"*) e 9,88% em carteira de acções próprias.

2. **Restrição à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).**

Não existem cláusulas estatutárias com incidência em restrições à transmissibilidade de acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de acções.

3. **Número de acções próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as acções próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).**

Em 31 de Dezembro de 2018, a Sociedade detinha directamente 16.760.815 acções próprias, com o valor nominal de EUR 1 cada, controlando ainda, indirectamente, mais 5.100 acções detidas pela sociedade participada Rolporto e 5.100 acções detidas pela sociedade participada Loures Automóveis, todas com o valor nominal de EUR 1 cada.

A carteira de acções próprias detidas directa e indirectamente correspondia a 9,88% do capital social e dos direitos de voto.

4. **Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respectivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, excepto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).**

Em 31 de Dezembro de 2018, existiam financiamentos contratados no montante de Eur 122.596.392, onde os respectivos credores têm a possibilidade de considerar vencida a dívida com a consequente obrigação de reembolso antecipado dos fundos utilizados, em caso de alteração do controlo accionista da Sociedade que se entende por (i) detenção, directa ou indirecta, de participações sociais (quotas



ou acções) representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da entidade controlada ou da maioria dos direitos de voto da entidade controlada, ou (ii) o direito de eleger ou designar a maioria dos membros do órgão de administração da entidade controlada, ou (iii) qualquer outra forma de exercício de influência dominante de uma entidade sobre outra, ou ainda no caso do Senhor Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho deixar de deter, directa ou indirectamente, participação representativa de 99,8% no capital social da Sociedade SGC SGPS, SA.

Não existe qualquer outro acordo significativo de que a sociedade seja parte e que entre em vigor, seja alterado ou cesse os seus efeitos, em consequência de uma eventual mudança de controlo da sociedade.

5. **Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas.**

Não existem medidas destinadas a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, nem medidas defensivas, estatutárias ou de outra natureza, que tenham por efeito a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração.

6. **Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g).**

Não existe qualquer acordo parassocial que seja do conhecimento da Sociedade.

## II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou colectivas que, directa ou indirectamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

<b>Accionista</b> <b>SGC Investimentos – Sociedade Gestora</b> <b>Participações Sociais, SA (a)</b>	<b>N.º de</b> <b>acções</b>	<b>% Capital</b> <b>social</b> <b>com</b> <b>direito de</b> <b>voto</b>
Directamente	17.391.110	10,24%
<b>Total imputável</b>	<b>17.391.110</b>	<b>10,24%</b>

(a) Participada em 100% pela SGC – SGPS, SA (actualmente denominada IAMC – Investment and Assets Management Consulting, Lda.)

<b>Accionista</b> <b>SGC - SGPS, SA</b> (actualmente denominada IAMC – Investment and Assets Management Consulting, Lda.) (b)	<b>N.º de</b> <b>acções</b>	<b>% Capital</b> <b>social</b> <b>com</b> <b>direito de</b> <b>voto</b>
Directamente	117.356.371	69,13%
Através da SGC Investimentos – Sociedade Gestora Participações Sociais, SA	17.391.110	10,24%
<b>Total imputável</b>	<b>134.747.481</b>	<b>79,37%</b>

(b) Participada directa e indirectamente em 100% pelo Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho

<b>Accionista</b> <b>João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho</b>	<b>N.º de</b> <b>acções</b>	<b>% Capital</b> <b>social</b> <b>com</b> <b>direito de</b> <b>voto</b>
Directamente	3.915	0,00%
Através da SGC - SGPS, SA, (actualmente denominada IAMC – Investment and Assets Management Consulting, Lda.) de que é administrador e accionista dominante	117.356.371	69,13%
Através da SGC Investimentos – Sociedade Gestora Participações Sociais, SA, de que é administrador e accionista dominante	17.391.110	10,24%
Através da Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA, de que é administrador e accionista dominante	1.200.005	0,71%
<b>Total imputável</b>	<b>135.951.401</b>	<b>80,08%</b>

**8. Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.**

Anexo

(Artigo 447º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais)

**POSIÇÃO ACCIONISTA DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**

Accionistas	Sociedades	Nº de Acções em 31-12-2018	Nº de Acções em 31-12-2017	Movimentos em 2018			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário médio
Conselho de Administração							
João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho (1) (2)	SAG Gest	3.915	3.915				
	SGC - SGPS, SA	26.496.000	26.496.000				
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho (3)	SAG Gest		11.484				
Fernando Jorge Cardoso Monteiro (3)	SAG Gest		11.658				
Luís Miguel Dias da Silva Santos (4) (5) (6)	SGC - SGPS, SA		1.000				
Conjuges							
Ana Paula da Silva Nunes Valente Coutinho (3)	SAG Gest		100				

(1) João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho é accionista dominante e administrador da SGC - SGPS, SA que detém 117.356.371 Acções da SAG Gest

(2) João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho é accionista dominante e administrador da Principal - Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA que detém 1.200.005 Acções da SAG Gest

(3) Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho e Fernando Jorge Cardoso Monteiro cessaram as funções de Administradores da SAG Gest em 30-05-2018 (mandato quadriénio 2014-2017).

(4) Luís Miguel Dias da Silva Santos era, à data de 31-12-2017, administrador da SGC - SGPS, SA que detém 117.356.371 Acções da SAG Gest, tendo cessado funções, por renúncia, em 30-04-2018

(5) Luís Miguel Dias da Silva Santos foi até 30-04-2018 Administrador da Principal - Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA que detém 1.200.005 Acções da SAG Gest

(6) Luís Miguel Dias da Silva Santos cessou as funções de Administrador da SAG Gest em 30-04-2018, por renúncia.

**9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

O Conselho de Administração não tem competências estatutárias para deliberar aumentos do Capital Social, que são da exclusiva competência da Assembleia Geral.

**10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.**

A Sociedade, ou qualquer das empresas por si participadas, não mantém relações significativas de natureza comercial com titulares de participações qualificadas ou entidades que com estes se encontrem relacionados nos termos do Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, à excepção de algumas transacções sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas, realizadas em condições normais de mercado para operações similares e executadas no âmbito da actividade corrente daquelas entidades.

Estas transacções encontram-se devidamente relatadas na Nota 36 (Divulgação de Partes Relacionadas) das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. ASSEMBLEIA GERAL

#### a) Composição da mesa da assembleia geral

#### 11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respectivo mandato.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e pela Secretária da Sociedade, conforme dispõe o Artigo 12º dos Estatutos.

A actual composição da Mesa da Assembleia Geral, eleita para o mandato 2018 - 2021, é a seguinte:

- Presidente: Dr. Nuno Rodrigues Pena

- *Data da primeira designação* - 30 de Maio de 2018.

- Secretária da Sociedade: Dr.ª. Maria do Carmo Gomes Teixeira

- *Data da primeira designação* - Abril de 2000.

#### b) Exercício do direito de voto

#### 12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).

Não existem regras estatutárias que estabeleçam restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de acções, prazos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

Com efeito, qualquer Accionista com, pelo menos, uma acção pode participar e votar na Assembleia Geral, sendo que a cada acção corresponde um voto, desde que para tal declare a intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até às zero horas do 5º dia de negociação anterior à realização da Assembleia Geral (data esta que será indicada em qualquer caso na convocatória) podendo, para o efeito, utilizar correio electrónico.

Os Accionistas podem fazer-se representar, devendo para o efeito, fazer chegar ao Presidente da Mesa os necessários instrumentos de representação, nos termos e condições fixados na respectiva convocatória.

Um Accionista pode designar diferentes representantes relativamente às acções detidas em diferentes contas de valores mobiliários, sem prejuízo da unidade de voto e da votação em sentido diverso, permitida aos Accionistas a título profissional.

Os Accionistas podem exercer o voto por correspondência, nos termos publicitados no aviso convocatório, em todas as matérias sujeitas à apreciação da Assembleia Geral. A Sociedade disponibiliza aos Accionistas minuta do boletim de voto por correspondência na sua página de Internet, em simultâneo com a divulgação da convocatória para a Assembleia Geral.

#### 13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único accionista ou por accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

De acordo com o Artigo 14º dos Estatutos da SAG GEST, a cada acção corresponde um voto, não existindo limitações estatutárias à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único Accionista ou por Accionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

14. **Identificação das deliberações accionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.**

Os Estatutos da SAG GEST consagram requisitos específicos relativamente a *quora* constitutivos/deliberativos para as seguintes situações:

- Artigo 16º dos Estatutos – determina um quórum constitutivo superior ao previsto na lei, designadamente, em primeira convocação, em que a Assembleia Geral só pode funcionar quando estiverem presentes ou representados Accionistas titulares de acções representativas de cinquenta por cento do Capital Social, seja quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.
- Artigo 17º dos Estatutos - determina a necessidade de um quórum de dois terços dos votos correspondentes ao Capital Social para aprovação de deliberações da Assembleia Geral sobre aumento do Capital Social, alteração dos estatutos e de dissolução.

<b>II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO</b>
(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)
<b>a) Composição</b>

15. **Identificação do modelo de governo adoptado.**

O modelo de governo adoptado pela SAG GEST é o modelo habitualmente designado por “latino”, pelo que os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

16. **Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).**

Os Membros do Conselho de Administração podem ser, ou não, Accionistas, e são eleitos pela Assembleia Geral.

Um dos Administradores pode ser isoladamente eleito, nos termos constantes dos números 1 a 5 do Artigo 392º do Código das Sociedades Comerciais.

No caso de impedimento ou falta definitiva de qualquer dos seus Membros, o Conselho de Administração deverá, dentro de sessenta dias, optar entre pedir a convocação da Assembleia Geral para proceder à respectiva eleição, ou cooptar um novo Membro. A cooptação deve ser submetida a confirmação da Assembleia Geral anual seguinte.

17. **Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.**

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração é composto por um presidente e dois a oito vogais, eleitos pela Assembleia Geral. O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

No presente mandato (2018-2021), o Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais:

**João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho (Presidente)**

- *Data da primeira designação*  
19 de Março de 1998
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2021

**Esmeralda da Silva Santos Dourado**

- *Data da primeira designação*  
15 de Dezembro de 1999
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2021

**Pedro Roque de Pinho de Almeida**

- *Data da primeira designação*  
31 de Março de 2006
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2021

**18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.**

**Conselho de Administração**

**Presidente**

João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho (membro executivo)

**Vogais**

Esmeralda da Silva Santos Dourado (membro não executivo, não independente)

Pedro Roque de Pinho de Almeida (membro executivo – administrador delegado)

**19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

**João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho**

- *Qualificação profissional*  
Licenciado em Organização e Gestão de Empresas.
- *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*  
Actividade empresarial e de administração e gestão de várias Empresas do Grupo SGC e do Grupo SAG.

**Esmeralda da Silva Santos Dourado**

- *Qualificação profissional*

Licenciada em Engenharia Química Industrial.

○ *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*

Administração e gestão de várias Empresas do Grupo SAG e de outras Empresas não relacionadas com o Grupo SAG.

**Pedro Roque de Pinho de Almeida**

○ *Qualificação profissional*

Licenciado em Engenharia Mecânica. MBA em Marketing.

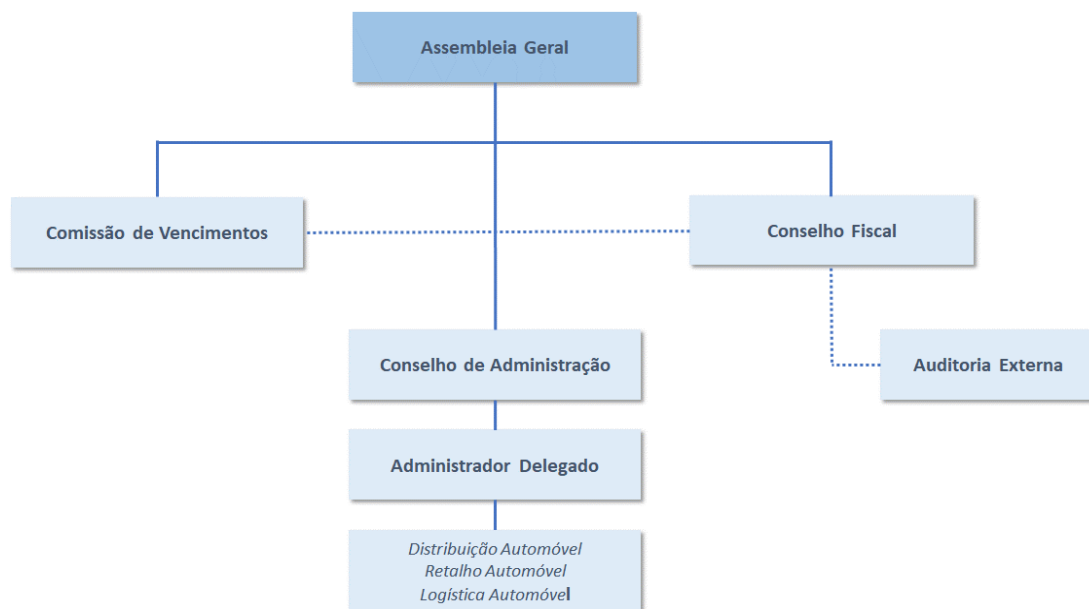
○ *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*

○ Administração e gestão de várias Empresas participadas pelo Grupo SAG.

20. **Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com accionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.**

Para além das relações profissionais resultantes do exercício das funções de membro de órgão social conforme reportadas no Apêndice I, não são mantidas relações comerciais significativas com Accionistas titulares de participação qualificada superior a 2%.

21. **Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.**



O actual Conselho de Administração é composto pelo Presidente do Conselho de Administração e por dois Membros, de entre os quais um Administrador sem funções executivas, que exerce uma actividade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos Administradores com funções de gestão corrente.

O Conselho de Administração está concentrado na definição e revisão da estratégia e política de gestão, monitorização e controlo da evolução do desempenho do Grupo, assegurando que os



interesses dos Accionistas, Clientes, Fornecedores e Colaboradores estão protegidos cabendo-lhe, entre outras, (i) a aprovação do Plano Estratégico do Grupo onde se incluem as principais linhas orientadoras do desenvolvimento do negócio nas diversas vertentes e a quantificação dos objectivos de crescimento e de rentabilidade global, por área de negócio, bem como as principais acções a desenvolver para a prossecução dos referidos objectivos, (ii) a aprovação do plano financeiro, (iii) a monitorização mensal da evolução da performance financeira do Grupo, (iv) o acompanhamento da evolução dos projectos em curso, e (v) a aprovação da aquisição ou alienação de activos reais ou financeiros não operacionais.

O Conselho de Administração reúne, obrigatoriamente, de forma ordinária, com uma periodicidade pelo menos bimestral e, ainda, sempre que tenha que deliberar sobre determinado assunto específico.

Considerando o posicionamento das actividades do Grupo, que se focam em Portugal, nas áreas de Distribuição, Retalho e Logística Automóvel, foi adoptado, para vigorar durante o actual mandato do Conselho de Administração para o quadriénio 2018 – 2021, um modelo de governação da Sociedade no âmbito do qual foi designado Administrador Delegado com poderes de gestão corrente para as áreas de Distribuição, Retalho e Logística Automóvel.

#### b) Funcionamento

#### 22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

O Conselho de Administração adoptou um regulamento interno de funcionamento que pode ser consultado no sítio da Internet da SAG GEST – [www.sag.pt](http://www.sag.pt) -.

#### 23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2018, o Conselho de Administração reuniu, com carácter ordinário e extraordinário, num total de 34 vezes. No quadro abaixo indica-se o grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração:

NOME	ASSIDUIDADE
DR. JOÃO PEREIRA COUTINHO	100%
DR. CARLOS COUTINHO (1)	82,35%
ENG <sup>a</sup> . ESMERALDA DOURADO	94,12%
DR. FERNANDO MONTEIRO (1)	100%
DR. JOSÉ VOZONE (1)	100,00%
DR. LUIS SILVA SANTOS (2)	76,47%
ENG. PEDRO ALMEIDA	100,00%

(1) Cessação de funções por término de mandato, em 30.05.2018  
(2) Renúncia em 31.03.2018

**24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

A avaliação de desempenho dos Administradores Executivos é realizada pela Comissão de Avaliação do Desempenho dos Administradores.

**25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.**

Os critérios adoptados para a avaliação de desempenho do(s) Administrador(es) Executivo(s) são critérios genéricos e encontram-se delineados na política de remunerações aprovada em Assembleia Geral, sendo que não existem critérios pré-determinados sobre esta matéria.

**26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.**

As funções desempenhadas pelos Membros do Conselho de Administração em outras Sociedades são reportadas no Apêndice I a este Relatório.

Cada um dos membros do Conselho de Administração demonstrou, de forma adequada às respectivas funções, a sua disponibilidade para o exercício das mesmas, tendo comparecido com regularidade às reuniões do órgão e participado nos respectivos trabalhos, conforme se confirma pelo grau de assiduidade nas reuniões do Conselho de Administração.

Os administradores delegados exercem a sua actividade com a disponibilidade máxima para o desempenho do cargo e prossecução dos interesses da Sociedade e do Grupo.

<b>c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados</b>
---

**27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.**

Existe uma comissão interna para avaliar a estrutura e governo societários - Comissão de Avaliação da Estrutura e Governo Societários -, que foi composta durante 2018 por três Membros, designadamente pela Administradora Não Executiva, Eng<sup>a</sup>. Esmeralda da Silva Dourado, pelo Administrador Delegado Eng<sup>o</sup>. Pedro Roque de Pinho de Almeida e pela Secretária da Sociedade Dra. Maria do Carmo Teixeira.

O regulamento interno de funcionamento desta comissão pode ser consultado no sítio da Internet da SAG GEST – [www.sag.pt](http://www.sag.pt) -.

**28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).**

Administrador delegado:

- Eng<sup>o</sup>. Pedro Roque de Pinho de Almeida

**29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das actividades desenvolvidas no exercício dessas competências.**

Compete à Comissão de Avaliação da Estrutura e Governo Societários acompanhar o cumprimento pelo Grupo das disposições legais, regulamentares e outras sobre o governo societário e a monitorização da adequação do modelo e das regras de governo adoptadas pelo Grupo; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão, pronunciando-se sobre os capítulos relativos ao governo societário; monitorizar a aplicação do Código de Conduta e propor medidas que considere adequadas à sua constante actualização e renovação, bem como controlar o seu efectivo cumprimento por todas

as Empresas do Grupo SAG; propor ao Conselho de Administração iniciativas e propostas que entenda adequadas para alcançar os seus objectivos.

III. FISCALIZAÇÃO
(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)
a) Composição

**30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado.**

O órgão de fiscalização da SAG GEST é o Conselho Fiscal.

O exame das contas da Sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a designar anualmente pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

**31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efectivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 17.**

O Conselho Fiscal é composto de três membros efectivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral. O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, por uma ou mais vezes.

**Presidente João José Martins da Fonseca George**

- *Data da primeira designação*  
31 de Março de 2007
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2018

**Vogais Duarte Manuel Palma Leal Garcia**

- *Data da primeira designação*  
31 de Março de 2007
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2018

**Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro**

- *Data da primeira designação*  
31 de Março de 2007
- *Data do termo do mandato*  
31 de Dezembro de 2018

**Suplente António Marques**

- *Data da primeira designação*  
31 de Março de 2007

- o *Data do termo do mandato*

31 de Dezembro de 2018

32. **Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 18.**

Presidente João José Martins da Fonseca George (a)

Vogais Duarte Manuel Palma Leal Garcia (a)

Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro (a)

(a) Cumpre critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º do CSC

33. **Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 19.**

**João José Martins da Fonseca George**

- o *Qualificação profissional*

Licenciado em Gestão de Empresas.

- o *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*

Administração e gestão de várias empresas.

**Duarte Manuel Palma Leal Garcia**

- o *Qualificação profissional*

Frequência do Curso de Engenharia Mecânica do IST (incompleto).

- o *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*

Administração e gestão de várias empresas.

**Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro**

- o *Qualificação profissional*

Licenciado em Gestão de Empresas.

- o *Actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos*

Administração e gestão de várias empresas.

<b>b) Funcionamento</b>
-------------------------

34. **Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 22.**

O Conselho Fiscal adoptou um regulamento interno de funcionamento que pode ser consultado no sítio da Internet da SAG GEST – [www.sag.pt](http://www.sag.pt) -.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 23.

Durante 2018, o Conselho Fiscal reuniu dez vezes, registando-se 100% de assiduidade dos seus membros às reuniões realizadas.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras actividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º 26.

Em 2018, os membros do Conselho Fiscal apresentaram toda a disponibilidade requerida para o exercício das suas funções.

As funções desempenhadas pelos Membros do Conselho Fiscal em outras Sociedades são reportadas no Apêndice II a este Relatório. Os membros do Conselho Fiscal não exercem outras funções em Sociedades do Grupo.

<b>c) Competências e funções</b>
----------------------------------

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Considerando o disposto na alínea d) do número 2 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no nº 10 do artigo 77º da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro, a possibilidade de contratação de serviços diversos dos de auditoria a prestar, em território nacional ou fora dele, pelo Auditor Externo ou por entidades que se encontrem em relação de participação ou integrem a mesma rede, tem que enquadrar-se dentro de autorização prévia específica concedida pelo Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal avalia eventuais restrições estabelecidas no nº 8 do artigo 77º da Lei nº 140/2015, de 7 de Setembro e, em particular, os riscos de auto revisão decorrentes da participação do auditor na preparação dos registos contabilísticos ou das demonstrações financeiras da entidade auditada, bem como da independência do revisor oficial de contas.

Durante o exercício de 2018, o Conselho Fiscal autorizou a prestação de serviços pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. no seguinte âmbito:

- a) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017;
- b) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de janeiro de 2018;
- c) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- d) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por

- SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- e) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda., para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - f) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - g) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de maio de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - h) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - i) verificação da listagem de veículos automóveis da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - j) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;
  - k) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda.;
  - l) validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, com base no extrato bancário da conta n.º 45513545377 do Banco Millennium BCP, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação ao sindicato bancário, constituído pelo Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA e Caixa Geral de Depósitos, dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período;
  - m) verificação da listagem de veículos automóveis à data de 2 de Julho de 2018 da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos



automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA.

**38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.**

Sem prejuízo das demais competências que lhe sejam atribuídas por lei, nos termos do regulamento interno do Conselho Fiscal compete-lhe:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato da sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgar conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados, e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a revisão oficial de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Propor a nomeação do auditor externo, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos respectivos serviços, bem assim como ser o primeiro destinatário dos respectivos relatórios;
- Avaliar o auditor externo e propor à Assembleia Geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito;
- Dar parecer prévio sobre os negócios de relevância significativa a celebrar entre, por um lado, titulares de Participação Qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do



artigo 20º.do Código dos Valores Mobiliários, e, por outro lado, a Sociedade ou qualquer sociedade com esta em relação de domínio ou de grupo;

- Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato da sociedade.

<b>IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS</b>
--------------------------------------

**39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

O Revisor Oficial de Contas é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (SROC nº. 183), inscrição nº. 20161485 na CMVM, representada pelo sócio revisor oficial de contas Dr. José Miguel Dantas Maio Marques (ROC nº.1271).

**40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.**

A PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. presta serviços de auditoria externa à SAG GEST desde 2016.

**41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.**

No exercício de 2018, o ROC prestou outros serviços à Sociedade para além da revisão legal das contas, nomeadamente a prestação de serviços a participadas, no seguinte âmbito:

- a) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017;
- b) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de janeiro de 2018;
- c) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- d) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- e) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda., para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- f) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por

- SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- g) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de maio de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- h) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- i) verificação da listagem de veículos automóveis da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- j) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;
- k) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda.;
- l) validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, com base no extrato bancário da conta n.º 45513545377 do Banco Millennium BCP, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação ao sindicato bancário, constituído pelo Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA e Caixa Geral de Depósitos, dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período;
- m) verificação da listagem de veículos automóveis à data de 2 de Julho de 2018 da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA.

## V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respectivo número de registo na CMVM.

O Auditor Externo é a Pricewaterhouse Coopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (SROC nº. 183), inscrição nº. 20161485 na CMVM, representada pelo sócio revisor oficial de contas Dr. José Miguel Dantas Maio Marques (ROC nº.1271).

43. **Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.**

A Pricewaterhouse Coopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. e o respectivo sócio revisor oficial de contas que a representa exercem funções desde 2016.

44. **Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respectivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.**

Na sequência das alterações introduzidas pela Lei nº. 140/2015, de 9 de Setembro, e em virtude da Ernst & Young Audit & Associados - SROC, SA já vir a prestar serviços de auditoria externa à SAG GEST, desde 1998, ainda que com substituição de Sócio responsável pela revisão legal das contas da SAG GEST, foi promovida uma consulta com vista à selecção de nova sociedade revisora oficial de contas, tendo sido deliberado, na Assembleia Geral Anual realizada em 27 de Maio de 2016, designar a Pricewaterhouse Coopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. para prestar serviços de auditoria externa nos exercícios de 2016 e de 2017, posteriormente reconduzida no exercício de 2018.

45. **Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

A avaliação do Auditor Externo é feita, anualmente, pelo Conselho Fiscal.

46. **Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

No exercício de 2018, o Auditor Externo prestou outros serviços à Sociedade para além da revisão legal das contas, nomeadamente a prestação de serviços a participadas, no seguinte âmbito:

- a) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017;
- b) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de janeiro de 2018;
- c) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- d) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- e) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda., para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro

- de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
- f) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - g) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de maio de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - h) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - i) verificação da listagem de veículos automóveis da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - j) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;
  - k) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda.;
  - l) validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, com base no extrato bancário da conta n.º 45513545377 do Banco Millennium BCP, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação ao sindicato bancário, constituído pelo Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA e Caixa Geral de Depósitos, dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período;
  - m) verificação da listagem de veículos automóveis à data de 2 de Julho de 2018 da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA.

A contratação dos referidos serviços foi aprovada pelo Conselho Fiscal, mediante emissão de pareceres favoráveis, em face de os serviços a prestar terem essencialmente a natureza de revisão de informações preparadas pelos serviços das relevantes e interessadas participadas, não envolvendo a prestação de serviços proibidos directa ou indirectamente, tal como estabelecido no nº 8 do artigo 77º da Lei nº 140/2015, de 7 de Setembro; e que as referidas prestações de serviços não prejudicavam a independência dos serviços de auditoria prestados ou a prestar pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. à SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., à SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA e à GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda., S.A., tendo por referência os normativos em vigor.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas colectivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

	Pela Sociedade		Por entidades do grupo		Total do Grupo	
	Valor €	% do total	Valor €	% do total	Valor €	% do total
Serviços de revisão de contas	33,500	100%	156,000	77%	189,500	81%
Serviços de garantia de fiabilidade	0	0%	45,800	23%	45,800	19%
Serviços de consultoria fiscal	0	0%	0	0%	0	0%
Serviços que não revisão de contas	0	0%	0	0%	0	0%
<b>TOTAL</b>	<b>33,500</b>	<b>100%</b>	<b>201,800</b>	<b>100%</b>	<b>235,300</b>	<b>100%</b>

### C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

#### I.Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

As deliberações sobre alterações aos estatutos da Sociedade, incluindo aumentos do Capital Social, devem ser tomadas pela maioria de dois terços dos votos correspondentes ao Capital Social.

#### II.Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Em linha com as Recomendações da CMVM, a SAG GEST tem instituída uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas dentro do Grupo, como medida de detecção precoce de eventuais práticas irregulares, que contribua para prevenir a ocorrência de situações graves e penalizantes, quer para o Grupo e seus Colaboradores, quer para os Accionistas.

No quadro desta política, é dada aos Colaboradores a possibilidade de comunicarem o conhecimento da prática de irregularidades às suas hierarquias directa, ou superior, que por sua vez as terão que reportar de imediato ao Órgão de Fiscalização, ou através de endereço ou caixa de e-mail específicos para recepção de comunicação de irregularidades, no caso de pretendida confidencialidade, que não dispensa, todavia, a identificação do declarante, por razões de responsabilização na prestação da comunicação. Cabe ao Órgão de Fiscalização da SAG GEST receber as comunicações apresentadas e monitorar a aplicação prática da política de comunicação de irregularidades, assegurando a função de vigilância e controlo do efectivo apuramento das alegadas irregularidades reportadas.



Recebida uma comunicação de prática de irregularidade, a Comissão de Avaliação da Estrutura e Governo Societários do Grupo SAG, no prazo de oito dias, procederá a averiguações e emitirá parecer, de natureza consultiva, remetendo-o ao Órgão de Fiscalização da SAG GEST e ao Órgão de Administração da Empresa Participada onde tenha sido cometida a irregularidade, para que este tome as providências consideradas adequadas. Será dado conhecimento daquela decisão, em simultâneo, ao Órgão de Fiscalização da SAG GEST e à Comissão de Avaliação da Estrutura e Governo Societários do Grupo SAG.

### III. Controlo interno e gestão de riscos

#### 50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade reconhecem a relevante importância dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos com impacto nas actividades das empresas do Grupo, tendo em conta a dimensão e a natureza dos negócios das mesmas e a complexidade dos riscos a estes associados.

O Conselho de Administração da SAG GEST é responsável pela fixação de objectivos em matéria de assunção de riscos, assim como pela implementação e monitorização de um processo adequado de controlo interno e de gestão de risco, procurando assegurar a sua eficácia. Nesse sentido, têm sido promovidas as condições funcionais e tecnológicas capazes de permitir o controlo adequado dos riscos da actividade, nomeadamente através da preparação e divulgação de normas definindo os procedimentos de controlo interno a adoptar por todas as Empresas do Grupo na realização de transacções de natureza operacional que, para além de assegurarem a devida salvaguarda dos activos do Grupo, estabelecem a necessidade de serem previamente obtidas as adequadas autorizações e aprovações prévia, pelos níveis hierárquicos e funcionais apropriados. Estes procedimentos são emitidos e actualizados regularmente, sob forma escrita.

Adicionalmente, e no que respeita à gestão de riscos, o Grupo publicou, e mantém regularmente actualizados Manuais que estabelecem os princípios e procedimentos a adoptar em relação aos principais riscos associados à sua actividade, de que é exemplo o Manual de Risco de Crédito.

O auditor externo verifica a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, no âmbito dos seus trabalhos de revisão legal das contas e reporta quaisquer deficiências significativas ao Conselho Fiscal.

#### 51. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

No âmbito das suas competências de fiscalização, o Conselho Fiscal tem acesso aos relatórios elaborados no âmbito das matérias relacionadas com identificação de potenciais conflitos de interesses e a detecção de potenciais ilegalidades.

#### 52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A Área Financeira tem a responsabilidade, perante o Conselho de Administração e perante o Conselho Fiscal, pela implementação dos procedimentos de controlo interno e de gestão dos riscos de natureza financeira (riscos de liquidez, de crédito e de exposição às taxas de juros), cabendo às áreas funcionais a monitorização dos riscos de natureza operacional.

#### 53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da actividade.

A Política de Gestão de Riscos da SAG Gest tem como objetivos assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos pelas suas Subsidiárias e Participadas, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na sua estrutura financeira consolidada e na respetiva sustentabilidade.

A identificação dos riscos a que se encontram expostas as Subsidiárias da SAG Gest materialmente mais relevantes permitiu identificar como principais os seguintes:

#### Dependência de Fornecedores

O negócio da Subsidiária SIVA assenta em Contratos de Distribuição celebrados com o Grupo Volkswagen AG, por tempo indeterminado, sujeitos ao Regulamento Comunitário aplicável, que se mantêm em vigor desde há mais de 30 anos. No entanto, a manutenção destes Contratos está obviamente dependente do seu integral cumprimento e de fatores que incluem a manutenção da política de distribuição do Grupo Volkswagen, e a “performance” das Marcas representadas no mercado Português.

#### Risco Automóvel – Valores Residuais

A característica dos negócios no segmento do “Rent-a-Car”, que implica a recompra, como viaturas usadas, dos automóveis fornecidos inicialmente (cláusulas de “Buy-Back”) expõem a Subsidiária SIVA aos riscos que decorrem das variações de preço do mercado de viaturas semi-novas e usadas.

Para minimizar os potenciais impactos negativos que possam resultar deste tipo de risco, a Subsidiária SIVA implementou mecanismos de acompanhamento permanente da evolução do valor de mercado das viaturas semi-novas e usadas que mantêm no seu balanço (viaturas faturadas às Entidades que operam no segmento de “Rent-a-Car” que a Subsidiária assumiu o compromisso de recomprar).

O valor de mercado destas viaturas é determinado com base nas previsões do valor “forward” fornecido pela Eurotax (Entidade internacional que publica regularmente os preços de mercado “spot” e “forward” de viaturas por Marca, por modelo, versão e ano de fabricação, bem como pelo preço real de venda dessas viaturas no presente (“spot”). Estas previsões para cada modelo (onde é considerado o preço “forward” para a data estimada de devolução das viaturas, a que acresce o prazo estimado para concretizar a venda) levam também em consideração o peso previsto de cada um dos canais de venda futura.

#### Riscos Financeiros

Os principais riscos financeiros identificados são riscos de capital, de liquidez, de exposição às variações das taxas de juro e o risco de crédito.

A gestão do risco de capital tem por objetivo assegurar que os Capitais Próprios Consolidados atinjam os níveis adequados para garantir uma estrutura equilibrada da posição patrimonial consolidada.

Na situação em que atualmente se encontra, a SAG Gest, para assegurar em moldes sustentáveis o exercício da atividade das suas Subsidiárias, necessita de reestruturar a sua base de capital e o seu passivo financeiro, de modo a que haja uma combinação adequada entre Capitais Próprios e Empréstimos e Financiamentos, que permitam manter o exercício da sua atividade operacional sem constrangimentos de liquidez e com rentabilidade, assegurando assim a sua continuidade.

A gestão do risco de liquidez procura um acompanhamento e medição dinâmica daquele tipo de risco, por forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades financeiras de curto e médio prazo (“cash outflows”) da Sociedade para com as Entidades com as quais se relaciona na sua atividade.



O risco de liquidez do Grupo SAG e suas subsidiárias, é gerido e acompanhado diariamente pelo Departamento de Tesouraria do Grupo, através de mapas de projeção de Fluxos de Caixa, onde são consideradas todas as responsabilidades assumidas com as respetivas datas de vencimento.

Em função da informação resultante da atualização diária dos mapas de Fluxo de Caixa são tomadas decisões relativamente a compras e investimentos a realizar e estabelecidos contactos com as Instituições Financeiras para ajuste das maturidades dos respetivos empréstimos.

A situação de constrangimento financeiro que se acentuou desde o último Trimestre de 2017 resulta da conjugação de um conjunto de fatores, onde se destaca como um dos mais relevantes o compromisso de realização dos volumes de compras assumidos pelas diversas Marcas, que se tem situado a um nível superior à capacidade de absorção do mercado e que originou um aumento de stocks de “self-registrations” e de viaturas usadas provenientes dos negócios de RAC. Adicionalmente, a Audi no final de 2017 reduziu o prazo de pagamento das vendas à SIVA de 90 para 60 dias.

Esta pressão sobre o “Working Capital” da SIVA, e face à indisponibilidade de meios financeiros adicionais, são a justificação para a realização no 1º Trimestre de 2018, de um conjunto de negócios com margem negativa, de modo a assegurar no imediato a geração de fundos necessários para satisfazer compromissos inadiáveis e poder continuar a efetuar compras de viaturas encomendadas e com cliente final.

Simultaneamente e para a sustentabilidade da operação foram negociados para 2018, com as diversas Marcas do Grupo VW, reduções ao volume de encomendas face ao inicialmente projetado para 2018 e ajustados os respetivos planos de compras para cada Marca e respetivos canais. Foi ainda solicitado que o pagamento por parte das Marcas dos respetivos apoios comerciais se processe/liquide em prazos mais curtos do que os normalmente instituídos.

Estas medidas, junto com a eliminação dos “Self-registrations” e a redução do volume de vendas ao segmento RAC, permitiram diminuir a pressão sobre o “Working Capital” ao longo do 2º Semestre de 2018.

A gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo assegurar uma medição e administração dinâmica deste risco, através da definição e estabelecimento de limites de exposição da Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada e da Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral Consolidada da SAG Gest a variações das taxas de juro. Através da política de controlo adotada procuram-se selecionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afete negativamente a respetiva capacidade operacional.

Na gestão do risco de crédito é acompanhada mensalmente a evolução da carteira de Clientes, bem como a exposição de cada unidade de negócios. A SAG Gest tem em vigor, desde 2001, um Manual de Risco de Crédito, onde se encontram estabelecidas as políticas, critérios e procedimentos a adotar na área de controlo de crédito. O Manual de Risco de Crédito, que é periodicamente atualizado, inclui os critérios a utilizar na determinação de um “rating” de crédito.

#### Risco Operacional

A gestão do risco operacional assenta na atribuição de responsabilidades funcionais e na definição formal de procedimentos de controlo interno, ao nível das áreas de negócio.

#### Riscos Jurídicos

A gestão dos riscos jurídicos é efectuada pelas assessorias jurídicas da Sociedade e de cada área de negócio do Grupo, que funcionam na dependência da Administração e que desenvolvem as suas

competências de forma a assegurar a protecção dos interesses da Sociedade e dos seus *stakeholders*, na observância dos seus deveres legais.

A assessoria legal e fiscal é ainda garantida, a nível nacional e internacional, por profissionais externos seleccionados de entre firmas de reconhecida reputação e de acordo com critérios de competência, ética e experiência.

No exercício de 2018, sem prejuízo das contingências reportadas na Nota 42 (Compromissos e Contingências) das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2018, não foram identificados outros riscos jurídicos relevantes.

**54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.**

O Conselho de Administração da SAG GEST é responsável pela implementação e monitorização de um processo adequado de controlo interno e de gestão de riscos, procurando assegurar a sua eficácia. Nesse sentido, têm sido promovidas as condições funcionais e tecnológicas capazes de permitir o controlo adequado dos riscos da actividade.

O Conselho Fiscal tem promovido a avaliação do funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade e analisado os eventuais ajustamentos às necessidades da Sociedade.

**55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m).**

A SAG GEST implementou sistemas de controlo interno e de gestão de risco que permitem a prevenção e detecção de riscos relevantes a que se encontra exposta a actividade do Grupo SAG, e que assentam em unidades orgânicas responsáveis pela monitorização e controlo dos mesmos.

Assim, a responsabilidade da definição e controlo das políticas de gestão dos factores de risco financeiro que são passíveis de provocar perdas no valor patrimonial está a cargo do Comité de ALCO (*Assets and Liabilities Committee*), que tem como atribuições a monitorização e controle dos riscos de liquidez, cambial, de exposição às variações das taxas de juro e o risco de crédito.

Relativamente à divulgação de informação financeira, a Sociedade prossegue a comunicação frequente com todos os intervenientes no processo, guiando-se por princípios de correcção, fiabilidade e transparência.

A informação financeira é divulgada publicamente numa base trimestral, e habitualmente é composta por:

- Demonstrações Financeiras (Demonstração da Situação Patrimonial, Demonstração dos Resultados e de outro Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas), acompanhadas de comentários sobre a evolução dos negócios durante o período em análise, com referência aos períodos de três e nove meses findos, respectivamente, em 31 de Março e 30 de Setembro de cada ano.
- Demonstrações Financeiras (Demonstração da Situação Patrimonial, Demonstração dos Resultados e de outro Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e respectivas Notas, consolidadas e separadas), acompanhadas de Relatórios de Gestão relativos à evolução dos negócios durante o período em análise, com referência aos períodos de seis e doze meses findos, respectivamente, em 30 de Junho e 31 de Dezembro de cada ano.

O mesmo tipo de informação é divulgado internamente numa base mensal, e é analisada e discutida nas reuniões mensais do Conselho de Administração.

Nesse sentido:

1. A informação financeira é preparada em estrita observância dos princípios de contabilidade geralmente aceites, tal como definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS) adoptadas pela União Europeia.
2. Em momento anterior à respectiva divulgação, a informação financeira com referência a cada data de reporte, é verificada quanto à sua fiabilidade, correcção e conformidade com os princípios referidos em 1., pelos Órgãos de Fiscalização competentes - Conselho Fiscal e, quando requerido (nomeadamente no que respeita à prestação anual de contas), a Sociedade Revisora Oficial de Contas (Auditor Externo).
3. O Conselho de Administração aprova formalmente a informação financeira a ser divulgada.
4. A divulgação pública da informação financeira é efectuada no integral cumprimento de todos os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, pela seguinte ordem:
  - a. Sistema de Difusão de Informação da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt))
  - b. Sítio institucional da Sociedade ([www.sag.pt](http://www.sag.pt))
  - c. Sistema de disseminação de informação da Thomson Reuters
  - d. Comunicação Social, Analistas e outros Parceiros de Negócio da Sociedade

<b>IV. Apoio ao Investidor</b>
--------------------------------

**56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.**

A Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, coordenado pelo Representante para as Relações com o Mercado e do qual fazem parte a Secretária da Sociedade e uma assistente administrativa. O Gabinete de Apoio ao Investidor centraliza todas as questões formuladas pelos Accionistas e agentes de mercado, assegurando a difusão de informação aos Accionistas e ao mercado em geral em condições de igualdade e mantém o contacto com a Entidade Supervisora.

Assim, todas as informações relativas à performance financeira e operacional das Participadas do Grupo são disponibilizadas à comunidade investidora através do Gabinete de Apoio ao Investidor.

Da mesma forma, toda a comunicação institucional da Sociedade com os órgãos de comunicação social é feita através do Gabinete de Apoio ao Investidor.

Vias de acesso: Telefone (351) 21 359 66 64

Fax (351) 21 359 66 74

E-mail [investor.relations@sag.pt](mailto:investor.relations@sag.pt)

**57. Representante para as relações com o mercado.**

Representante para as Relações com o Mercado – Dr. João Pedro Saraiva.

**58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.**

No âmbito das questões dirigidas ao representante para as relações com o mercado, colocadas via correio electrónico ou através de contacto telefónico, o Gabinete de Apoio ao Investidor registou, ao longo de 2018, cinco pedidos de informação.

No final de 2018, não se encontrava pendente nenhum pedido de informação.

A Sociedade mantém um registo actualizado dos pedidos de informação apresentados, assim como do tratamento que lhes foi dado.

<b>V. Sítio de Internet</b>
-----------------------------

**59. Endereço(s).**

Está disponível uma página na Internet, em português e em inglês, para a divulgação de informação sobre a Sociedade que pode ser consultada através do seguinte endereço: [www.sag.pt](http://www.sag.pt).

**60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Apresentação», encontra-se um separador relativo a «Menções Legais», onde se encontra publicada a informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

**61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Apresentação», encontra-se um separador relativo a «Governo Societário», onde se encontra publicada a informação sobre estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

**62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respectivas funções e meios de acesso.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Apresentação», encontra-se um separador relativo a «Corpos Sociais», onde se encontra publicada a informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado, e um outro separador relativo a «Gabinete de Apoio ao Investidor» onde se encontra publicada a informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso.

**63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Investidor», encontra-se um separador relativo a «Relatórios e Contas», onde são divulgados os documentos de prestação de contas, que permanecem acessíveis durante cinco anos. Ainda dentro do separador identificado como «Investidor», encontra-se um separador relativo a «Calendário de Eventos» onde se encontra divulgada a informação relativa ao calendário semestral de eventos societários.

**64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Investidor», encontra-se um separador relativo a «Assembleia Geral», onde são divulgadas a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

**65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.**

No sítio da Internet da Sociedade, dentro do separador identificado como «Investidor», encontra-se um separador relativo a «Assembleia Geral», onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações

tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência, pelo menos, aos 3 anos antecedentes.

#### **D. REMUNERAÇÕES**

##### **I. Competência para a determinação**

#### **66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.**

Nos termos estatutários, a determinação da remuneração dos órgãos sociais é assegurada por uma Comissão de Vencimentos.

##### **II. Comissão de remunerações**

#### **67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou colectivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.**

A Comissão de Vencimentos em exercício de funções, eleita pela Assembleia Geral para o quadriénio 2015 - 2018, tem a seguinte composição:

- Dr. Lopo Roque de Pinho Cancell de Abreu
- Dr. Luís de Magalhães Reynolds de Abreu Coutinho
- Dr. João Francisco de Freitas Cruz Caldeira

Todos os Membros desta Comissão se consideram independentes. Nem os Membros desta Comissão nem os seus respectivos cônjuges, parentes e afins em linha recta até ao 3º grau, inclusive exercem cargos nos Órgãos de Administração da SAG GEST ou nas suas Participadas.

Não foi contratada qualquer empresa de consultoria para dar apoio à Comissão de Vencimentos.

#### **68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.**

Os membros da Comissão de Vencimentos são personalidades com larga experiência de vida e da prática societária e têm vindo a exercer o mandato que a Assembleia Geral lhes confiou com a devida competência demonstrada não só através da demonstrada confiança dos accionistas, e designadamente dos accionistas de referência, mas também através do respeito e total acatamento das suas deliberações por parte dos membros dos corpos sociais.

Bem inseridos na comunidade e com um adequado relacionamento com os principais concorrentes e “stakeholders” têm procurado adequar as remunerações, na sua perspectiva anual e plurianual, à efectiva situação da empresa e do sector em que se insere, naturalmente influenciado pelo estado geral da economia do nosso País.

O Presidente da Comissão de Vencimentos, Dr. Lopo Roque de Pinho Cancell de Abreu, que exerceu simultaneamente o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia Geral até 30 de Maio de 2018, tem um profundo conhecimento do enquadramento e realidade da sociedade e do Grupo SAG e mantém uma boa relação com os accionistas de referência que lhe permite discutir junto deles todas as matérias relacionadas com o sistema e política de remunerações. A sua formação jurídica e a prática por mais de quarenta anos como sócio de uma sociedade de advogados dão-lhe uma qualificação profissional considerada adequada.

O Dr. Luís de Magalhães Reynolds de Abreu Coutinho exerce igualmente advocacia há mais de 30 anos, tendo adquirido uma larga experiência nas áreas de prática societária e laboral, e tem vindo a



interagir integrado em equipas multidisciplinares, que também lhe conferem uma competência profissional adequada para intervir nesta matéria de política de remunerações.

Em virtude do respectivo currículo e experiência profissionais, o Dr. João Francisco de Freitas Cruz Caldeira, que já exerce advocacia há mais de 25 anos e integra os órgãos sociais de diversas sociedades, ainda que não cotadas, possui uma significativa experiência nas áreas de prática societária, designadamente no âmbito da EU, possuindo igualmente conhecimentos e experiência, também em matéria de política remuneratória, que lhe conferem uma competência adequada.

### III. Estrutura das remunerações

#### 69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Transcreve-se a declaração da política de remunerações dos Órgãos de Administração e de Fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, conforme emitida pela Comissão de Vencimentos e aprovada pela Assembleia Geral de 30 de Maio de 2018:

*“A Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral de Accionista de 29 de Maio de 2015. É composta por três membros independentes relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade e está-lhe atribuída a função de fixar as respectivas remunerações.”*

*Em cumprimento das disposições legais e regulamentares em matéria de política de remuneração dos órgãos sociais, convicta dos benefícios da transparência na fixação das remunerações dos membros destes órgãos, a Comissão de Vencimentos entende determinar, nos termos adiante indicados, a política geral a seguir quanto à remuneração dos órgãos sociais, que vai ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas -*

#### A.- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*I.-A remuneração dos administradores com funções executivas integra (i) uma componente fixa, a pagar catorze vezes por ano, definida em função da natureza das funções desempenhadas e dos níveis de responsabilidade de cada um dos membros, do conhecimento e experiência acumulada no exercício das funções e ainda de análises de competitividade externa, tendo como mercado de referência o mercado geral nacional; (ii) uma componente variável paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, até um máximo de seis componentes fixas, suportada por critérios de performance individual, empresarial e de Grupo; podendo no final do mandato haver um reforço da componente variável, até um máximo de oito componentes fixas, desde que os objectivos do mandato tenham sido cumpridos e se tenha verificado incremento do valor da empresa ao longo do período do mandato.*

*A componente fixa tem como máximo, para cada cargo, a média dos valores das remunerações praticadas, no ano anterior, no universo das sociedades com valores admitidos à cotação na Euronext Lisbon.*

*A atribuição da componente variável está condicionada à evolução da performance económica e financeira do Grupo e a critérios de desempenho suportados por objectivos claramente definidos e em linha com as áreas prioritárias de actuação em cada empresa / negócio e por competências em linha com os valores do Grupo e critérios da gestão.*

*O pagamento da remuneração dos administradores, quer na componente fixa, quer na componente variável, pode ser repartido entre a Sociedade e as sociedades participadas, ou assumida por estas na íntegra.*

*Os administradores não devem celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.*

*II.-Os administradores não executivos auferem uma remuneração fixa e regular, a pagar catorze vezes por ano, não lhes sendo atribuível qualquer componente de remuneração variável.*

*III.-Não existe nem se propõe que venha a existir qualquer acordo expresso com cada um dos administradores sobre a exigibilidade ou a inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções.*

*No entanto, o pagamento relativo à destituição ou cessação de funções por acordo, não pode exceder o montante das remunerações que presumivelmente seriam recebíveis até ao final do período para que tenha sido eleito, excepto no caso de administrador cujo contrato de trabalho se encontre suspenso nos termos legais aplicáveis, situação em que será pago o montante que decorrer dos dispositivos legais aplicáveis.*

**B.- CONSELHO FISCAL**

*Os membros do Conselho Fiscal auferem uma retribuição fixa, sob a forma de senha de presença, por cada reunião do Conselho Fiscal em que participem.*

**C.- SOCIEDADE REVISORA OFICIAL DE CONTAS**

*A Sociedade Revisora Oficial de Contas será remunerada de acordo com contrato de prestação de serviços de revisão de contas, devendo a respectiva remuneração estar em linha com as práticas de mercado.*

**D.- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

*O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferirá uma retribuição fixa, sob a forma de senha de presença, por cada Assembleia Geral que dirija.”*

- 70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.**

Apesar de não estar formalmente implementado qualquer mecanismo de alinhamento de interesses dos Membros do Órgão de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, concretamente através do diferimento da remuneração variável, a Comissão de Vencimentos procura estruturar a remuneração dos Membros do Órgão de Administração de forma a que possa haver um alinhamento de médio e longo prazo com os interesses da Sociedade.

- 71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

A remuneração dos Administradores com funções executivas pode integrar uma componente variável, paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, suportada por critérios de performance individual, empresarial e de Grupo; podendo no final do mandato haver um reforço da componente variável, desde que os objectivos do mandato tenham sido cumpridos e se tenha verificado incremento do valor da empresa ao longo do período do mandato.

A atribuição da componente variável está sempre condicionada à evolução da performance económica e financeira do Grupo e a critérios de desempenho suportados por objectivos claramente definidos e em linha com as áreas prioritárias de actuação em cada Empresa / negócio e por competências em linha com os valores do Grupo e critérios da gestão.

- 72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não existe qualquer diferimento no pagamento da componente variável da remuneração.

- 73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em acções bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas acções, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas acções, designadamente contratos de cobertura (“hedging”) ou de transferência de risco, respectivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.**

A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de acções e, ou, qualquer outro sistema de incentivos com acções.

- 74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.**



A sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

**75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.**

Para além da possibilidade de atribuição da componente de remuneração variável, paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, conforme referido em 71. supra, a Sociedade não tem implementado qualquer outro sistema de prémios anuais ou quaisquer outros benefícios não pecuniários.

**76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

A Sociedade não implementou quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores.

**IV. Divulgação das remunerações**

**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

REMUNERAÇÕES PAGAS PELA SAG GEST - DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
NOME	FUNÇÃO	2018			2017	% Variação
		REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL / COMPENSAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	REMUNERAÇÃO TOTAL	
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>						
<u>ADMINISTRADORES EXECUTIVOS</u>						
João Manuel Quevedo Pereira Coutinho	Presidente do Conselho de Administração	494.760,00	0,00	494.760,00	494.760,00	0,0%
Fernando Jorge Cardoso Monteiro (1)	Administrador Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
José Maria Cabral Vozzone (1)	Administrador Executivo	31.453,93	0,00	31.453,93	49.826,00	-36,9%
Pedro Roque de Pinho de Almeida	Administrador Executivo	50.400,00	0,00	50.400,00	50.400,00	0,0%
SUB-TOTAL - ADMINISTRADORES EXECUTIVOS		576.613,93	0,00	576.613,93	594.986,00	-3,1%
<u>ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS</u>						
Esmeralda da Silva Santos Dourado	Administrador não Executivo	70.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00	0,0%
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho (1)	Administrador não Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Luís Miguel Dias Silva Santos (2)	Administrador não Executivo	57.500,00	0,00	57.500,00	165.854,16	-65,3%
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena (3)	Administrador não Executivo	22.524,37	0,00	22.524,37	140.000,00	-83,9%
SUB-TOTAL - ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS		150.024,37	0,00	150.024,37	375.854,16	-60,1%
TOTAL - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)		726.638,30	0,00	726.638,30	970.840,16	-25,2%

(1) Cessão de funções por término de mandato em 30.05.2018

(2) Renúncia em 31.03.2018

(3) Cessão de funções - falecimento em 08.01.2018

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

REMUNERAÇÕES PAGAS POR PARTES RELACIONADAS - DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
NOME	FUNÇÃO	2018			2017	% Variação
		REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL / COMPENSAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	REMUNERAÇÃO TOTAL	
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>						
<u>ADMINISTRADORES EXECUTIVOS</u>						
João Manuel Quevedo Pereira Coutinho	Presidente do Conselho de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Fernando Jorge Cardoso Monteiro (1)	Administrador Executivo	191.001,46	0,00	191.001,46	291.711,28	-34,5%
José Maria Cabral Vozzone (1)	Administrador Executivo	57.205,00	0,00	57.205,00	160.174,00	-64,3%
Pedro Roque de Pinho de Almeida	Administrador Executivo	299.600,08	0,00	299.600,08	729.195,19	-58,9%
SUB-TOTAL - ADMINISTRADORES EXECUTIVOS		547.806,54	0,00	547.806,54	1.181.080,47	-53,6%
<u>ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS</u>						
Esm eralda da Silva Santos Dourado	Administrador não Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Carlos Alexandre Antão Valente Coutinho (1)	Administrador não Executivo	47.438,35	0,00	47.438,35	70.000,00	-32,2%
Luís Miguel Dias Silva Santos (2)	Administrador não Executivo	15.381,25	0,00	15.381,25	37.450,00	-58,9%
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena (3)	Administrador não Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
SUB-TOTAL - ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS		62.819,60	0,00	62.819,60	107.450,00	-41,5%
TOTAL - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)		610.626,14	0,00	610.626,14	1.288.530,47	-52,6%

(1) Cessão de funções por término de mandato em 30.05.2018

(2) Renúncia em 31.03.2018

(3) Cessão de funções - falecimento em 08.01.2018

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

No exercício de 2018, a Sociedade não pagou aos administradores executivos quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Durante o exercício de 2018 não foi paga qualquer indemnização a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

REMUNERAÇÕES TOTAIS - DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO						
NOME	FUNÇÃO	2018			2017	% Variação
		REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL / COMPENSAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	REMUNERAÇÃO TOTAL	
<b>CONSELHO FISCAL</b>						
João José Martins da Fonseca George	Presidente do Conselho Fiscal	10.000,00	0,00	10.000,00	7.000,00	42,9%
Duarte Manuel Palma Leal Garcia	Vogal do Conselho Fiscal	10.000,00	0,00	10.000,00	7.000,00	42,9%
Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro	Vogal do Conselho Fiscal	10.000,00	0,00	10.000,00	6.000,00	66,7%
<b>TOTAL - CONSELHO FISCAL (CF)</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>50,0%</b>

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma senha de presença no valor fixo de Eur 1.750,00 por cada Reunião de Assembleia Geral dirigida. Em 2018, realizou-se uma reunião de Assembleia Geral, pelo que auferiu uma remuneração total de Eur 1.750,00.

#### V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontram contratualmente fixados quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de Administrador, para além do previsto na lei.

De acordo com a política de remunerações dos órgãos sociais emitida pela Comissão de Vencimentos e aprovada pela Assembleia Geral de 30 de Maio de 2018, o pagamento relativo à destituição ou cessação por acordo de funções de administrador, não pode exceder o montante das remunerações que presumivelmente seriam recebíveis até ao final do período para que tenha sido eleito, excepto no caso de administrador cujo contrato de trabalho se encontre suspenso nos termos legais aplicáveis, situação em que será pago o montante que decorrer dos dispositivos legais aplicáveis.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

#### VI. Planos de atribuição de acções ou opções sobre acções ('stock options')

#### SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora  
 Capital Social: Eur 169.764.398,00  
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora  
 Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886  
 Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2  
 2614-519 Amadora  
 Tel: 21 359 66 64/  
 Fax: 21 359 66 74

**85. Identificação do plano e dos respectivos destinatários.**

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar a atribuição de direitos a adquirir opções sobre acções.

**86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de acções, critérios relativos ao preço das acções e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das acções ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de acções e/ou o exercício de opções).**

Não aplicável.

**87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de acções ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.**

Não aplicável.

**88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).**

Não aplicável.

**E. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

**I. Mecanismos e procedimentos de controlo**

**89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transacções com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).**

O Conselho de Administração submete à apreciação prévia do Conselho Fiscal, as transacções de relevância significativa em termos económicos que envolvam Accionistas titulares de Participação Qualificada, ou entidades ou pessoas que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ou que se realizem em condições que possam ser consideradas como afastando-se das condições normais de mercado para operações similares ou constitutivas de potenciais situações de conflitos de interesse.

O Conselho Fiscal analisa e avalia as transacções que lhe são submetidas, com base na informação que lhe é facultada, podendo solicitar elementos ou estudos adicionais, e verifica o cumprimento das regras aplicáveis no âmbito do conflito de interesses, da aferição da realização em condições normais de mercado para operações similares e da preservação dos interesses da Sociedade.

**90. Indicação das transacções que foram sujeitas a controlo no ano de referência.**

Durante o exercício de 2018, não foi sujeito a apreciação prévia do Conselho Fiscal qualquer transacção com parte relacionada.

**91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.**

A intervenção do Conselho Fiscal para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de Participação Qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários pauta-se por um conjunto de regras objectivas e transparentes com vista à identificação, prevenção e resolução de conflitos de interesses corporativos relevantes, que foram devidamente estabelecidas e aprovadas pelo Conselho Fiscal.

Em primeiro lugar, os negócios da Sociedade com Accionistas titulares de Participação Qualificada, ou com entidades ou pessoas que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Em segundo lugar, os negócios de relevância significativa em termos económicos com Accionistas titulares de Participação Qualificada, ou com entidades ou pessoas que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal, considerando-se de relevância significativa os negócios cujo valor mínimo subjacente ascenda a Eur 1.000.000,00 (um milhão de euros).

Por último, são considerados como potenciais conflitos de interesse relevantes as situações susceptíveis de lesar interesse social da SAG GEST, que se verifiquem em negócios jurídicos entre a SAG GEST (ainda que por intermédio de Sociedades em relação de grupo ou de domínio com a SAG GEST, adiante designadas por Sociedades Dominadas) e, directamente ou por interposta pessoa, qualquer Membro do Órgão de Administração, Membros dos demais Órgãos Sociais e Accionistas da SAG GEST e das suas Sociedades Dominadas.

Para que o Conselho Fiscal possa avaliar os negócios dever-lhe-á ser prestada informação que inclua:

- a. Caracterização sumária das operações e das obrigações assumidas pelas partes;
- b. Identificação dos parâmetros de aferição da realização em condições normais de mercado para operações similares;
- c. Medidas adoptadas para prevenir ou resolver potenciais conflitos de interesses.

Caso a apreciação do Conselho Fiscal aponte no sentido da existência de um conflito de interesses que necessite de ser resolvido, devem ser tomadas medidas consideradas adequadas à sua resolução ou à sua gestão de forma compatível com o interesse social da SAG GEST.

<b>II. Elementos relativos aos negócios</b>
---

- 92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.**

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se relatada na Nota 36 (Divulgação de Partes Relacionadas) das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2018.

## PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Identificação do Código de governo das sociedades adoptado

A SAG GEST decidiu adoptar as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de Corporate Governance (CGS IPCG) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2018, continuando a elaborar o Relatório de Governo Societário de acordo com o anexo ao Regulamento da CMVM nº. 4/2013 de 1 de Janeiro de 2014 e com a circular emitida pela mesma Comissão em 11 de Janeiro de 2019.

Informa-se que o texto integral do referido CGS IPCG encontra-se disponível para consulta no sítio do Instituto Português de Corporate Governance na Internet em <https://cgov.pt/>.

### 2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adoptado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o), no quadro seguinte encontram-se identificadas as Recomendações constantes do CGS IPCG, incluindo-se relativamente a cada Recomendação, informação que permite a aferição do cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada, ou justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial, caso em que se identificam eventuais mecanismos alternativos adoptados pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objectivo da recomendação.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO			
Recomendação	Indicação sobre a adopção da Recomendação	Observações	Descrição no Relatório
<b>I. PARTE GERAL</b>			
<b>1.1. Relação da Sociedade com investidores e informação</b>			
<b>I.1.1</b> A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais stakeholders, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Adoptada		Pontos 56, 58 e 59
<b>1.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade</b>			
<b>I.2.1.</b> As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respectiva composição.	Adoptada		Ponto 19 e Anexo I

<p><b>I.2.2.</b> Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros –, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respectivas reuniões.</p>	Adoptada		Pontos 22 e 34
<p><b>I.2.3.</b> Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.</p>	Adoptada		Pontos 22 e 34
<p><b>I.2.4.</b> A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.</p>	Adoptada		www.sag.pt
<p><b>I.2.5.</b> Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de detecção e prevenção de irregularidades, bem como a adopção de uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.</p>	Adoptada		Ponto 49
<b>1.3. Relação entre órgãos da sociedade</b>			
<p><b>I.3.1.</b> Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a</p>	Adoptada	<p>O Presidente do Conselho de Administração remete aos Membros do Conselho Fiscal as convocatórias e actas das reuniões do Conselho de Administração</p>	



documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.			
<b>1.3.2.</b> Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respectivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Adoptada		Pontos 22, 34 e 61
<b>1.4. Conflitos de interesses</b>			
<b>1.4.1.</b> Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respectivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Adoptada	A Sociedade adopta um “Tratamento Quadro de Conflitos de Interesses”, que foi devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal.	Ponto 89
<b>1.4.2.</b> Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Adoptada	A Sociedade adopta um “Tratamento Quadro de Conflitos de Interesses”, que foi devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal.	Ponto 89
<b>1.5. Transações com partes relacionadas</b>			
<b>1.5.1.</b> O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.	Adoptada	A Sociedade adopta um “Tratamento Quadro de Conflitos de Interesses”, que foi devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal.	Ponto 89
<b>1.5.2.</b> O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação 1.5.1..	Adoptada	Ao Conselho Fiscal é dado conhecimento de todas as actas das reuniões do Conselho de Administração.	

II. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL			
<p><b>II.1.</b> A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.</p>	Adoptada		Ponto 13.
<p><b>II.2.</b> A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.</p>	Não adoptada	<p>O artigo 16º dos Estatutos prevê um quórum constitutivo superior ao previsto na lei.</p> <p>A Sociedade considera que a adopção desta recomendação seria desajustada face à reduzida dispersão do capital social da Empresa por poucos Accionistas. De facto, controlando os Accionistas de referência uma maioria qualificada do Capital Social, não faria sentido a realização de uma assembleia geral sem que os mesmos estivessem presentes.</p> <p>Estabelece também o artigo 17º dos Estatutos um quórum deliberativo superior ao previsto na lei, determinando a necessidade de um quórum de dois terços dos votos correspondentes ao capital social para aprovação de deliberações da assembleia geral sobre aumento do capital social, alteração dos estatutos e de dissolução.</p> <p>Considerando novamente a estrutura accionista da Sociedade e atendendo à matéria em apreço sujeita a deliberação, compreende-se a opção tomada pelos Accionistas quanto à necessidade de obter um apoio accionista significativo na assembleia geral.</p>	Ponto 14
<p><b>II.3.</b> A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via electrónica.</p>	Parcialmente adoptada	<p>A votação por correspondência está prevista nos Estatutos da Sociedade, não sendo admitido o exercício do direito de voto por meios telemáticos.</p> <p>Em face do histórico do número de acionistas e seus representantes presentes nas Assembleias Gerais e, ainda, o facto de nunca terem sido recebidos quaisquer votos por correspondência, entende a Sociedade não fazer sentido, em termos práticos e económicos, a admissão e</p>	

		<p>implementação de um sistema de voto por via electrónica.</p> <p>A Sociedade considera que o voto por correspondência e a possibilidade de representação são mecanismos bastantes para cumprir os objectivos da presente Recomendação, com vista a incentivar a participação acionista.</p>	
<p><b>II.4.</b> A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.</p>	Não adoptada	<p>Os Estatutos da Sociedade não admitem o exercício do direito de voto por meios telemáticos.</p> <p>Em face do histórico do número de accionistas e seus representantes presentes nas Assembleias Gerais, entende a Sociedade não fazer sentido, em termos práticos e económicos, a admissão e implementação de sistema telemático para participação e votação nas Assembleias Gerais.</p> <p>A Sociedade considera que o voto por correspondência e a possibilidade de representação são mecanismos bastantes para cumprir os objectivos da presente Recomendação, com vista a incentivar a participação acionista.</p>	
<p><b>II.5.</b> Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.</p>	Não Aplicável		
<p><b>II.6.</b> Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.</p>	Não adoptada	<p>A Sociedade não adopta unilateralmente medidas que tenham por efeito qualquer uma das restrições enunciadas na recomendação.</p> <p>Conforme prática do mercado, alguns instrumentos contratuais de financiamento celebrados pela Sociedade e por entidades participadas pela Sociedade, incluem cláusulas de “ownership”, prevendo a possibilidade do respectivo vencimento antecipado, por decisão das entidades mutuantes, em caso de alteração do controlo accionista da Sociedade.</p>	Ponto 4.

III. ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO			
<p><b>III.1.</b> Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (lead independente director) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.</p>	Não adoptada	Na presente composição do Conselho de Administração não existe nenhum administrador independente.	
<p><b>III.2.</b> O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.</p>	Adoptada	<p>.</p> <p>Entende a Sociedade que a actual estrutura do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é adequada à presente estrutura accionista e que os mecanismos de organização societária existentes, e o rigoroso cumprimento das múltiplas obrigações a que a Sociedade, enquanto entidade cotada, se encontra sujeita, respeitam os objectivos subjacentes a esta recomendação.</p>	
<p><b>III.3.</b> Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.</p>	Não adoptada	Na presente composição do Conselho de Administração, apenas existe um administrador não executivo, mas entende a Sociedade que a actual estrutura do Conselho de Administração é adequada à presente estrutura accionista e que os mecanismos de organização societária existentes, e o rigoroso cumprimento das múltiplas obrigações a que a Sociedade, enquanto entidade cotada, se encontra sujeita, respeitam os objectivos subjacentes a esta recomendação.	
<p><b>III.4.</b> Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade,</p>	Não adoptada	Entende a Sociedade que a actual estrutura do Conselho de Administração é adequada à presente estrutura accionista e que os	

<p>nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão. Nomeadamente em virtude de:</p> <p><b>i.</b> Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;</p> <p><b>ii.</b> Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p><b>iii.</b> Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p><b>iv.</b> Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p><b>v.</b> Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral. De administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p><b>vi.</b> Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>		<p>mecanismos de organização societária existentes, e o rigoroso cumprimento das múltiplas obrigações a que a Sociedade, enquanto entidade cotada, se encontra sujeita, respeitam os objectivos subjacentes a esta recomendação.</p>	
<p><b>III.5.</b> O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4. não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).</p>	Não Adoptada	Vide observação constante de III.4	
<p><b>III.6.</b> Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante</p>	Adoptada		Ponto 21

ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.			
<b>III.7.</b> O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.	Não aplicável face ao modelo de governo societário adoptado		
<b>III.8.</b> Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.	Adoptada		Ponto 54
<b>III.9.</b> As sociedades devem constituir comissões especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.	Parcialmente Adoptada	A Sociedades tem constituída uma Comissão de Vencimentos (eleita pela Assembleia Geral), uma Comissão de Governo Societário e uma Comissão de Avaliação do Desempenho. Tal como se refere em V. 4. não existe Comissão de Nomeações.	
<b>III.10.</b> Os sistemas de gestão de risco, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua actividade.	Parcialmente Adoptada	Pese embora não exista presentemente uma estrutura orgânica de auditoria interna, ainda assim existem procedimentos de realização de auditorias com vista à avaliação do cumprimento das regras TUV e dos Contratos de Distribuição das marcas automóvel representadas pela participada SIVA, SA.	
<b>III.11.</b> O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada		Ponto 38
<b>III.12.</b> O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento de normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo	Parcialmente Adoptada	Embora o órgão de fiscalização não se pronuncie sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, é no entanto o destinatário dos relatórios e reportes realizados quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação	Ponto 38

menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.		de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a detecção de potenciais irregularidades.	
<b>IV. ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA</b>			
<b>IV.1.</b> O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não Adoptada	O Regulamento Interno do Conselho de Administração não tem previsão específica sobre o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo. O Conselho de Administração não considerou relevante promover, desde já, essa adaptação, tendo em consideração o actual contexto vivido pelo Grupo SAG.	.
<b>IV.2.</b> O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Adoptada		Ponto 21
<b>IV.3.</b> O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.	Adoptada		Ponto 50
<b>IV.4.</b> O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.	Adoptada		Pontos 38 e 50
<b>V. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES</b>			
<b>V.1. Avaliação Anual de Desempenho</b>			
<b>V.1.1.</b> O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o	Parcialmente Adoptada	Embora o Conselho de Administração não efectue uma avaliação formal anual do seu desempenho, existe um sistema de avaliação de desempenho para os quadros directivos do Grupo, que se aplica igualmente ao Administrador Delegado.	.



efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.			
<b>V.1.2.</b> O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Adoptada	O Conselho Fiscal irá efectuar a avaliação em sede de Relatório.	
<b>V.2. Remunerações</b>			
<b>V.2.1.</b> A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.	Adoptada		Ponto 67
<b>V.2.2.</b> A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respectivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respectivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.	Adoptada		Ponto 69
<p><b>V.2.3.</b> A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refer o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter adicionalmente:</p> <p>i. A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;</p>	Parcialmente adoptada	<p>Entende a Sociedade que dada a actual estrutura do seu Capital Social e os recentes resultados obtidos pelo Grupo, é adequada a Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Maio de 2018.</p> <p>Os critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos órgãos sociais, e em particular, aos membros do Conselho de Administração, são os que ressaltam da Declaração de Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Maio de 2018. No âmbito da remuneração fixa, são enunciados o nível de responsabilidade assumida no enquadramento das funções desempenhadas e a análise de</p>	

<p>ii. As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;</p> <p>iii. O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;</p> <p>iv. Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;</p> <p>v. Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remunerações aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;</p> <p>vi. Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.</p>		<p>competitividade externa (critérios de mercado).</p> <p>No contexto da componente variável são ponderados a evolução da performance económica e financeira do Grupo, assim como critérios relacionados com o desempenho individual e específicos de cada administrador.</p> <p>Não existem limites máximos numéricos de remuneração, sem prejuízo dos limites que resultam dos princípios descritos na referida Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Maio de 2018, designadamente:</p> <p>(i) Quanto à componente fixa:</p> <p><i>“tem como máximo, para cada cargo, a média dos valores das remunerações praticadas, no ano anterior, no universo das sociedades com valores admitidos à cotação na Euronext Lisbon”.</i></p> <p>(ii) Quanto à componente variável:</p> <p><i>“uma componente variável paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, até um máximo de seis componentes fixas, suportada por critérios de performance individual, empresarial e de Grupo; podendo no final do mandato haver um reforço da componente variável, até um máximo de oito componentes fixas, desde que os objectivos do mandato tenham sido cumpridos e se tenha verificado incremento do valor da empresa ao longo do período do mandato.”</i></p>	
<p><b>V.2.4.</b> Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respectiva cessação de funções.</p>	<p>Não aplicável</p>		
<p><b>V.2.5.</b> A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral e em quaisquer outras se a respectiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a</p>	<p>Adoptada</p>	<p>O Presidente da Comissão de Vencimentos é simultaneamente o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo que esteve presente na Assembleia Geral Anual realizada em</p>	

remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.		30 de Março de 2018, onde foi discutida e aprovada a Política de Remunerações.	
<b>V.2.6.</b> Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respectivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.	Não Adoptada	Durante o exercício de 2018, não foi contratada qualquer empresa de consultoria para dar apoio à Comissão de Vencimentos, pese embora não exista nenhuma regra que impeça a Comissão de Vencimentos de livremente contratar serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. Efetivamente, tem sido considerado que os membros integrantes da Comissão de Vencimentos têm o currículo e a experiência profissional adequadas.	
<b>V.3. Remuneração dos Administradores</b>			
<b>V.3.1.</b> Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Parcialmente Adoptada	<p>No contexto da componente variável são ponderados a evolução da performance económica e financeira do Grupo, assim como critérios relacionados com o desempenho individual e específicos de cada administrador.</p> <p>Não existem limites máximos numéricos de remuneração, sem prejuízo dos limites que resultam dos princípios descritos na referida Política de Remunerações aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Maio de 2018, designadamente quanto à componente variável:</p> <p>“uma componente variável paga no ano seguinte àquele a que diz respeito, até um máximo de seis componentes fixas, suportada por critérios de performance individual, empresarial e de Grupo; podendo no final do mandato haver um reforço da componente variável, até um máximo de oito componentes fixas, desde que os objectivos do mandato tenham sido cumpridos e se tenha verificado incremento do valor da empresa ao longo do período do mandato.”</p>	
<b>V.3.2.</b> Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da	Não adoptada	Entende a Sociedade que dada a actual estrutura do seu Capital Social e os recentes resultados obtidos pelo Grupo, assim como a evolução do sector económico onde o mesmo opera	

sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.		é adequada a política de remuneração dos Membros do Órgão de Administração, nos termos divulgados no presente Relatório do Governo Societário, e que foi, aliás, apreciada e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas de 30 de Maio de 2018.	
<b>V.3.4.</b> Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	Não existem quaisquer planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações.	
<b>V.3.5.</b> A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada		Ponto 69
<b>V.3.6.</b> A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.	Adoptada		Ponto 69
<b>V.4. Nomeações</b>			
<b>V.4.1.</b> A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Adoptada		Ponto 19 Anexo I
<b>V.4.2.</b> A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Não Aplicável		
<b>V.4.3.</b> Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não Aplicável		
<b>V.4.4.</b> A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de			

referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não Aplicável		
<b>VI. GESTÃO DE RISCO</b>			
<b>VI.1.</b> O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.	Adoptada		Pontos 21 e 53
<b>VI.2.</b> Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua actividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respectivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adoptar tendo em vista a respectiva mitigação, (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.	Adoptada		Ponto 53
<b>VI.3.</b> A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Adoptada	Por força das avaliações para efeitos de certificação TUV, a sociedade avalia anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspectiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Ponto 53
<b>VII. INFORMAÇÃO FINANCEIRA</b>			
<b>VII.1. Informação financeira</b>			
<b>VII.1.1.</b> O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma	Adoptada		Pontos 34 e 38

devidamente documentada e comunicada.			
<b>VII.2. Revisão legal de contas e fiscalização</b>			
<p><b>VII.2.1.</b> Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:</p> <p>i. Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;</p> <p>ii. A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;</p> <p>iii. Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;</p> <p>iv. Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.</p>	Adoptada	<p>Note-se que a Sociedade sendo qualificada como uma entidade de interesse público está obrigada a observar a Lei 148/2015, de 9 de Setembro, que aprovou o regime jurídico da Supervisão de Auditoria, e que veio estabelecer na alínea f) do nº 3 do seu artigo 3º que “(...) o órgão de fiscalização das entidades de interesse público está sujeito aos seguintes deveres (...) seleccionar os revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas a propor à assembleia geral para eleição e recomendar justificadamente a preferência por um deles, nos termos do artigo 16.º do Regulamento (EU) nº. 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014”.</p> <p>Além disso, a prestação de serviços distintos de auditoria só podem ser prestados pelo revisor oficial de contas, mediante parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.</p>	Ponto 38
<p><b>VII.2.2.</b> O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	Adoptada		Ponto 38
<p><b>VII.2.3.</b> O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	Adoptada		Ponto 38
<p><b>VII.2.4.</b> O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e</p>	Parcialmente Adoptada	<p>A Sociedade entende que estas funções se encontram genericamente enquadradas no âmbito dos trabalhos de revisão de contas realizados em relação às Demonstrações Financeiras referidas a 31 de Dezembro. Contudo,</p>	Ponto 47



reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.		embora o Auditor Externo verifique a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reporte eventuais deficiências ao órgão de fiscalização, não efectua uma verificação concreta da aplicação da política de remunerações dos órgãos sociais apreciada e aprovada na Assembleia Geral de Accionistas.	
<b>VII.2.5.</b> O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com se tenha deparado no exercício das suas funções.	Adoptada	Durante o exercício de 2018, foram, oportuna e atempadamente, prestadas e endereçadas ao Conselho Fiscal as informações relevantes relativas a irregularidades detectadas no âmbito do exercício das funções da Sociedade Revisora.	

### 3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

A Sociedade não dispõe de quaisquer elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

## APÊNDICE I AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Cargos desempenhados pelos Membros do Conselho de Administração da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2018

### **Dr. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho**

Outros cargos desempenhados em Entidades do Grupo SAG

- **Presidente do Conselho de Administração:**

SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA

LGA – Logística Automóvel, SA

Outros cargos desempenhados em Entidades Relacionadas

- **Presidente do Conselho de Administração:**

SGC - SGPS, SA

SGC Investimentos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

Principal – Gestão de Activos e Consultoria Administrativa e Financeira, SA

SGC Comunicações Terrestres, SA

ENR Energia, SA

Outros cargos desempenhados

- **Presidente do Conselho de Administração:**

Agrobari, SA

GI – Gasification International, SA

### **Eng.ª Esmeralda da Silva Santos Dourado**

Outros cargos desempenhados

- **Presidente do Conselho de Administração:**

ESD Consulting, SA

- **Membro do Conselho de Administração:**

BCP Capital – Sociedade de Capital de Risco, SA

S2IS – Serviços e Investimento Imobiliários, SGPS, SA

Brasilimo – Investimentos Imobiliários no Brasil, SGPS, SA

TAP Air Portugal SA

Imocrafe – Companhia de Construção e Administração, SA

- **Presidente do Comité de Reestruturação:**

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora

Capital Social: Eur 169.764.398,00

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora

Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886

Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2

2614-519 Amadora

Tel: 21 359 66 64/

Fax: 21 359 66 74

Plataforma de Negociação de Créditos Bancários PNCB ACE

o **Presidente do Conselho Fiscal:**

Fundação Luso-Brasileira

Casa do Povo de Alvaiázere

Santa Casa da Misericórdia de Alvaiázere

o **Membro do Conselho Fiscal:**

Mystic Invest

o **Membro do Conselho Geral:**

Associação Missão Crescimento

IPCG – Instituto Português de Corporate Governance

FAE – Fórum dos Administradores de Empresas

Universidade de Coimbra

**Eng.º Pedro Roque de Pinho de Almeida**

*Outros cargos desempenhados em Entidades do Grupo SAG*

o **Presidente do Conselho de Administração:**

*AA00 – Soc. de Formação Profissional e Consultoria Técnica, SA*

*Rolporto – Comércio e Indústria de Automóveis, SA*

*Soauto - SGPS, SA*

*Soauto – Comércio de Automóveis, SA*

*Autoimpor – Sociedade Importadora de Automóveis, SA*

*SIVA Serviços – Assessoria Financeira e Administrativa, SA*

*SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA*

o **Membro do Conselho de Administração:**

*LGA – Logística Automóvel, SA*

*SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA*

o **Gerente:**

*Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent a Car, Lda.*

*Outros cargos desempenhados em Entidades Relacionadas*

o **Director Presidente:**

*Unidas, SA (Brasil)*

## **APÊNDICE II AO RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE**

Cargos desempenhados pelos Membros do Conselho Fiscal da SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, em 31 de Dezembro de 2018

### **Dr. João José Martins da Fonseca George**

Outros cargos desempenhados

- **Administrador Único**

Minitel, SA

Minitel DI – Distribuição Informática, SA

- **Sócio-Gerente**

Micro Edição – Sistemas de Edição Electrónica, Lda.

Vida Portátil, Lda.

- **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Multiple Zones Portugal, SA

Exibite – Componentes para Computadores, SA

### **Duarte Manuel Palma Leal Garcia**

Outros cargos desempenhados

- **Vogal do Conselho de Administração**

LUZ.ON - Energia Solar, SA

NEWATT - Solar Energy, SA

- **Sócio-Gerente**

Garlea - Sociedade Imobiliária, Lda.

ISDC, Lda

### **Dr. Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro**

Outros cargos desempenhados

- **Administrador:**

Sociedade Agrícola de Vale do Guiso

Sociedade Agrícola da Herdade dos Medos

Sociedade José Lobo de Almeida Melo de Castro Herdeiros

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 2018**



## ***Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria***

### ***Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 146.590,3 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 176.362,0 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 177.130,9 milhares de euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Incerteza material relacionada com a continuidade***

Como referido na nota 2.5 a) do anexo às demonstrações financeiras separadas da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A., embora a Entidade apresente, a 31 de dezembro de 2018, capitais próprios negativos, as suas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas segundo o princípio da continuidade, devido ao facto de ter sido assinado um acordo entre a SAG Gest, a Porsche Holdings GmbH e as instituições financeiras que participam nos financiamentos e garantias do Grupo SAG, que prevê a alienação à Porsche Holdings GmbH do negócio automóvel do Grupo SAG e por ser convicção da administração que todas as condições suspensivas do acordo e descritas na referida nota não ocorrerão. À data deste relatório, a transação não se encontra concluída, não sendo possível avaliar o impacto que a eventual ocorrência de alguma das condições suspensivas terá nas demonstrações financeiras da Entidade e na sua capacidade para dar continuidade à atividade no futuro.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

MM



A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Além da matéria descrita na secção “Incerteza material relacionada com a continuidade”, consideramos que a matéria descrita abaixo é a matéria relevante de auditoria a comunicar neste relatório.

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<b>Valorização de participações financeiras</b>	
<p><i>Divulgações relacionadas com Participações financeiras e Ativos não correntes detidos para venda apresentadas nas notas 2, 3 e 13 do anexo às demonstrações financeiras</i></p> <p>Em 31 de dezembro de 2018, a SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. detém participações financeiras em subsidiárias e associadas, apresentadas na Demonstração da situação patrimonial pelo montante de 52.364,0 milhares de euros, ao qual acresce 3.940,2 milhares de euros apresentados como Ativos não correntes detidos para venda. Estas participações encontram-se mensuradas através da aplicação do método da equivalência patrimonial e devem ser sujeitas a testes de imparidade sempre que existam indícios ou alterações nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual se encontram escrituradas possa não ser recuperável. Para esse efeito, o valor recuperável é determinado pelo seu valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados.</p> <p>O cálculo do valor recuperável (valor de uso: cash-flows futuros descontados) requer a utilização de estimativas e pressupostos por parte da Administração que dependem de previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere a cash-flows futuros, taxas de crescimento e taxas de desconto a utilizar.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, de entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- avaliação da existência de indícios de imparidade nas participações financeiras; e</li> <li>- obtenção e análise dos testes de imparidade das participações financeiras, nos casos aplicáveis, os quais são, baseados em modelos de fluxos de caixa descontados e envolveu os seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• apreciação da adequação do modelo e da razoabilidade das projeções de fluxos de caixa futuros comparando com a performance histórica;</li> <li>• avaliação da adequacidade da taxa de desconto utilizada;</li> <li>• análise das estimativas e julgamentos assumidos pela Administração, subjacentes aos pressupostos relevantes que suportam o modelo;</li> <li>• análise da adequacidade dos cálculos do modelo.</li> </ul> </li> <li>- analisámos também a adequacidade das divulgações apresentadas na nota 13 das demonstrações financeiras, considerando os requisitos do normativo contabilístico aplicável.</li> </ul>

---

***Matérias relevantes de auditoria***

***Síntese da abordagem de auditoria***

---

A relevância deste assunto na nossa auditoria resulta do facto do valor desta rubrica ser significativo no contexto das demonstrações financeiras da Entidade, da complexidade do modelo de avaliação da imparidade e do elevado nível de julgamento inerente aos pressupostos utilizados nos respetivos cálculos.

---

***Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras***

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

***Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras***

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

*mm*



- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

MM

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

## ***Relatório sobre outros requisitos legais e regulamentares***

### ***Sobre o relatório de gestão***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme previsto no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### ***Sobre o relatório de governo societário***

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

### ***Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014***

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2018 para o exercício de 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 10 de maio de 2019.



d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

e) Tal como divulgado no Relatório de governo societário, informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade e às entidades sob o seu controlo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:

- certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018;
- verificação da listagem de valores recebidos em fevereiro, março e abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal;
- verificação da listagem de valores recebidos em fevereiro, março, abril, maio e junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal;
- verificação da listagem de veículos automóveis, à data de 15 de maio de 2018 e 2 de julho de 2018, da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis;
- validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período.

10 de maio de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:



José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

# **RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS 2018**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

### **sobre os documentos de prestação de contas separadas**

Nos termos da lei, do contrato social e do mandato que nos conferiram apresentamos o nosso Relatório sobre a Actividade Fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Separadas apresentados pelo Conselho de Administração da SAG GEST - Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA, sociedade aberta (Sociedade), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

#### **1. Relatório**

- 1.1. Acompanhámos no decurso do exercício a actividade da Empresa com a periodicidade e extensão que julgámos adequadas. Mantivemos contactos com a Administração e outros responsáveis da Sociedade, que sempre se disponibilizaram a prestar todos os esclarecimentos solicitados, o que nos permitiu ir acompanhando o cumprimento do orçamento da Sociedade e a gestão de riscos. Tivemos conhecimento atempado das convocatórias e de todas as actas do Conselho de Administração.
- 1.2. No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal manteve também contactos com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. com vista à discussão de matérias relevantes de auditoria, nomeadamente o grau de adequação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos, e tomada de conhecimento das respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência.
- 1.3. Acompanhámos o processo de preparação de informação financeira periódica objecto de divulgação nos termos regulamentares, tendo para o efeito sido mantidas reuniões e contactos considerados apropriados, nomeadamente com o Conselho de Administração, e em particular, com o responsável do pelouro financeiro, com quem foram mantidos contactos regulares.
- 1.4. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, não se tendo tomado conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.
- 1.5. Durante o exercício, foram proferidos pareceres favoráveis referente à apreciação de “Propostas de Prestação de Serviços” emitidas pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. às sociedades participadas SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A., à Globalrent – Sociedade Portuguesa de Rent a Car, Unipessoal, Lda. e à SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, S.A., relativas a:
  - a) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de dezembro de 2017;
  - b) certificação da listagem de veículos automóveis detidos pela SIVA Defleet – Comércio de Automóveis, SA, à data de 31 de janeiro de 2018;
  - c) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda. para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;
  - d) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 28 de fevereiro de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por



SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

e) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda., para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

f) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de março de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

g) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 31 de maio de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

h) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de junho de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA – Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, SA, para efeitos de confirmação do valor de recebimentos mensal no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 30 de janeiro de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

i) verificação da listagem de veículos automóveis da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

j) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A.;

k) verificação da listagem de valores recebidos, entre 1 e 30 de abril de 2018, referentes a veículos automóveis vendidos, preparada pela GlobalRent – Sociedade Portuguesa de Rent-a-Car, Unipessoal, Lda.;

l) validação da listagem preparada pela SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. com os valores totais de apoios de fábrica e garantias recebidos, com base no extrato bancário da conta n.º 45513545377 do Banco Millennium BCP, entre 27 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018, da SIVA, SA para efeitos de confirmação ao sindicato bancário, constituído pelo Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA e Caixa Geral de Depósitos, dos valores de apoios de fábrica e garantias recebidos naquele período;

m) verificação da listagem de veículos automóveis à data de 2 de Julho de 2018 da SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis, S.A. e da SIVA Defleet – Comércio Automóveis, SA, preparada pela SIVA, SA, para efeitos de confirmação do valor de inventários de veículos automóveis no contexto do Contrato de Abertura de Crédito em Conta Corrente celebrado, em 23 de março de 2018, por SIVA, SA, Banco Comercial Português, SA, Novo Banco, SA, Caixa Geral de Depósitos, SA, SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SA e SGC – SGPS, SA;

**SAG GEST – Soluções Automóvel Globais, SGPS, SA – Sociedade Aberta**

Sede: Estrada de Alfragide, nº 67 Amadora  
Capital Social: Eur 169.764.398,00  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Amadora  
Número Único de Matrícula e de Identificação Fiscal 503 219 886  
Escritório: Alfrapark – Estrada de Alfragide, nº 67, Edifício SGC – Piso 2  
2614-519 Amadora  
Tel: 21 359 66 64/  
Fax: 21 359 66 74

tendo sido deliberado que as referidas prestações de serviços não prejudicavam a independência dos serviços de auditoria prestados ou a prestar pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. à SAG Gest – Soluções Automóvel Globais, SGPS, S.A. e à SIVA, S.A., tendo por referência os normativos em vigor.

- 1.6. Durante o exercício, não foi recebida qualquer comunicação relativa a matérias sob a alçada da política de comunicação de irregularidades.
- 1.7. Apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. que merecem a nossa concordância e tomámos conhecimento do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização contemplado no artigo 24º. do Decreto-Lei nº. 148/2015, de 9 de Setembro, emitido por aquela Sociedade Revisora Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada.
- 1.8. As Demonstrações Financeiras Separadas, incluindo a Demonstração dos Resultados e de outro Rendimento Integral, a Demonstração da Situação Patrimonial, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e respectivas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas permitem, em nossa opinião, uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa e dos respectivos resultados.
- 1.9. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados e conformes com os princípios de contabilidade geralmente aceites, tal como definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS / IFRS) adoptadas pela União Europeia.
- 1.10. O Relatório do Conselho de Administração explana a orientação da política seguida pela Empresa no exercício, bem como as perspectivas para o exercício de 2018.
- 1.11. Confirmamos que o Relatório sobre o Governo da Sociedade inclui os elementos referidos no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.
- 1.12. Analisámos a fundamentação da Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que nos pareceu adequada.

## **2. Parecer**

Face ao exposto e considerando as informações recebidas do Conselho de Administração e as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria e o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização somos do parecer que se encontram em situação de serem aprovados:

- 2.1. O Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras Separadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.
- 2.2. A Proposta de Aplicação de Resultados.

## **3. Declaração de Responsabilidade**

Nos termos legalmente previstos, comunicamos que concordamos com o Relatório de Gestão e com as Demonstrações Financeiras Separadas e que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- (i) a informação constante no Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta;
- (ii) a informação constante nas Demonstrações Financeiras Separadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade.

Alfragide, 13 de Maio de 2019

**O Conselho Fiscal**

João José Martins da Fonseca George (Presidente)

Duarte Manuel Palma Leal Garcia (Vogal)

Martinho Lobo de Almeida Melo de Castro (Vogal)